

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CMG CLAUDIO HENRIQUE MELLO DE ALMEIDA

A PRESENÇA DA CHINA NA COSTA OCIDENTAL
DA ÁFRICA – O CASO DA NAMÍBIA:

implicações para o poder naval brasileiro.

Rio de Janeiro

2012

CMG CLAUDIO HENRIQUE MELLO DE ALMEIDA

A PRESENÇA DA CHINA NA COSTA OCIDENTAL
DA ÁFRICA – O CASO DA NAMÍBIA:

implicações para o poder naval brasileiro.

Monografia apresentada à Escola de Guerra
Naval, como requisito parcial para a conclusão do
Curso de Política e Estratégia Marítimas.

Orientador: CMG (RM1) Francisco Eduardo
Alves de Almeida

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval

2012

A Sophia e Jacyra, chegadas e partidas deste 2012.

AGRADECIMENTOS

À minha mulher Glaicy, filhas Thais, Laís e à novidade deste ano, Sophia, pelo amor, carinho e, especialmente, pela compreensão durante os momentos em que estive mais próximo deste trabalho do que de vocês.

Aos meus pais Octavio e Noêmia, a quem devo tudo o que hoje sou.

Ao Capitão-de-Mar-e-Guerra Francisco Eduardo Alves de Almeida, meu orientador, pela confiança, disponibilidade e incentivo constantes, além da paciência com as incontáveis consultas deste antigo colega de praça d'armas.

Aos amigos Capitão-de-Mar-e-Guerra Juarez Delgado Imbuzeiro, ex-Adido Naval na Namíbia, e Capitão-de-Mar-e-Guerra (FN) José Calixto dos Santos Júnior, ex-Encarregado do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais, assim como ao Terceiro-Secretário Pedro Penha Brasil, Assessor do Departamento da África, do Ministério das Relações Exteriores, pelas fundamentais contribuições que tanto enriqueceram este trabalho.

À Escola de Guerra Naval e ao Instituto COPPEAD, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pela excelência do Curso de Política e Estratégia Marítimas de 2012.

Finalmente, à Marinha, sempre minha casa.

RESUMO

Esta monografia investiga a influência econômica e militar chinesa na Namíbia com o propósito de identificar as suas implicações para o poder naval brasileiro. Para tanto, busca apresentar, inicialmente, o papel do poder naval em apoio à política brasileira para a costa ocidental da África e, em particular, para a Namíbia. Em seguida, descreve o atual estágio da presença chinesa naquele país africano. De posse desses elementos, o trabalho analisa os reflexos para o poder naval brasileiro da presença da China na Namíbia, à luz do ambiente de segurança do Atlântico Sul e, mais detalhadamente, em relação ao Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia. Por fim, apresentará propostas para o preparo e emprego daquele poder naval, de modo a assegurar os interesses do Brasil na região, frente a essas novas circunstâncias. O trabalho aborda um tema de grande atualidade e relevância, pois trata, por um lado, da impressionante ascensão da economia da China e, por outro, lida com uma região de importância estratégica para o Brasil. Espera-se, assim, que atenda aos interesses de estudiosos sobre Relações Internacionais, Economia, Geopolítica, Atlântico Sul, África, Política Externa e Poder Naval.

Palavras-chave: Atlântico Sul, África Ocidental, China, Namíbia, Brasil, Marinha do Brasil, Poder Naval, Política Externa.

ABSTRACT

This paper researches China's economic and military influence in Namibia in order to identify its implications for Brazilian sea power. It will summarize, at first, the role of such power in support of Brazilian foreign policy toward the west coast of Africa and, particularly, toward Namibia. Next, it will describe the current stage of Chinese presence within that African state. Based on these elements, the essay analyzes the consequences of Chinese presence in Namibia to Brazilian sea power, with regards to the South Atlantic security environment and, more specifically, to the Brazil-Namibia Naval Cooperation Agreement. Finally, it will point out alternatives for the development and employment of that sea power, in order to achieve Brazil's interests within the region, under this new set of circumstances. This work covers a very current and relevant theme dealing, on one hand, with the impressive rise of China's economy and, on the other, with a region of clear strategic importance to Brazil. This work, therefore, will hopefully meet the requirements of scholars on such subjects as International Relations, Economics, Geopolitics, South Atlantic, Africa, Foreign Policy and Sea Power.

Keywords: South Atlantic, West Africa, China, Namibia, Brazil, Brazilian Navy, Sea Power, Foreign Policy.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 -	Forças militares estrangeiras presentes na África – 2010.....	148
Figura 2 -	Embaixadas brasileiras oficialmente abertas ou reativadas na África – 2003-2010.....	149
Figura 3 -	Visitas do Presidente Lula da Silva a países africanos – 2002-2010.....	150
Figura 4 -	Visitas da Presidente Dilma Rousseff a países africanos – 2011-2012.....	151
Figura 5 -	O NApLog “Elephant” atracado no estaleiro, em Wuhan.....	152
Figura 6 -	Chegada do Grupo de Recebimento.....	152
Figura 7 -	Grupo de Recebimento observa, do cais, o navio.....	153
Figura 8 -	Grupo de Recebimento visita o Navio, acompanhado de pessoal do estaleiro.....	153
Figura 9 -	Motores de Combustão Principais (MCP) Caterpillar, modelo C280-16	154
Figura 10 -	Convés de voo.....	154
Figura 11 -	Processo cíclico do relacionamento chinês com as elites governantes na África subsaariana e sua influência na segurança regional.....	147
Gráfico 1 -	Participação da China nas exportações e importações da África subsaariana – 1995-2010.....	144

LISTA DE TABELAS

1 – Participação do modal marítimo no comércio exterior brasileiro – 2011.....	140
2 – Comparação entre países africanos que mantêm relações com a China e total de países independentes, por período.....	141
3 – Alternância do apoio de países africanos à RPC e Taiwan a partir de 1989.....	142
4 – Crescimento anual do PIB chinês – 2001-2011.....	143
5 – Participação da China nas exportações e importações da África subsaariana – 1995-2010.....	144
6 – Comparação do comércio namibiano com Brasil e China – 2004-2010.....	145
7 – Principais produtos de exportação namibianos para a China – 2001 e 2010.....	146

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNBN	- Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia
AFRICOM	- United States Africa Command
AQIM	- Al-Qaeda no Maghreb Islâmico
ASA	- Cúpula América do Sul – África
BNDES	- Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BNWB	- Base Naval de Walvis Bay
CA	- Corpo da Armada
CAAML	- Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão
CDRL	- Centro de Dados Regional do LRIT
CEDEAO	- Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CFN	- Corpo de Fuzileiros Navais
CFN-N	- Corpo de Fuzileiros Navais – Namíbia
CIAsA	- Comissão de Inspeção e Assessoria ao Adestramento
ComGerCFN	- Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (Brasil)
CPLP	- Comunidade de Países de Língua Portuguesa
DEAF	- Departamento da África – MRE
DHN	- Diretoria de Hidrografia e Navegação
DNOG	- Divisão Naval em Operações de Guerra
DOCM	- Diretoria de Obras Cíveis da Marinha
EMA	- Estado-Maior da Armada
EUA	- Estados Unidos da América
FN	- Fuzileiros Navais
FOCAC	- Forum on China-Africa Cooperation
GAT	- Grupo de Apoio Técnico
GAT-FN	- Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais

IBAS	- Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul
IHO	- Organização Hidrográfica Internacional
IMO	- Organização Marítima Internacional
IPEA	- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LEPLAC	- Levantamento da Plataforma Continental
LPa	- Lancha-patrolha
LRIT	- Long-Range Identification and Tracking of Ships
MAN	- Missão de Assessoria Naval (na Namíbia)
MCP	- Motor de Combustão Principal
MEND	- Movement for the Emancipation of the Niger Delta
MN	- Milha náutica
MNBN	- Missão Naval Brasileira na Namíbia
MONUSCO	- Missão da Organização das Nações Unidas para a Estabilização da República Democrática do Congo
MPLA	- Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE	- Ministério das Relações Exteriores
NApLog	- Navio de Apoio Logístico
NDF	- Namibia Defence Force
NN	- Namibian Navy
NPa	- Navio-patrolha
NW	- Ala Naval (Namíbia)
ONG	- Organização Não-Governamental
ONU	- Organização das Nações Unidas
PDN	- Política de Defesa Nacional
PEI	- Política Externa Independente
PLAN	- People's Liberation Army of Namibia
RDC	- República Democrática do Congo

RPC	- República Popular da China
SADC	- Southern Africa Development Community
SAIHC	- Southern Africa & Islands Hydrographic Commission
SWANU	- South-West Africa National Union
SWAPO	- South-West Africa People's Organization
UNCTAD	- Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento
URSS	- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
ZEE	- Zona Econômica Exclusiva
ZOPACAS	- Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

NOTA SOBRE GRAFIA DE NOMES CHINESES

Para efeito de padronização, a grafia dos nomes chineses citados no trabalho segue o método de romanização *Pinyin*. Aprovado formalmente pelo governo da República Popular da China (RPC), em 1958, e por Taiwan a partir de janeiro de 2009, o *Pinyin* é considerado pela Organização Internacional de Padronização (ISO – *International Organization for Standardization*) como padrão internacional desde 1982 (ISO, 1982). Este método difere, embora não radicalmente, de sistemas anteriores de transliteração do Mandarim, difundidos no Ocidente, como o Wade-Giles, criado em 1859 e amplamente empregado nos países de língua inglesa até o final da década de 1970 (LU, 1996, p. 81-87).

De modo a facilitar a leitura, serão omitidos os acentos ou caracteres gráficos que não sejam essenciais ao entendimento. Assim, o nome do líder da Revolução Chinesa será transcrito, neste trabalho, como “Mao Zedong”, embora a escrita *pinyin* tradicional o registre como “Máo Zédōng” e o método Wade-Giles o transcreva como “Mao Tse-tung”. Da mesma forma, o criador do socialismo de mercado chinês terá seu nome transcrito como “Deng Xiaoping”, em lugar do *pinyin* tradicional “Dèng Xiǎopíng” e ao Wade-Giles “Teng Hsiao-p'ing”.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	14
2	PODER NAVAL E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O ATLÂNTICO SUL E COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA.....	18
2.1	Relevância do Atlântico Sul e da costa ocidental da África para os interesses brasileiros.....	18
2.1.1	Complementaridade geoestratégica entre Brasil e África.....	18
2.1.2	Relevância atual do Atlântico Sul e África ocidental para o Brasil.....	19
2.2	A política brasileira para a África.....	22
2.2.1	Antecedentes históricos.....	23
2.2.2	Atual política brasileira para a África.....	28
2.3	Contribuição do poder naval à política externa brasileira na África.....	29
2.3.1	Evolução histórica.....	30
2.3.2	Poder naval e política externa – apreciação crítica.....	33
2.4	Considerações parciais.....	34
3	O PODER NAVAL EM APOIO À POLÍTICA EXTERNA NA NAMÍBIA...	36
3.1	Relações entre Brasil e Namíbia.....	36
3.2	O ACNBN.....	38
3.2.1	Antecedentes.....	38
3.2.2	Evolução do ACNBN.....	39
3.2.3	Situação atual.....	45
3.3	Contribuição do ACNBN para a política externa brasileira.....	48
3.4	Considerações parciais.....	49
4	A PRESENÇA CHINESA NA NAMÍBIA.....	51
4.1	A política chinesa para a África.....	51
4.1.1	A evolução da estratégia diplomática chinesa para a África.....	51
4.1.2	A atual política externa chinesa para a África.....	56
4.2	A investida chinesa na Namíbia.....	61
4.2.1	Antecedentes históricos.....	61
4.2.2	Presença econômica chinesa.....	62

4.2.3	Presença militar chinesa.....	65
4.3	Considerações parciais.....	68
5	DESDOBRAMENTOS PARA O PODER NAVAL BRASILEIRO.....	70
5.1	Reflexos sobre o ambiente de segurança no Atlântico Sul.....	70
5.2	Reflexos sobre o ACNBN.....	73
5.3	Alternativas para o poder naval brasileiro.....	75
5.3.1	Iniciativas governamentais e interministeriais.....	75
5.3.2	Iniciativas quanto ao ambiente de segurança no Atlântico Sul.....	77
5.3.3	Iniciativas quanto ao ACNBN.....	80
5.4	Considerações parciais.....	83
6	CONCLUSÃO.....	84
	REFERÊNCIAS.....	88
	APÊNDICE A – Entrevistas e questionários.....	96
	APÊNDICE B – O modal marítimo no comércio exterior brasileiro.....	140
	APÊNDICE C – Evolução das relações diplomáticas sino-africanas a partir de 1949....	141
	APÊNDICE D – A Diplomacia do Talão de Cheques.....	142
	APÊNDICE E – Dados da economia chinesa.....	143
	APÊNDICE F – Relações comerciais entre China e África.....	144
	APÊNDICE G – Relações comerciais da Namíbia com Brasil e China.....	145
	APÊNDICE H – Evolução do perfil das exportações namibianas para a China.....	146
	APÊNDICE I – Influência da presença chinesa no ambiente de segurança da África subsaariana.....	147
	ANEXO A – Presença militar estrangeira na África.....	148
	ANEXO B – Atual política externa brasileira para a África.....	149
	ANEXO C – Recebimento do Navio de Apoio Logístico “Elephant” pela Marinha da Namíbia.....	152

1 INTRODUÇÃO

Em fins de junho de 2012, um orgulhoso grupo de oficiais e praças da Marinha da Namíbia sobe, pela primeira vez, a prancha do maior e mais novo navio adquirido por aquela força naval. Seus uniformes, quase idênticos aos dos seus congêneres brasileiros, simbolizam os mais de dezoito anos de estreita cooperação naval com o Brasil. A cena, no entanto, ocorre bem longe do nosso território, mais precisamente no estaleiro de Wuhan, na China, onde o “Elephant”, navio de apoio logístico de mais de 2.500 toneladas, recebe os toques finais de sua rápida construção.

O episódio narrado representa, de forma emblemática, a superposição de dois processos que serão abordados neste trabalho. De um lado, a manutenção, pelo Brasil, de longo programa de cooperação naval com a Namíbia, sintonizado com a relevância atribuída à costa ocidental da África pelas políticas externa e de defesa brasileiras. Do outro, a crescente presença da China naquele país africano, motivada, como no restante do continente, por interesses geopolíticos e, principalmente, econômicos.

O Atlântico Sul se constitui em região essencial para a segurança e a economia brasileiras. A Política de Defesa Nacional (PDN) considera esse espaço marítimo inserido no nosso entorno estratégico, juntamente com a costa ocidental da África (BRASIL, 2005). Por outro lado, a consolidação da paz e do desenvolvimento nessa região tem sido um dos objetivos de nossa política externa. Foi brasileira a iniciativa de criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), estabelecida por resolução da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1986 (CASTRO, 2009, p. 66; ONU, 1986).

Constituindo iniciativa inédita nas relações internacionais brasileiras, foi assinado em 1994 o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia (ACNBN), atualizado em 2001, pelo qual competia à Marinha do Brasil (MB) cooperar com a formação da força naval namibiana

(BRASIL, 1996, 2003c). O acordo previa, ainda, o fornecimento de bens e serviços pelo Brasil, o que propiciou a doação de uma corveta; a venda de um navio-patrolha e outras embarcações; e a execução do levantamento da plataforma continental daquele país. O exemplo do acordo tem também motivado outros Estados da África ocidental a buscar parcerias semelhantes com o Brasil (VEIGA, 2009; FARIA, E., 2012). Desse modo, nosso poder naval passou a se constituir em valioso instrumento de apoio à política externa, não apenas para a Namíbia, mas para aquela região como um todo.

A China, por sua vez, tem aprofundado significativamente as suas relações com a Namíbia, em especial a partir da última década. Esse processo está inserido no contexto mais amplo da política chinesa para a África, voltada para assegurar o acesso aos recursos naturais do continente, requeridos pela forte demanda da sua economia.

Na busca por esses recursos naturais, a China tem apoiado grupos governantes daqueles países africanos que, normalmente, detêm o controle sobre a exploração de tais *commodities*. Ao fortalecer a base de poder desses grupos, muitas vezes em detrimento dos interesses da sociedade local, o apoio chinês tem contribuído para a crescente insatisfação popular que, em determinados países, como a Nigéria ou a República Democrática do Congo, já assumiu a forma de movimentos insurgentes organizados, tendo por consequência o aumento da instabilidade regional (ALDEN, 2007, p. 25, 26 e 69).

A percepção dessa maior instabilidade contribui para que outras potências, exógenas ao Atlântico Sul, também aumentem a sua presença militar na região, o que contraria o interesse brasileiro de mantê-la como uma zona livre de tensões internacionais, como expresso na declaração da ZOPACAS.

Embora a principal influência chinesa na Namíbia ainda se dê no campo econômico, a cooperação militar tem progredido consideravelmente nos últimos anos. A China provê apoio regular à Força Aérea daquele país, que já opera aeronaves de

treinamento e caças chineses (JANE'S, 2011). No campo naval, a recente aquisição do “Elephant” parece indicar que o ACNBN deixou de ser um fator inibidor para o aprofundamento da cooperação sino-namibiana, o que pode trazer profundas consequências para o futuro desse acordo.

Tendo em vista a relevância do ACNBN, bem como a possibilidade de expandir esse tipo de parceria para outros países da África atlântica, é essencial que o Brasil busque alternativas eficazes para manter a atratividade do acordo frente à nova concorrência imposta pela China.

Assim, este trabalho tem por propósito estabelecer as implicações da presença chinesa na Namíbia para o poder naval brasileiro. Para tanto, pretende identificar, inicialmente, o papel desse poder como instrumento da política externa para a África sul-atlântica, em geral, e para a Namíbia em particular, detalhando a cooperação naval entre os dois países. Em seguida, descreverá o atual estágio da presença chinesa naquele país africano, com foco na recente investida sobre a área naval. Por fim, buscará analisar os reflexos dessa presença para o poder naval do Brasil, tanto à luz do ambiente de segurança do Atlântico Sul, como nos aspectos afetos ao ACNBN.

A fim de atingir esses objetivos, o trabalho foi estruturado de forma a apresentar, no capítulo seguinte, a relevância do Atlântico Sul e da África ocidental para os interesses brasileiros, quando se fará uso do conceito de complementaridade geoestratégica para traduzir a importância da cooperação Brasil-África para a paz e segurança na região sul-atlântica. O capítulo ainda discorrerá sobre a contribuição, tanto histórica como atual, do poder naval para a política externa brasileira em relação à costa ocidental africana.

A cooperação naval entre o Brasil e a Namíbia será o foco do terceiro capítulo, o qual abordará as relações diplomáticas entre os dois países para, em seguida, apreciar os principais aspectos do acordo firmado entre eles. A partir de depoimentos inéditos de

autoridades brasileiras e namibianas, tanto da área naval como de relações exteriores, será construída uma apreciação crítica da contribuição do ACNBN para a política externa brasileira, bem como discutidas possíveis oportunidades para o aperfeiçoamento do acordo.

O quarto capítulo trata da presença chinesa na Namíbia, enquadrando-a no contexto mais amplo da atual política da China para a África. Serão ainda analisadas as ligações da elite dirigente daquele país africano com o governo, empresas e comerciantes chineses, bem como os motivos pelos quais essas ligações têm contribuído para a insatisfação de certos segmentos da sociedade namibiana. O capítulo abordará, por fim, a investida chinesa na área militar e, em especial, a cooperação que vem recentemente desenvolvendo com a Marinha da Namíbia.

Serão sintetizados, no quinto capítulo, os desdobramentos que a penetração chinesa na Namíbia traz para o poder naval brasileiro. No que se refere ao ambiente de segurança do Atlântico Sul, será concebido um modelo teórico para representar o processo cíclico pelo qual a presença da China contribui para a instabilidade regional. Já quanto ao ACNBN, estimar-se-ão os possíveis efeitos da emergente cooperação naval sino-namibiana sobre o futuro do acordo. Por fim, serão propostas alternativas para o preparo e o emprego do poder naval, de modo a promover os interesses brasileiros, mesmo diante dos óbices relatados.

Espera-se, assim, que o trabalho contribua para o aperfeiçoamento do poder naval brasileiro como instrumento de apoio à política externa para África e, mais especificamente, para a Namíbia, bem como propicie elementos para aprimorar o preparo e emprego desse poder na proteção dos interesses do Brasil no Atlântico Sul.

2 PODER NAVAL E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA PARA O ATLÂNTICO SUL E COSTA OCIDENTAL DA ÁFRICA

O entorno estratégico brasileiro abrange, para além do subcontinente sul-americano, o espaço geográfico do Atlântico Sul¹ e costa ocidental da África. Nesse espaço, predominantemente oceânico, o poder naval exerce importante papel em apoio à política externa do País. Este capítulo buscará, inicialmente, apresentar a relevância estratégica do Atlântico Sul e da África ocidental para o Brasil. Em seguida, descreverá como evoluiu, ao longo da história, a nossa política externa para o continente africano. Por fim, identificará a contribuição do poder naval para a consecução dessa política.

2.1 Relevância do Atlântico Sul e da costa ocidental da África para os interesses brasileiros

A conformação do espaço geográfico brasileiro, de dimensões continentais, debruçado sobre o Atlântico e projetado para a África, confere fundamental importância àquele oceano e, conseqüentemente, exige especial atenção à costa ocidental africana para o atendimento dos interesses brasileiros. A relevância desse espaço marítimo para a segurança e prosperidade do Brasil já se fazia sentir desde os momentos iniciais da nossa história.

2.1.1 Complementaridade geoestratégica entre Brasil e África

Com a consolidação das suas conquistas em ambas as margens do Atlântico, Portugal pôde estabelecer, a partir da segunda metade do século XVI, um fluxo triangular de comércio açucareiro, tendo como vértices as colônias africanas, fornecedoras da mão de obra

¹ Este trabalho se valerá da definição de Atlântico Sul constante da Estratégia Militar de Defesa, que o considera como o espaço geográfico que vai “do paralelo 16° N até o Continente Antártico, abrangendo as margens oeste da África e leste da América do Sul” (MOURA NETO, 2010, p. 452).

escravizada; o Brasil, a quem cabia a plantação da cana e o processamento inicial do açúcar; e a Europa, que detinha o capital e controlava as fases de refino e distribuição (BOXER, 2002, p. 116). Essa lógica comercial estabelecia fortes vínculos das colônias africanas e brasileira não apenas com a metrópole, mas também entre si.

A ligação entre os “vértices” brasileiro e africano, no entanto, ia além dos aspectos comerciais. A posição estratégica privilegiada do Brasil em relação à costa ocidental da África conferia a Portugal capacidade ímpar de projeção de poder sobre aquele continente. Em contrapartida, o controle de ilhas oceânicas e pontos de suprimento na África atlântica contribuía para a defesa da colônia brasileira. Esta capacidade de apoio mútuo permitiu que as colônias atlânticas resistissem eficazmente a trinta anos de assédio holandês, no século XVII (BOXER, 2002, p. 126-127), destino diferente ao das possessões lusitanas no Índico.

Portugal compreendera, já àquela época, a existência daquilo que passará a ser denominado, neste trabalho, de complementaridade geoestratégica entre o Brasil e a costa ocidental da África, ou seja, a noção de que, no exercício do controle sobre o Atlântico Sul, a posse de territórios em uma de suas margens potencializa o valor estratégico dos domínios na margem oposta.

A complementaridade Brasil-África continua presente nos dias de hoje e se expressa pelo reconhecimento, por parte dos países sul-atlânticos, das suas responsabilidades quanto à preservação desse espaço marítimo como uma zona de paz e cooperação.

2.1.2 Relevância atual do Atlântico Sul e África ocidental para o Brasil

A importância do Atlântico Sul para o Brasil se manifesta não apenas pelas questões geoestratégicas anteriormente apresentadas, mas também pelos aspectos econômicos que tornam a vida nacional inegavelmente dependente do espaço marítimo em que o País está

inserido. Lindeira a esse mesmo espaço, a costa ocidental da África merece, por conseguinte, atenção prioritária das políticas externa e de defesa brasileiras.

É pelo mar que fluem 94,3% do volume de nosso comércio internacional, bem como 80,3% de todo o seu valor (TAB. 1, APÊNDICE B). Mais de 91% do petróleo e 74,4% do gás natural brasileiros são explorados de campos marítimos (BRASIL, 2011, p. 7). O mar abriga outras inúmeras atividades econômicas como a pesca, a aquicultura, a extração de sal, o turismo e recreação, além de deter enormes potencialidades inexploradas em recursos minerais e na geração de energia.

Reconhecendo a importância fundamental desse espaço marítimo, a atual PDN estabelece que “o País visualiza um entorno estratégico que extrapola a massa do subcontinente e inclui a projeção pela fronteira do Atlântico Sul e os países lindeiros da África.” (BRASIL, 2005). Complementarmente, é interesse brasileiro que esse entorno permaneça livre de tensões internacionais. Com vistas à consecução desse propósito, o Brasil articulou, em conjunto com outros países da região, a proposta que culminou na aprovação, pela Assembleia Geral da ONU, em 1986, da declaração da ZOPACAS (ONU, 1986).

Há, no entanto, óbices para a manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação. Entre estes, os que têm mais evidência hoje são as ameaças geradas pelo crime transnacional e a pirataria, especialmente no Golfo da Guiné (LESSA, 2012)². Estas ameaças têm gerado efeitos negativos, principalmente, sobre as atividades petrolíferas desenvolvidas no mar. Embora as ocorrências de pirataria no Golfo sejam em menor número do que nas costas da Somália, o grau de violência empregado tem sido, frequentemente, maior do que no Chifre da África (STRATFOR, 2012).

O terrorismo também tem intensificado o nível de atividade na região, sendo os seus grupos mais expressivos a Al-Qaeda no Maghreb Islâmico (AQIM), responsável por

² Embaixador do Brasil na Namíbia. Entrevista concedida ao autor, cuja íntegra consta do APÊNDICE A, p. 97-99.

sequestros e ataques a alvos ocidentais, principalmente no Mali e Níger; e o Boko Haram, também fundamentalista islâmico, com atuação no norte da Nigéria e que se celebrou por uma série de ataques contra igrejas cristãs, no natal de 2011 (EUA, 2012b, p. 8).

Outro óbice, igualmente significativo embora não tão evidente, é a presença militar de potências exógenas à região. Tal presença já se fazia sentir sob a forma de possessões territoriais remanescentes do passado colonial, como no caso das ilhas sob controle do Reino Unido (LESSA, 2012). Mais recentemente, no entanto, outras potências têm intensificado sua atuação no Atlântico Sul, fruto de um processo cíclico motivado, por um lado, pela expansão de seus interesses econômicos na região e, por outro, pela necessidade de proteger tais interesses contra ameaças emergentes.

Com o propósito de proteger seus interesses de segurança no continente africano, os EUA ativaram, em 2007, o *United States Africa Command* (AFRICOM). Com sua sede atualmente em Stuttgart, na Alemanha, o AFRICOM não dispõe de bases permanentes na África (EUA, 2012a). Embora o Governo de São Tomé e Príncipe tenha divulgado, ainda em 2002, que concordara com a instalação de uma base naval norte-americana em seu território (BBC NEWS, 2002), este fato não foi oficialmente confirmado pelos EUA³.

A China, por sua vez, tem aumentado a participação em operações de paz no continente. Em dezembro de 2006, por exemplo, 1.322 chineses eram empregados em missões na África, o que correspondia a cerca de 80% dos efetivos envolvidos em operações de paz. Esses números são especialmente expressivos ao se considerar que, à mesma época, França, Rússia, EUA e Reino Unido mantinham, somados, 475 militares em missões de paz no continente (HE, 2007, p. 35). Atualmente, a RPC mantém observadores e tropas na Libéria, Costa do Marfim e República Democrática do Congo (RDC). A participação mais expressiva ocorreu neste último país, onde um contingente de 875 militares integrou, até

³ A posição oficial dos EUA é de não haver planos para mudar suas instalações para a África e nem de estabelecer qualquer base naquele continente (EUA, 2012a).

agosto de 2011, a MONUSCO (*United Nations Organization Stabilization Mission in the Democratic Republic of the Congo*)⁴.

A França, em contrapartida, reposicionou as suas forças presentes no continente, retirando-as do interior e as concentrando no litoral do Golfo da Guiné, como se pode observar na FIG. 1 (ANEXO A).

Vê-se, portanto, que o Atlântico Sul e costa ocidental da África constituem uma região de importância geoestratégica para o Brasil. A manutenção de um ambiente de paz e cooperação nessa área atende aos interesses do País, na medida em que contribui para a sua segurança e para a preservação de suas atividades econômicas. A tendência atual, porém, tem sido de aumento da presença militar estrangeira na costa ocidental da África, o que poderá gerar efeitos ainda incertos sobre a estabilidade e segurança regionais.

2.2 A política brasileira para a África

A política externa brasileira para a África atravessou diferentes fases ao longo da história, alternando, conforme os interesses nacionais, momentos de aproximação com outros de quase esquecimento.

Os princípios que regem as relações internacionais do Brasil são definidos no art. 4º da Constituição Federal (BRASIL, 1988). Destacam-se entre eles, no relacionamento com os países da costa atlântica da África, a não-intervenção, a igualdade entre os estados, a solução pacífica dos conflitos e a cooperação entre os povos.

A nossa atual política para aquele continente tem buscado ampliar o número de parceiros e aumentar o grau de intercâmbio diplomático e comercial.

⁴ Sítio *Chinese Peacekeepers in Action*. Disponível em: <http://english.chinamil.com.cn/site2/special-reports/2006-08/31/content_570624.htm>. Acesso em: 15 jul. 2012.

2.2.1 Antecedentes históricos

Embora só haja sentido em se referir a uma política brasileira para a África a partir da consolidação do Brasil como Estado independente, faz-se necessário recorrer ao período do domínio colonial português para se compreender mais nitidamente os fundamentos e fatores condicionantes que vieram a moldar essa política.

O aspecto predominante das relações entre o Brasil-colônia e o continente africano era, indiscutivelmente, o tráfico negreiro. Desde o século XVII até a primeira metade do século XIX, o comércio de escravos propiciava “um intenso intercâmbio entre os dois lados do Atlântico, envolvendo relações comerciais e transposição populacional de envergadura” (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 58). Essa atividade, essencial para a economia brasileira da época, foi também responsável por profundas influências na demografia, cultura e vida social do País.

Com a independência, em 1822, surge o primeiro período de uma política genuinamente brasileira para a África. Embora algumas características tenham se mantido, desde o período colonial, como a importância do tráfico negreiro, há outros aspectos que são peculiares a essa nova fase, a qual registra um primeiro distanciamento, por imposições externas, entre o Brasil e a África atlântica.

No final do século XVIII, como sugere Selma Pantoja, o “Brasil já vinha atuando como centro do comércio e da administração do mundo luso na área sul do oceano” (2003, p. 206). Assim, a notícia da emancipação brasileira provocou, naquela colônia, uma série de movimentos com o intuito de promover a sua adesão ao nascente império. Dois membros angolanos do parlamento português chegaram a renunciar a seus assentos e se mudar para o Brasil na condição de representantes de Angola (BANCO MUNDIAL; BRASIL, 2011, p. 30).

Se não convinha a Portugal perder suas colônias africanas, interessava ainda menos ao Reino Unido o surgimento de um novo império com territórios em ambas as margens do Atlântico⁵. Assim, as duas potências passam a exercer forte pressão sobre a ex-colônia, condicionando o reconhecimento da independência à renúncia brasileira a qualquer pretensão de anexação territorial. Finalmente, o Tratado de Paz e Aliança de 1825 é firmado entre Brasil e Portugal, mas com a seguinte cláusula: “Sua Majestade Imperial promete não aceitar preposições de quaisquer colônias portuguesas para se reunirem ao Império do Brasil.” (CASTRO *et al.*, 2006, p. 50). O compromisso brasileiro provocou um natural afastamento político em relação à África portuguesa. Os vínculos econômicos, no entanto, continuaram estreitos, devido ao intenso comércio transatlântico de escravos, mantido até a promulgação da Lei Eusébio de Queiroz, em 1850 (KLEIN, 1987, p. 133).

Com o fim do tráfico, inicia-se o segundo período da política brasileira para a África, o qual irá perdurar, sem grandes alterações, por mais de um século. O distanciamento gradual, que já se iniciara na fase anterior, torna-se agora uma quase ruptura. As questões de fronteira e os conflitos na bacia do Prata, que persistem até os anos 1870, fazem com que as prioridades da política externa se voltem do Atlântico para o plano regional. Além disso, ao fim do século XIX, as práticas neocolonialistas das potências europeias provocam um virtual “fechamento do continente africano” (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 59) em relação ao Brasil, quadro que perdurará até o fim da Segunda Guerra Mundial.

O surgimento dos movimentos de descolonização, na década de 1950, marcou o início do terceiro período de nossa política africana, o qual se distinguiu por uma postura ambígua quanto aos acontecimentos naquele continente. Ainda que a retórica oficial fosse anticolonial e favorável à autodeterminação dos povos, o discreto apoio ao colonialismo

⁵ Além da questão geopolítica, o posicionamento britânico tinha propósitos mais pragmáticos e de curto prazo. Engajado em preservar seu comércio e reprimir o tráfico negreiro no Atlântico, o Reino Unido considerava mais fácil alcançar esses objetivos se o tráfico fosse tratado como uma atividade internacional, regida pelos tratados que já mantinha com Portugal, e não como um negócio interno do Brasil (PANTOJA, 2003, p. 207).

português e o significativo intercâmbio comercial com o regime da África do Sul constituíam-se em entraves, ainda segundo Penna Filho e Lessa (2007, p. 57), ao desenvolvimento de uma política brasileira mais ampla em relação à África.

A essa época, porém, começa a surgir o reconhecimento, entre diplomatas e lideranças políticas, da necessidade de se rever as posições brasileiras quanto ao continente africano. Osvaldo Aranha foi um dos primeiros a se manifestar mais enfaticamente sobre a questão, chegando a enviar uma carta ao presidente Juscelino Kubitschek, em 1957, ressaltando que a atitude brasileira em favor das potências coloniais comprometia o “seu prestígio internacional e até a sua posição continental” (SARAIVA, 2000, p. 5).

É nesse contexto, de percepção da necessidade de maior aproximação, que tem início o quarto período da política africana brasileira. Ele perdurará até meados da década de 80 e será caracterizado, a despeito de alguns momentos de estagnação ou quase retrocesso, pelo aumento dos contatos políticos e econômicos com os países independentes da África.

A Política Externa Independente (PEI), adotada por Jânio Quadros após assumir a presidência em 1961, é o marco inaugural desse período. Naquele mesmo ano, é conduzida a reforma administrativa do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que passa a ter uma Divisão da África, e são abertas embaixadas brasileiras em Acra e em Túnis (CASTRO, 2009, p. 466-469).

É importante frisar, nesta altura, que a PEI, apesar dos seus progressos em direção à África, não representou uma ruptura nas relações com os países desenvolvidos. O próprio posicionamento quanto ao colonialismo português permaneceu ambíguo como nos anos anteriores. Penna Filho e Lessa assinalam que “O Brasil continuou sem a firmeza necessária para romper a visão sentimental com relação a Portugal, apesar do esforço de mudança patrocinado pelo novo governo” (2007, p. 67).

O Movimento de 1964 não provocou, em seus primeiros anos, grande inflexão nas relações com a África. Embora, dentro da lógica da Guerra Fria, tenha havido um realinhamento da política externa com o bloco ocidental em detrimento do discurso Sul-Sul, permaneceu a ênfase econômica no diálogo com os países africanos. Nos dois primeiros anos do novo regime, organizaram-se duas missões comerciais àquele continente (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 69), a fim de sondar a possibilidade de entrada de produtos brasileiros.

A nova política externa adotada pelo governo Geisel, denominada de “Pragmatismo Responsável”, põe fim à ambiguidade em relação à questão colonial. Buscando os interesses nacionais acima de alinhamentos ideológicos, o País assume postura de maior autonomia nas suas relações exteriores. Nos assuntos africanos, o novo posicionamento fica patente quando o Brasil reconhece o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), no mesmo dia em que este declara a independência (BANCO MUNDIAL; BRASIL, 2011, p. 28). Nesse sentido, o “Pragmatismo Responsável” representou, mais do que a própria PEI, o grande ponto de inflexão da política africana do Brasil no século XX.

Esta postura em relação à África é mantida até meados da década de 80. As relações econômicas são ampliadas, sendo estabelecido um fluxo relativamente intenso de bens e de capital de um lado a outro do Atlântico (BANCO MUNDIAL; BRASIL, 2011, p. 29). Entretanto, a alta dos juros internacionais e a decorrente escassez de divisas começam a afetar as economias brasileira e africana, as quais são levadas a buscar, cada vez mais, soluções internas ou regionais para as suas dificuldades.

É a partir desse quadro econômico desfavorável que a política brasileira para a África entra no seu quinto período. As sucessivas crises da dívida externa, na segunda metade da década de 80, a prioridade atribuída às relações regionais, com a criação do Mercado

Comum do Sul (MERCOSUL) em 1991⁶, e a adoção de políticas econômicas de orientação mais neoliberal, a partir do governo Collor, fazem com que o relacionamento comercial com a África sofra significativa queda. As exportações para aquele continente, que chegaram a atingir 8,4% do valor total exportado pelo Brasil em 1981, passam a representar 3,2% do total em 1996 (SANTANA, 2003b, p. 534).

No campo político, no entanto, registra-se algum progresso com a criação da ZOPACAS, em 1986, e o reconhecimento da independência da Namíbia, em 1990. No ano seguinte, Collor de Mello torna-se o primeiro chefe de Estado latino-americano a visitar aquele país (BRASIL, 1991). É nesse contexto, também, que é assinado, em Windhoek, a 4 de março de 1994, o ACNBN (BRASIL, 1996), o qual será tratado mais detalhadamente no próximo capítulo. Por fim, em 17 de julho de 1996, é criada a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), fórum multilateral para o “aprofundamento da amizade mútua e da cooperação”⁷ entre os países lusófonos, cinco dos quais situados na África⁸.

Com a estabilização econômica propiciada pelo Plano Real, o Brasil passou a buscar maior inserção internacional. Entretanto, o eixo central da política externa continuou a ser “o fortalecimento do MERCOSUL e o adensamento das relações com os EUA e demais economias avançadas” (RIBEIRO, 2007, p. 126). A África ainda não voltara a se constituir em prioridade para a diplomacia brasileira.

Pode-se considerar que as relações brasileiras com a África entram em seu sexto e atual período a partir do governo de Lula da Silva, na medida em que ocorre uma reorientação dos eixos prioritários da nossa política externa, como será visto no subitem a seguir.

⁶ Em 26 de março de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai assinam o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Sul (BRASIL. MRE. **MERCOSUL**, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional/mercosul/>>. Acesso em: 26 jul. 2012).

⁷ Sítio oficial da CPLP. Disponível em <<http://www.cplp.org/id-46.aspx>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

⁸ Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

2.2.2 Atual política brasileira para a África

A política externa brasileira, a partir do governo Lula, passou a adotar uma agenda que priorizava a diversificação nas relações internacionais, buscando resgatar as relações Sul-Sul, o que deu novo estímulo à aproximação com a África subsaariana⁹.

Entre 2003 e 2010, dezenove embaixadas brasileiras foram abertas ou reativadas na África (FIG. 2, ANEXO B). Desde 2002, foram realizadas 31 visitas presidenciais a 23 países africanos, dos quais vinte na sua porção subsaariana (FIG. 3 e 4, ANEXO B). Esse movimento motivou, em contrapartida, a abertura de postos diplomáticos desses países no Brasil. Apenas “entre 2003 e 2006, o número de embaixadores africanos acreditados em Brasília saltou de 16 para 25” (RIBEIRO, 2007, p. 172).

Em paralelo com esses esforços nas relações bilaterais, foram empreendidas diversas iniciativas de vertente multilateral. Em 2006, realizou-se a 1^a Cúpula América do Sul – África (ASA), em Abuja, na Nigéria, a partir de uma iniciativa conjunta dos presidentes Lula e Obasanjo, daquele país¹⁰.

A ZOPACAS, que registrara pouca atividade desde a sua criação, foi revitalizada a partir da reunião ministerial ocorrida em Luanda, em 2007. Na ocasião, foi aprovado ambicioso plano de ação, englobando cooperação econômica, combate a atividades ilícitas, manutenção de paz e questões marítimas (BRASIL, 2010b). Até o momento, porém, o plano não conseguiu se traduzir em ações concretas de vulto. Há expectativa de que a próxima

⁹ Geograficamente, a África subsaariana corresponde à porção do continente africano localizada ao sul do Saara. Sob o enfoque político, não há consenso quanto a que países constituem essa sub-região. Este trabalho considerará como África subsaariana o conjunto total de países do continente e suas ilhas oceânicas, excetuando-se aqueles que, segundo a classificação adotada pela ONU, compõem o Norte da África: Argélia, Egito, Líbia, Marrocos, Saara Ocidental, Sudão, Sudão do Sul e Tunísia (ONU. Divisão de Estatísticas, 2011).

¹⁰ De acordo com o plano de ação elaborado em Abuja, está prevista a realização de novas cúpulas a cada dois anos. A segunda ocorreu na Venezuela, em setembro de 2009. A terceira estava prevista para ocorrer na Líbia, em 2011, mas não pôde ser realizada em razão dos conflitos internos naquele país.

reunião, prevista para setembro de 2012, no Uruguai, retome o processo de revitalização desse fórum.

Outra importante iniciativa de aproximação, ligada à área do Atlântico Sul, foi a 1ª Cúpula entre Brasil e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO)¹¹, realizada em Cabo Verde, em 2010, e cuja declaração conjunta confirmou a intenção dos Estados participantes de cooperar em diversas áreas, incluindo a implementação de um plano de ação regional sobre crime organizado e tráfico de drogas (BRASIL, 2010a).

Constata-se, assim, que a atual política brasileira para a África passa por nova fase de reaproximação e de dinamismo, reafirmando, como ressaltou Lessa (2012), a vocação universalista do Brasil nas suas relações político-diplomáticas, comerciais e culturais.

2.3 Contribuição do poder naval à política externa brasileira na África

Ligado à África pela vasta extensão do Atlântico, o Brasil tem empregado o seu poder naval, em diferentes oportunidades ao longo da história, como versátil instrumento em apoio à política externa. Atualmente, a contribuição desse poder se dá por meio dos exercícios realizados com Marinhas africanas, pelas ações de presença nos portos e, principalmente, pelo ACNBN. Tal contribuição poderá, como será visto a seguir, ter efeitos ainda mais expressivos, caso inserida em uma política elaborada de forma integrada, capaz de coordenar as ações de diferentes setores em prol dos interesses do País no continente africano.

¹¹ Comunidade Econômica que engloba quinze Estados da África Ocidental, estendendo-se desde o Senegal até a Nigéria (Site oficial da CEDEAO. Disponível em: <<http://www.ecowas.int/>>. Acesso em: 28 jul. 2012)

2.3.1 Evolução histórica

Ainda no período colonial, tirando proveito da complementaridade geoestratégica¹² entre seus domínios nos dois lados do Atlântico, Portugal fez partir do Rio de Janeiro, em 1645 e 1648, as expedições de Francisco de Souto-Maior e Salvador Correia de Sá e Benevides¹³, com o fito de combater os holandeses que haviam se instalado, desde 1641, em Angola e São Tomé e Príncipe (PANTOJA, 2003, p. 195). O êxito obtido contra o invasor confirmou a importância do poder naval, em especial da sua capacidade de projeção sobre terra, para a consecução dos objetivos traçados pela política externa.

Após sua vitoriosa participação nas lutas pela independência, a Marinha Imperial brasileira recebeu a tarefa de fiscalizar o cumprimento da convenção firmada com o Reino Unido em 1827, que proibia, no prazo de três anos, o tráfico de escravos em navios brasileiros (VIANNA, 1994, p. 489). Para este fim, Prado Maia (1965, p. 235) relata que

[...] durante muitos anos mantivemos na costa da África, com base em Cabinda, a “Divisão Naval de Leste”, [...] constituída, com períodos variáveis de permanência, pela fragata *Paraguaçu*, corveta *Ânimo Grande*, brigue *Quinze de Agosto* e brigues-escunas *Duquesa de Goiás* e *Ismênia*.

A criação da Divisão Naval do Leste se constituiu em desafio inédito para a nossa recém-formada Marinha, por envolver a manutenção de uma força naval operando afastada do território do País e estacionada permanentemente em um porto africano. Mais do que isto, porém, a atuação da divisão demonstrou, como aponta Malvasio (2007, p. 3), a utilidade do poder naval como meio de “assegurar as decisões do Império quanto à sua Política Externa”.

¹² Cf. subitem 2.1.1, p. 19.

¹³ Os holandeses ocupam a costa de Angola até Benguela, em 1641, associando-se à famosa rainha Jinga (ou N'zinga) do povo Jaga, que já lutava contra os lusos. Temendo os efeitos desastrosos que a interrupção do tráfico de escravos teria sobre a sua atividade açucareira, Portugal (então em paz com a Holanda na Europa), decide enviar uma força naval a partir da colônia brasileira. Assim, parte do Rio de Janeiro, em 1645, uma primeira expedição, sob o comando de Francisco de Souto Maior. Este inicia os combates contra os invasores mas é detido antes de conseguir restaurar a colônia. Uma nova esquadra, com quinze navios e uma força de desembarque de novecentos homens, suspende do Rio de Janeiro, em 1648, sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, que derrota definitivamente os holandeses (BOXER, 2002, p. 126).

Em razão do distanciamento político e econômico entre Brasil e África, do fim do século XIX à primeira metade do século XX¹⁴, foram raras as oportunidades, no período, para o emprego do poder naval em prol da política externa brasileira. A exceção mais significativa foi a atuação da Divisão Naval em Operações de Guerra (DNOG) em costas africanas, durante a 1ª Guerra Mundial (GAMA, 1982, p. 146-148).

Com a implementação da PEI pelo Governo Jânio Quadros e a consequente reaproximação com a África, o poder naval dá nova demonstração de sua versatilidade em apoio à diplomacia, por meio da viagem de instrução do Navio-Escola “Custódio de Mello”, em 1961, e que mereceu a seguinte referência de Sombra Saraiva (2000, p. 7-8):

A mais espetacular iniciativa brasileira naquele ano talvez tenha sido a da exposição flutuante no navio-escola Custódio de Mello. Organizada pelo Itamaraty e pelo Ministério da Marinha, a exposição viajou ao longo da costa ocidental africana durante alguns meses a fim de apresentar produtos brasileiros para uma possível comercialização no continente africano. Dacar, Freetown, Abidjan, Tema, Lagos, Duala, Ponta Negra, Luanda, Lourenço Marques, Mombassa, Massawa, Alexandria, Tunis e Casablanca foram tocados pela expedição brasileira. O Atlântico, segundo depoimentos de alguns membros da expedição, abrasileirava-se.

Até o fim da década de 1980, o apoio do poder naval à política brasileira para a África envolveu, primordialmente, a execução de ações de presença, por meio de visitas de navios da MB a portos africanos. Entre 1985 e 1988, por exemplo, oito navios da Esquadra¹⁵, incluindo submarinos, “mostraram a bandeira” em sete diferentes portos da costa ocidental da África. Essas visitas, prioritariamente efetuadas por navios construídos no Brasil, denotam um interesse comercial mais do que um esforço deliberadamente coordenado de política externa.

Em março de 1994, a fragata “Niterói” tornou-se o primeiro navio de guerra estrangeiro a adentrar o porto de Walvis Bay, após a transferência definitiva de sua soberania

¹⁴ Cf. subitem 2.2.1, p. 24.

¹⁵ Nos anos de 1985 a 1988, as fragatas “Defensora”, “Independência” (duas vezes) e “União” (duas vezes); os contratorpedeiros “Alagoas” e “Rio Grande do Norte”; o navio-tanque “Marajó” (duas vezes); e os submarinos “Amazonas”, “Humaitá” e “Tonelero” visitaram os portos de São Tomé, Lagos (quatro vezes), Abidjan (quatro vezes), Praia, Dacar (duas vezes), Libreville e Monróvia (Sítio Navios de Guerra Brasileiros. Disponível em: <<http://www.naviosbrasileiros.com.br/ngb/letras2.htm>>. Acesso em: 23 jul. 2012).

para a Namíbia. Este evento, ocorrido à mesma época da assinatura do ACNBN, teve grande simbolismo para as relações entre os dois países (SCOFIELD, 2011, p. 57).

Quanto às operações com as marinhas africanas, as décadas de 1990 e 2000 registraram o surgimento dos exercícios multinacionais de caráter naval, como as operações ATLASUR¹⁶, em 1993, com a participação das Marinhas do Brasil, África do Sul, Argentina e Uruguai; e, a partir de 2008, as IBSAMAR, realizadas no âmbito do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)¹⁷, reunindo as Marinhas desses três países.

A atual política externa, com foco na multilateralidade das relações brasileiras, voltou a recorrer ao poder naval para a consecução dos seus objetivos na África. Em 2010, a corveta “Barroso”, projetada e construída no Brasil, visitou a Namíbia, Angola, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe, Nigéria e Gana. Entre os resultados alcançados pela viagem destacam-se a doação de uniformes e embarcações pneumáticas para a Guarda Costeira de São Tomé e Príncipe e, principalmente, a assinatura de protocolo de intenções com a Guiné Equatorial para a aquisição de uma corveta da mesma classe (SALLES, 2010). Este último evento ganhou especial dimensão por ter ocorrido de forma coordenada com a visita do presidente Lula àquele país (BRASIL, 2010c, p. 37).

Outra iniciativa multilateral que tem contado com a contribuição do poder naval é a CPLP. Desde 2008, vêm sendo programados periodicamente os Simpósios das Marinhas da CPLP, com o propósito de promover o diálogo, incrementar a cooperação e estreitar os laços de amizade e solidariedade entre as forças navais dos Estados-membros. A terceira edição do simpósio ocorreu em maio de 2012, no Rio de Janeiro¹⁸, e contou com a presença de delegações de todos os cinco países africanos participantes.

¹⁶ A primeira ATLASUR ocorreu na Argentina, em 1993, e a segunda na África do Sul, em 1995. Desde então, vem sendo realizada bianualmente, alternando sua sede entre os países participantes (JANE'S, 1995).

¹⁷ Mecanismo de coordenação entre os três países, estabelecido em 2003, promovendo iniciativas diplomáticas em diferentes áreas (BRASIL. MRE. **Fórum de Diálogo IBAS**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/mecanismos-inter-regionais/forum-ibas>>. Acesso em: 24 jul. 2012).

¹⁸ Sítio oficial da CPLP. Disponível em:

Ao se observar esses séculos de atuação da nossa política externa em relação à África ocidental, percebe-se que o poder naval tem sido um importante instrumento à sua disposição, sendo capaz de se adequar, devido à sua intrínseca versatilidade, às demandas geradas pelas mais diferentes situações, desde a crise, como nos casos da Divisão Naval do Leste e DNOG, até a cooperação, caracterizada pelo ACNBN.

2.3.2 Poder naval e política externa – apreciação crítica

Nas relações com a África, embora o poder naval seja importante recurso para promover e proteger os interesses do Estado na região, é a este último que competem as atribuições de definir quais são esses interesses e de estabelecer as políticas para alcançá-los.

Cabe ainda ao Estado a tarefa fundamental de integrar as diferentes políticas setoriais, de modo a assegurar que elas se orientem na direção dos interesses definidos. Entretanto, ao se observar as relações brasileiras com a África, percebe-se que nem sempre tal integração tem ocorrido.

Nos períodos da PEI e do “Pragmatismo Responsável”¹⁹, é possível observar a existência de uma orientação comum entre as diversas políticas setoriais, por meio da qual o engajamento diplomático abria caminho para a intensificação das relações econômicas e vice-versa. Na segunda metade da década de 1970, por exemplo, o Brasil fez uso da imagem favorável, proporcionada pelo reconhecimento da independência das ex-colônias portuguesas, para ampliar as relações comerciais com a África subsaariana. Segundo Ivo Santana (2003a, p. 118), isto foi possível

a partir de uma grande ofensiva brasileira envolvendo diplomacia, agências de governo e empresas estatais. Entrelaçadas num projeto comercial, essas instituições orientaram-se para um efetivo apoio a empresas multinacionais com filiais no Brasil

<<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=1938&M=NewsV2&PID=304>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

¹⁹ Cf. subitem 2.2.1, p. 26.

e a empresas de capital industrial nacional, estimulando-as a estabelecer relações comerciais com o continente africano.

Em outros períodos, no entanto, verifica-se certo descompasso entre as políticas dos diferentes setores. Este é o caso das décadas de 1980 e 1990, quando grandes avanços na área diplomática e de defesa, como a declaração da ZOPACAS, a assinatura do ACNBN e a criação da CPLP, ocorreram à mesma época em que a política econômica se distanciava comercialmente da África, passando a privilegiar as parcerias Norte-Sul e com seus vizinhos continentais (SANTANA, 2003a, p. 126).

Embora as relações com a África tenham recuperado sua importância na diplomacia brasileira, desde a nova ênfase nas relações Sul-Sul pelo governo de Lula da Silva²⁰, ainda há o que aprimorar na integração das políticas dos diversos setores, de modo a conciliar as metas diplomáticas, de defesa e comerciais para aquele continente. A ZOPACAS é uma das áreas que pode se beneficiar desse tipo de integração, em especial após a ampliação da sua agenda na reunião de 2007, em Angola.

No que concerne ao emprego do poder naval, sua contribuição aos interesses do País será tão mais ampla e eficaz quanto mais integradas forem as diferentes políticas setoriais em relação à África. Assim, ações de presença de meios navais, exercícios com outras Marinhas e o estabelecimento de acordos de cooperação poderão, se associados a iniciativas adequadas em outras áreas, incentivar nossas exportações; aprofundar a confiança mútua; e contribuir, por fim, para maior inserção brasileira naquele continente.

2.4 Considerações Parciais

O Atlântico Sul e a costa ocidental da África constituem área de fundamental relevância para a defesa e a prosperidade do Brasil. A manutenção dessa área como uma zona

²⁰ Cf. subitem 2.2.2, p. 28.

de paz e cooperação é uma legítima aspiração brasileira e dos demais países limítrofes, mas que vem encontrando obstáculos para a sua consecução, tanto devido às ameaças da pirataria e do crime transnacional como em razão do aumento da presença militar de potências estrangeiras.

A preservação do ambiente de segurança, no Atlântico Sul, frente a esses obstáculos, dependerá de uma ativa política por parte do Brasil, capaz de integrar os diversos setores nacionais envolvidos e de reforçar os laços de amizade e confiança com a África ocidental. O atendimento desses propósitos, em uma área preponderantemente oceânica, requer um poder naval com credibilidade, capaz de apoiar eficazmente as ações de nossa diplomacia, tirando proveito da histórica complementaridade geoestratégica entre as margens atlânticas da África e da América do Sul.

3 O PODER NAVAL EM APOIO À POLÍTICA EXTERNA NA NAMÍBIA

Uma vez reconhecida a instrumentalidade do poder naval para a política externa do Brasil na África ocidental, este capítulo buscará identificar o papel desse poder no caso específico da Namíbia. Ao assumir o inédito compromisso de auxiliar a formação da Marinha daquele país, a MB atingiu novo patamar na sua contribuição à diplomacia brasileira em relação ao continente africano.

O ACNBN se constitui, portanto, no ponto central deste capítulo, o qual abordará, inicialmente, as relações entre Brasil e Namíbia, passando, em seguida, a estudar o acordo propriamente dito, incluindo as tratativas que conduziram à sua assinatura e a forma como este evoluiu. Merecerão destaque, ainda, as negociações para a aquisição de meios e equipamentos por parte da Namíbia e o estabelecimento dos Grupos de Apoio Técnico, inclusive o destinado à criação do Corpo de Fuzileiros Navais (CFN) namibiano. Por fim, será apreciada a contribuição do acordo para os interesses da política externa brasileira.

3.1 Relações entre Brasil e Namíbia

O início das relações entre Brasil e Namíbia antecede a própria independência daquele país africano. Em 1987, Sam Nujoma, ainda na condição de líder do movimento de libertação namibiano *South-West Africa People's Organization* (SWAPO), foi recebido em Brasília pelo então presidente José Sarney (BRASIL, 1987), lançando as bases para a futura cooperação bilateral.

Àquela época, a Namíbia ainda lutava para obter sua plena independência da África do Sul, em um longo processo que perdurava desde o término da 1ª Guerra Mundial. Nos primeiros meses daquele conflito, tropas sul-africanas invadiram o território namibiano,

então sob domínio alemão, o que levou a Liga das Nações, após as negociações de paz, a atribuir à África do Sul a tutela sobre o território namibiano, então denominado África do Sudoeste (*South-West Africa*) (SCOFIELD, 2011, p. 54).

A África do Sul, que planejava anexar definitivamente a Namíbia, permaneceu determinada a manter o mandato sobre o território, mesmo após a ONU haver decidido encerrá-lo, em 1966. Isto fez com que a SWAPO, naquele mesmo ano, endurecesse as ações armadas contra os sul-africanos, levadas a cabo pelo braço militar do movimento, o Exército de Libertação Popular da Namíbia, ou PLAN (*People's Liberation Army of Namibia*) (SHERBOURNE, 2005, p. 2).

A persistência da África do Sul em manter sua administração na Namíbia levou o Conselho de Segurança da ONU a adotar, em 1978, uma resolução que determinava a retirada de todas as forças sul-africanas e a transmissão do poder para o povo namibiano (ONU, 1978). O confronto entre o PLAN e as tropas da África do Sul prosseguiria ainda por mais dez anos, até que negociações mais efetivas em direção à paz fossem iniciadas em 1988.

O Brasil apoiou, desde o início, a posição da ONU quanto à independência da Namíbia. A própria declaração da ZOPACAS, cuja proposta teve ativa participação brasileira, considerava que “a independência da Namíbia e a eliminação do regime racista do *apartheid* [eram] condições essenciais para garantir a paz e segurança do Atlântico Sul”²¹. Esta postura rendeu importante capital diplomático ao Brasil nas futuras relações com a Namíbia. Além da visita de 1987, Nujoma retornou ao Brasil, já como presidente, em 1995, 1999 e 2004, enquanto seu sucessor, Hifikepunye Pohamba aqui esteve em 2009. Em contrapartida, Fernando Collor visitou a Namíbia em 1991 e Lula da Silva em 2003 e 2010 (BRASIL, 1991, 1999, 2012).

²¹ “the independence of Namibia and the elimination of the racist régime of *apartheid* are conditions essential to guaranteeing the peace and security of the South Atlantic.” (ONU, 1986, tradução nossa).

Essa relação de progressiva confiança mútua, construída nos planos político e diplomático, tornou-se pré-condição fundamental para as negociações que culminariam, em 1994, na assinatura do ACNBN.

3.2 O ACNBN

O ACNBN representa não apenas um marco nas relações entre as duas Marinhas, mas importante passo no aprofundamento da colaboração entre os dois países signatários. Experiência ímpar para a MB, o acordo exigiu a atuação coordenada de seus diferentes setores para atender às necessidades relacionadas à formação da força naval daquele país. Assim, esforços foram empreendidos em áreas tão variadas como o ensino, hidrografia e navegação, manutenção de meios e abastecimento. Da mesma forma, as diversas atividades previstas contaram com a contribuição de empresas públicas e privadas, nacionais e estrangeiras.

Para se compreender a relevância do ACNBN, faz-se necessário identificar, primeiramente, os antecedentes que motivaram o acordo e a forma como este evoluiu nessas quase duas décadas desde sua assinatura. Conhecidos esses aspectos, será possível construir uma visão crítica sobre a sua situação atual, com base nos depoimentos de autoridades militares e diplomáticas, em ambos os lados do Atlântico.

3.2.1 Antecedentes

O primeiro documento formal que trata da cooperação entre Brasil e Namíbia na área naval é o comunicado conjunto, assinado pelo presidente namibiano Sam Nujoma e o seu homólogo brasileiro Fernando Collor, em 13 de setembro de 1991, quando da visita deste último à Namíbia. De acordo com o documento, os presidentes concordavam em criar uma

comissão mista de cooperação para apreciar, entre outros assuntos, a proposta de “um protocolo sobre Cooperação Marítima” (BRASIL, 1991, p. 2).

Antes do próprio comunicado, porém, já haviam sido conduzidas tratativas sobre cooperação naval, a partir da iniciativa do então Chefe da Missão Diplomática brasileira, embaixador Mario Augusto dos Santos, que exercia o cargo desde a independência namibiana em 1990 (SCOFIELD, 2011, p. 89). Em seus contatos com o Ministro da Defesa daquele país, o embaixador teria tomado conhecimento da necessidade de apoio na área marítima. Após parecer favorável do Ministério da Marinha, as negociações prosseguiram e, em 1991, o Ministério dos Negócios Estrangeiros da Namíbia solicitou, finalmente, a cooperação da MB (GAVINO, 2010, p. 39). Scofield aponta, ainda, que a Namíbia estudou a possibilidade de estabelecer o acordo com outros parceiros, como EUA, Israel e Noruega, mas que o Brasil teria sido escolhido por sua vocação pacifista, afastamento de conflitos internacionais e, não menos relevante, pelo estágio de desenvolvimento da MB (2011, p. 56).

O mais importante passo para a plena soberania da Namíbia, desde o reconhecimento da sua independência, foi dado em 1º de março de 1994, data da transferência definitiva do Porto de Walvis Bay, até então sob administração da África do Sul, para aquele país (ÁFRICA DO SUL, 1994). Em representativa ação de presença, a fragata “Niterói” foi o primeiro navio estrangeiro a adentrar Walvis Bay, assim que este passou para o controle da Namíbia. Poucos dias depois, em 4 de março, foi assinado o ACNBN (BRASIL, 1996).

3.2.2 Evolução do ACNBN

O Acordo de 1994 previa que o Brasil, por meio da MB, forneceria os seguintes bens e serviços ao Ministério da Defesa da Namíbia (BRASIL, 1996):

1. Execução de um levantamento hidrográfico completo ou atualização dos levantamentos existentes do litoral namibiano [...].
2. Implantação de um sistema de auxílios à navegação [...].

3. Delimitação dos limites do mar territorial e das águas jurisdicionais [...] e assistência ao Governo da Namíbia durante as negociações para o estabelecimento das fronteiras laterais marítimas [...].
4. Determinação das rotas mais seguras para a navegação costeira.
5. Organização, dentro da Ala Naval do Ministério da Defesa, de um Serviço de Patrulha Marítimo, com o propósito de proteger os interesses nacionais da República da Namíbia em seu mar territorial e águas jurisdicionais [...]. Tal serviço deverá, também, garantir a manutenção da lei e da ordem naquelas águas.
6. Provimento de navios apropriados às necessidades da Ala Naval [...].
7. Planejamento e desenvolvimento da infraestrutura adequada para sediar e apoiar logisticamente tais navios.

Pode-se verificar que o acordo tinha grande abrangência, prevendo a participação de diferentes áreas da MB. Quanto às responsabilidades financeiras, caberia à nossa Marinha arcar com os custos totais da formação de oficiais e treinamento de praças no Brasil, ficando a Namíbia responsável pelas despesas de deslocamento e salários. A partilha dos custos relativos às etapas subsequentes seria definida caso a caso, em acordos suplementares (BRASIL, 1996). A MB nutria, à época, expectativa de que o fornecimento de meios e serviços traria vantagens comerciais que compensariam os custos da formação de pessoal. Assim, a Empresa Gerencial de Projetos Navais²² (EMGEPRON) passou a ter “presença constante” (SCOFIELD, 2011, p. 59) na negociação e execução das etapas seguintes.

Como o ACNBN previa a designação de um ou mais oficiais de ligação da MB para assessorar o Ministério da Defesa namibiano nas etapas inicial e subsequentes da cooperação, criou-se a Missão Naval Brasileira na Namíbia (MNBN), em 2 de maio de 1994 (BRASIL, 1994). Naquele mesmo ano, iniciaram-se as atividades ligadas à formação e treinamento do pessoal da Ala Naval, ou *Naval Wing* (NW)²³ da Namíbia, com quatro aspirantes namibianos sendo matriculados na Escola Naval. Desde então, 429 oficiais e praças da Namíbia já participaram de cursos em instituições da MB (VILHO, 2012)²⁴.

²² A EMGEPRON é uma empresa pública, vinculada ao Ministério da Defesa, por intermédio do Comando da Marinha do Brasil, e que atua na gerência de projetos e na comercialização de produtos e serviços do setor naval da indústria de defesa nacional (Site oficial da EMGEPRON. Disponível em: <<https://www.emgepron.mar.mil.br/index/aempresa.php>> Acesso em: 3 ago. 2012).

²³ Quando da criação da força naval namibiana, esta foi designada como Ala Naval, ou *Naval Wing*, da Força de Defesa da Namíbia (*Namibia Defence Force* – NDF). A alteração para *Namibian Navy* só ocorreu em 2004.

²⁴ Comandante da Marinha da Namíbia. Resposta a questionário submetido pelo autor, cuja íntegra consta do APÊNDICE A, p. 100-114.

No que concerne às tarefas de levantamento hidrográfico e de desenvolvimento da infraestrutura de apoio logístico, a MB enviou à Namíbia, em 1997, uma delegação que incluía representantes da EMGEPRON. Fruto dessa visita, decidiu-se iniciar as atividades de hidrografia pelo porto de Walvis Bay, local também escolhido para a construção da futura base naval (SCOFIELD, 2011, p. 59). Naquele mesmo ano, o navio hidrográfico “Sirius” concluiu, com êxito, os levantamentos necessários à atualização da carta náutica daquele porto (VILHO, 2012), serviço efetuado sem custos para a Namíbia. A Diretoria de Obras Civis da Marinha (DOCM), por sua vez, passou a trabalhar no projeto inicial da Base Naval de Walvis Bay (BNWB) (SCOFIELD, 2012)²⁵.

Quanto ao provimento de meios navais, a intenção original da Namíbia era a aquisição de quatro navios-patrolha (NPa) classe “Grajaú”, o que não se concretizou, segundo Vilho (2012), devido à reavaliação da NW sobre as condições de mar em que iriam atuar. Scofield, por outro lado, aponta para a limitação de recursos como o fator que levou à não-concretização do negócio (2011, p. 60). O fato de a Namíbia haver adquirido, posteriormente, um meio da mesma classe, como se verá mais adiante, reforça a ideia de que a questão financeira foi a predominante na decisão.

O principal óbice para a concretização da venda dos NPa e a construção da BNWB residia na limitação de recursos por parte da NW. As tentativas de obter financiamento junto ao governo brasileiro não foram acatadas pela equipe econômica. Na avaliação do Ministério da Fazenda, a Namíbia pretendia empréstimos concessivos, enquadrados como ajuda econômica, o que descartaria o apoio do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) à exportação desses bens e serviços (SCOFIELD, 2011, p. 60). Como consequência, a compra do primeiro NPa só se concretizaria

²⁵ Chefe da MNBN, de 2004 a 2006. Resposta a questionário submetido pelo autor, cuja íntegra consta do APÊNDICE A, p. 122-125.

sete anos depois, em 2004, enquanto a construção da BNWB seria assumida por uma firma chinesa (SCOFIELD, 2012).

A perda dessas oportunidades denota a falta de uma política integrada de governo, na ocasião, que coordenasse todos os setores envolvidos, com foco em objetivos de longo prazo. No caso do ACNBN, embora o MRE e a MB muitas vezes atuassem de forma coordenada, o mesmo não acontecia com outras áreas, como a econômica ou a de planejamento e orçamento. Desse modo, a exportação de meios e a prestação de serviços, dentro do escopo do acordo, terminaram por ser tratadas sob uma ótica exclusivamente comercial, sem considerar os aspectos relacionados às políticas externa e de defesa.

Com a deterioração da situação econômica internacional, causada pelas crises da Ásia, em 1997, e da Rússia, em 1998 (AVERBUG; GIAMBIAGI, 2000), tanto o Brasil como a Namíbia enfrentavam dificuldades para atender às metas do ACNBN. No caso da MB, agravaram-se ainda mais as dificuldades para custear a formação e treinamento do pessoal da NW, o que levou o Ministro da Marinha a propor ao MRE a revisão do acordo, de modo a que a Namíbia passasse também a arcar com aqueles custos (SCOFIELD, 2011, p. 60-61).

A proposta do novo acordo, sem a cláusula de custeio dos cursos pelo Brasil, foi apresentada à Namíbia em 1999. Enquanto esta proposta era apreciada, houve progresso na questão da aquisição de meios, tendo a Namíbia decidido por retomar as tratativas para a obtenção de um NPa classe “Grajaú”, lanchas-patrolha (LPa) classe “Marlin” e a cessão, mediante *leasing*, de uma corveta classe “Imperial Marinheiro” (VILHO, 2012).

Finalmente, em dezembro de 2001, foi assinado o novo acordo de cooperação, no qual constava que “o preço e o modo de pagamento dos bens e serviços a serem fornecidos [...] deverão ser acordados entre os órgãos executores” (BRASIL, 2003c). Competiria à MB fornecer os seguintes bens e serviços:

1. Assistir na organização, no âmbito da Ala Naval [...], de um Serviço de Patrulha Marítima [...];
2. Embarcações capazes de satisfazer às necessidades da Ala Naval [...]; e

3. Assistir no planejamento de uma infraestrutura apropriada à atracação e suporte logístico para tais embarcações. (BRASIL, 2003c)

Sob a égide do novo ACNBN, intensificou-se a cooperação bilateral. Em 2002, foi assinado o contrato entre a EMGEPRON e o governo da Namíbia para a execução do Levantamento da Plataforma Continental (LEPLAC). Segundo Robério Coutinho²⁶ (2012), a empresa conduziu todo o serviço, que culminou com a submissão do pleito daquele país à Comissão de Limites da ONU, em maio de 2009, propondo a extensão das suas águas jurisdicionais (ONU, 2009). Ainda em 2002, a EMGEPRON assinou com o Ministério da Defesa namibiano o contrato de construção do NPa, a se tornar eficaz quando do primeiro pagamento do financiamento, o que só ocorreu posteriormente (SCOFIELD, 2011, p. 64).

A mudança de postura da política externa brasileira, a partir de 2003²⁷, passando a dar mais ênfase à cooperação Sul-Sul, trouxe maior convergência entre as iniciativas diplomáticas e as atividades do ACNBN. Nesse mesmo ano, foi autorizada pelo governo brasileiro a doação da corveta “Purus” (BRASIL, 2003a) que, após um período de revitalização, foi oficialmente transferida à Namíbia em junho de 2004, na Base Naval de Aratu, recebendo o nome de “Lt. Gen. Dimo Hamaambo”. O navio fez a travessia para a África com assessoria de um grupo de militares da MB, atracando em Walvis Bay em 24 de agosto daquele mesmo ano (VILHO, 2012). Três praças desse grupo permaneceram na Namíbia para apoiar a operação do meio, como relata Scofield (2011, p. 66), vindo a compor o núcleo do Grupo de Apoio Técnico (GAT), cujo pessoal passou a ser substituído em períodos regulares de seis meses.

Com a incorporação da corveta, a NW atingiu um estágio de maturidade que permitiu a alteração de sua denominação para Marinha da Namíbia, ou *Namibian Navy* (NN), passando a constituir uma força independente, diretamente subordinada à Namibia Defence

²⁶ Diretor Técnico-Comercial da EMGEPRON. Resposta a questionário submetido pelo autor, cuja íntegra consta do APÊNDICE A, p. 115-118.

²⁷ Cf. Cap. 2, subitem 2.2.2, p. 28.

Force (NDF). O Contra-Almirante Vilho (2012), que se tornou, ainda como capitão-de-mar-e-guerra (CMG), o primeiro Comandante da NN, considera esse fato resultado direto do apoio da MB, por meio do ACNBN.

Em 2006, o decreto de criação da MNBN é revogado (BRASIL, 2006), sendo as tarefas da antiga missão assumidas pelo recém-criado cargo de Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Namíbia, a ser exercido por um CMG. Nesse mesmo ano, o GAT passa a ter um oficial como encarregado e se consolida, em definitivo, dentro da estrutura da Adidância (IMBUZEIRO, 2012)²⁸.

Outro importante evento, nesse período, foi a confirmação da construção do NPa e das LPa, que ficara condicionada ao início dos pagamentos. Por decisão da Namíbia, o custeio foi feito com recursos orçamentários e não por meio de financiamento externo, como originalmente previsto. O NPa construído no estaleiro INACE, no Ceará, foi entregue à NN em janeiro de 2009, passando a ostentar o nome de “Brendan Simbwaye”. As LPa encomendadas tiveram sua quantidade alterada para duas e foram entregues em março de 2009 e julho de 2011 (COUTINHO, 2012).

A decisão da NN de contar com o apoio da MB para a criação do seu Corpo de Fuzileiros Navais (CFN-N) levou o ACNBN a atingir novo patamar. Embora já houvessem ocorrido iniciativas anteriores, como a realização de curso no Brasil, em 2005, para a formação de um pelotão de fuzileiros navais (FN) namibiano (SCOFIELD, 2011, p. 67), é somente em 2008 que a cooperação nessa área ganha vulto. Em maio desse ano, realizou-se uma reunião, no Brasil, entre o Comandante-Geral do CFN (ComGerCFN) brasileiro e o Comandante da NN, com vistas a definir o apoio necessário à formação do CFN-N (SANTOS JÚNIOR, 2012)²⁹.

²⁸ Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Namíbia, de 2010 a 2012. Resposta a questionário submetido pelo autor, cuja íntegra consta do APÊNDICE A, p. 126-128.

²⁹ Encarregado do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), de 2009 a 2010. Resposta a questionário submetido pelo autor, cuja íntegra consta do APÊNDICE A, p. 129-136.

A partir dos pontos discutidos naquela reunião, foi decidido que a estruturação do CFN-N e a formação do seu pessoal se daria na própria Namíbia, com apoio de oficiais e praças FN brasileiros. Isto representava uma mudança em relação ao que vinha sendo praticado até então, no escopo do ACNBN, em que o preparo do pessoal namibiano era conduzido em estabelecimentos no Brasil. Para tanto, foi estabelecida estrutura específica na Namíbia, o Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), chefiado por um CMG-FN e com efetivo de mais dois oficiais e onze praças. Segundo Calixto Santos Júnior (2012), primeiro Encarregado do GAT-FN, competiam ao grupo as tarefas de assessorar a criação do CFN-N e contribuir para a elaboração de cerimonial da NN, incluindo o aprimoramento da sua banda de música. Quanto ao material do CFN-N, a EMGEPRON intermediou toda a sua aquisição, tanto no Brasil como no exterior, concluindo a remessa de mais de vinte mil itens para a Namíbia em junho de 2011 (COUTINHO, 2012).

As reuniões bianuais entre estados-maiores da MB e NN, iniciadas em 2009 (SCOFIELD, 2011, p. 68), representam outro importante passo para consolidar o ACNBN, na medida em que permitem estabelecer objetivos de longo prazo no relacionamento entre as duas Marinhas.

3.2.3 Situação atual

Entre as atividades associadas ao ACNBN atualmente em andamento destacam-se as de formação e treinamento de recursos humanos no Brasil; capacitação de pessoal na Namíbia, por meio de cursos ministrados pelos GAT; prosseguimento das tarefas de formação do CFN-N, incluindo o fornecimento de material pela EMGEPRON; e iniciativas para a aquisição de meios de pequeno porte para patrulhar as águas jurisdicionais namibianas.

Para atender a essas tarefas, a MB mantém 37 militares nos GAT, os quais, com suas famílias, formam uma comunidade de cerca de cem brasileiros em Walvis Bay (IMBUZEIRO, 2012).

No que concerne à EMGEPRON, além do fornecimento do material para o CFN-N, a empresa presta serviços na área de pós-venda para os meios adquiridos no Brasil, em especial a identificação e fornecimento de acessórios e sobressalentes para os diversos sistemas de bordo (COUTINHO, 2012).

Com a chegada de novos meios e o prosseguimento das atividades de formação do CFN-N, foram estabelecidos dois grupos para conduzir as atividades do ACNBN: a Missão de Assessoria Naval (MAN), que englobou as tarefas dos GAT associados aos meios operativos; e o GAT-FN, que permaneceu responsável pela formação do CFN-N. Segundo o atual adido naval, no entanto, a estrutura da adidância tem sido insuficiente para atender à nova carga de apoio requerida por aqueles grupos. Em março de 2012, ele encaminhou ao Estado-Maior da Armada (EMA) estudo propondo a alteração da atual estrutura, o qual ainda se encontra em análise (IMBUZEIRO, 2012).

A visão da NN quanto ao apoio prestado pela MB é de que ele tem sido fundamental para a formação daquela Marinha. Segundo Santos Júnior, o “militar namibiano possui um carinho especial pela nossa Marinha” (2012). Essa nítida gratidão pelo papel da MB não impede, porém, visões mais críticas de autoridades namibianas quanto a alguns aspectos do ACNBN. Vilho identifica, entre os pontos que podem ser aperfeiçoados, o repasse de custos, tanto na formação do pessoal no Brasil, como na construção de meios. Nesta última atividade, a correção dos valores tem sido, segundo ele, muito alta em relação ao preço inicial de contrato. A alternativa para essa situação seria, ainda na opinião de Vilho, a partilha de custos, de modo a que as correções de inflação ou de preços de insumos não fossem integralmente repassadas para a Namíbia.

Parte dessas dificuldades levantadas pela NN pode ser atribuída às suas restrições orçamentárias. Robério Coutinho considera que o principal óbice para a obtenção de mais meios por aquela Marinha é o “controle rigoroso existente no governo namibiano dos recursos orçamentários destinados à aquisição de seus meios navais e equipamentos” (2012). Embora tal dificuldade pudesse ser contornada por financiamentos externos, o governo namibiano não tem recorrido a essa opção para a aquisição dos meios brasileiros. Em 2008, por exemplo, a NN chegou a solicitar à EMGEPRON uma proposta para fornecimento de três NPa de 500 toneladas, com financiamento. Após extensas negociações da MB com o BNDES, foi apresentada ao Ministério da Defesa da Namíbia tal possibilidade, em agosto de 2011. Apesar de o embaixador namibiano haver confirmado, em setembro daquele mesmo ano, o interesse de obter o crédito, o Ministério da Defesa informou, em fevereiro do ano seguinte, que não mais desejava o financiamento (COUTINHO, 2012).

A NN tem recebido, recentemente, ofertas de bens e serviços sob condições concessionais, apresentadas por potências estrangeiras, mais notadamente a China, como será visto no capítulo seguinte. A comparação dessas condições com as do ACNBN explicaria, em parte, os questionamentos daquela Marinha sobre os custos cobrados pelo Brasil.

A despeito dos percalços relatados, o ACNBN é uma experiência exitosa que tem permitido à NN obter progressiva autonomia no cumprimento de suas tarefas. Da mesma forma, o acordo tem beneficiado a MB, ao projetá-la como instituição confiável e profissional perante a comunidade marítima internacional e, em especial, os demais países da costa ocidental africana.

3.3 Contribuição do ACNBN para a política externa brasileira

O ACNBN exerce papel de inquestionável relevância em apoio à política externa brasileira. Ao fomentar as relações de confiança e cooperação entre os dois lados do Atlântico Sul, o acordo contribui para consolidar a paz e a segurança na região.

A cooperação naval entre Brasil e Namíbia se configura, na visão do Departamento da África do MRE, como “o principal tema da agenda bilateral” entre esses países (BRASIL, P. P., 2012)³⁰.

O fortalecimento do poder naval namibiano, proporcionado pelo ACNBN, permitirá a atuação mais eficaz da NN, em concerto com as demais Marinhas da costa ocidental africana, na manutenção da segurança e estabilidade regionais. Conforme sintetizou Vilho, o ACNBN “tem contribuído enormemente, continua a contribuir e, por um longo tempo, ainda contribuirá para a segurança cooperativa³¹ no Atlântico Sul” (2012). Dessa forma, a cooperação naval com a Namíbia se alinha, mais uma vez, aos interesses da política externa brasileira, ao propiciar que a região sul-atlântica permaneça livre de tensões internacionais, reduzindo a probabilidade de intervenção de potências estrangeiras no nosso entorno estratégico.

Nesse sentido, o ACNBN possibilitou que a Namíbia, há anos engajada em uma luta de independência no interior do seu território, se voltasse para o mar, tomando consciência das suas responsabilidades quanto ao ambiente de segurança no Atlântico Sul. Lessa (2012) descreve a relevância do papel da MB nesse processo:

Nesse contexto, a atuação da Marinha do Brasil tem sido de fundamental importância. Ao consolidar sua soberania sobre sua zona econômica exclusiva, a Namíbia estará completando uma “segunda fase” de seu processo de

³⁰ Terceiro-Secretário Pedro Penha Brasil. Departamento da África – MRE. Resposta a questionário submetido pelo autor, cuja íntegra consta do APÊNDICE A, p. 119-121.

³¹ A expressão “segurança cooperativa”, ou *cooperative security*, se consagrou após o fim da Guerra Fria como um modelo ou estratégia de segurança que teria por base a cooperação e harmonia internacionais mais do que a ameaça do uso da força (COHEN, 2001, p. 3).

independência, agregando praticamente a seu território um “outro país” até então não suficientemente conhecido.

Ainda na visão do embaixador Lessa, o ACNBN coloca o Brasil em posição destacada, não só em relação à Namíbia, mas aos olhos de outros Estados africanos, por gerar a percepção positiva de que se trata de um país de dimensões continentais, com pujante economia, geograficamente próximo da África, mas sem “jamais ter tido qualquer relacionamento baseado em políticas de poder, [nem] ambições imperialistas sobre o continente” (2012).

Assim como apontado no capítulo anterior, quanto à política externa para a África, em geral, também o ACNBN e a diplomacia brasileira para a Namíbia se beneficiariam com a implementação de uma orientação governamental integrada, que coordenasse os diversos esforços setoriais e os traduzisse em ações concretas. Tal integração permitiria explorar toda a potencialidade do acordo, resultando em benefícios para outros segmentos do País, como a indústria e comércio de produtos de defesa, por exemplo.

Ainda assim, o ACNBN representa contribuição maiúscula do poder naval para a política externa brasileira, permitindo, por um lado, o estreitamento dos laços de amizade e confiança entre os dois países e, por outro, a consecução dos interesses do Brasil quanto à manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação.

3.4 Considerações parciais

O ACNBN tem se consagrado, ao longo de suas quase duas décadas de existência, como exemplo bem-sucedido da contribuição do poder naval à política externa brasileira, coroando as relações de confiança mútua e amizade existentes entre os dois países signatários.

A cooperação naval com a Namíbia constituiu experiência inédita para a MB que, desde os primeiros momentos, se empenhou de forma a mobilizar todos os recursos

disponíveis para assegurar que os objetivos estabelecidos fossem plenamente atingidos. Desse modo, o acordo gerou benefícios mútuos, propiciando ao Brasil maior inserção na África ocidental, enquanto possibilitava à Namíbia a estruturação de sua força naval e de fuzileiros; a formação e treinamento do seu pessoal; a aquisição de novos meios; e o levantamento de sua plataforma continental, o qual culminou com a submissão à ONU do pleito de expansão das águas jurisdicionais namibianas, com profundas implicações políticas e econômicas.

Por outro lado, recentes ofertas de bens e serviços, apresentadas em condições fortemente competitivas por outras potências, como será visto nos capítulos 4 e 5, exigirão flexibilidade e capacidade de adaptação do ACNBN, de modo a assegurar a manutenção de sua atratividade para a Namíbia e, conseqüentemente, a sua continuidade ante esses novos óbices.

Nesse sentido, é fundamental a compreensão, no nível político brasileiro, da importância de se preservar o acordo. Para tal, este não pode ser considerado mero arcabouço diplomático para a obtenção de vantagens comerciais de curto prazo, geradas com a venda de bens e serviços. Antes, deve ser visto como processo duradouro e dinâmico, capaz de amadurecer e se adequar a novas necessidades e circunstâncias, de modo a continuar a contribuir para a consecução dos interesses nacionais no entorno estratégico do Atlântico Sul.

4 A PRESENÇA CHINESA NA NAMÍBIA

Para se compreender a atual presença da China na Namíbia faz-se necessário, inicialmente, conhecer a política chinesa para a África, de maneira geral, e a forma como essa política evoluiu, assumindo diferentes posturas e prioridades, desde a fundação da República Popular da China (RPC), em 1949. A partir desses antecedentes, será possível entender a atual relevância atribuída pelo governo chinês àquele continente, em especial à sua porção subsaariana. É com base nesse contexto que se apreciará a recente investida chinesa na Namíbia, avaliando seus efeitos e estimando as perspectivas para o futuro próximo.

4.1 A política chinesa para a África

As relações com a África têm ocupado papel de destaque na política externa chinesa. Ao longo do tempo, no entanto, a estratégia diplomática chinesa para aquele continente sofreu alterações significativas na sua orientação, substituindo uma agenda predominantemente ideológica por outra de foco eminentemente comercial. É importante ressaltar, neste ponto, que essa mudança de orientação não significa redução do papel da componente política, a qual continua permeando as relações sino-africanas. Pode-se dizer, isto sim, que tais relações evoluíram do campo político-ideológico para o político-econômico, como se buscará comprovar.

4.1.1 A evolução da estratégia diplomática chinesa para a África

A retórica oficial chinesa aborda as relações com a África como uma longa história de amizade e de contínuo intercâmbio, baseada nos princípios de sinceridade,

igualdade, benefício mútuo, solidariedade e desenvolvimento comum (CHINA, 2006). O que se observa, no entanto, é que a estratégia diplomática chinesa tem sido reorientada, de forma racional, a fim de se adaptar às mudanças da situação internacional e às demandas de sua política doméstica. Zhang Hong-ming (2004, p. 233) considera que a política externa da RPC atravessou, nesses mais de sessenta anos, cinco períodos distintos: o alinhamento com a União Soviética (URSS), no início da república e até o fim dos anos 1950; a luta contra as aspirações hegemônicas tanto dos EUA como da URSS, na década de 1960; a reaproximação com o Ocidente durante a década seguinte; a adoção de uma política externa autônoma, mas ainda dentro do contexto da Guerra Fria, nos anos 80; e por fim, o não-alinhamento efetivo que vigorou desde a década de 90.

A partir da classificação sugerida por Hong-ming é possível divisar que os dois primeiros períodos da política externa chinesa, o de alinhamento com a URSS e o de oposição às duas superpotências, tinham caráter preponderantemente político-ideológico. O principal objetivo de Pequim era, até o início dos anos 1960, garantir a segurança da recém-criada república em um contexto internacional desfavorável: o envolvimento na Guerra da Coreia; o consequente embargo econômico das potências ocidentais; e a disputa com Taiwan pelo reconhecimento internacional (BRAUTIGAM, 2009, p. 30). Ao longo do restante da década de 60, com a deterioração das relações com a URSS, o objetivo passou a ser o de tirar proveito do confronto entre as duas superpotências em prol dos interesses chineses. Kissinger (2011, p. 157) assim resume a estratégia então concebida por Mao Zedong: “Longe de buscar o apoio de uma ou outra superpotência – como a tradicional teoria do equilíbrio de poder teria aconselhado –, ele explorou o medo que soviéticos e americanos nutriam um em relação ao outro desafiando ambos os rivais simultaneamente”.

No que concerne à África, três importantes eventos marcaram essas décadas iniciais das relações internacionais chinesas. O primeiro foi a proclamação, pelo *premier*

Zhou Enlai, dos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica, em 1954, os quais passaram a nortear a política externa chinesa desde então (HONG-MING, 2004, p. 235-236):

1. respeito mútuo da soberania e da integridade territorial;
2. não-agressão mútua;
3. não-ingerência nos assuntos internos;
4. igualdade e vantagens recíprocas; e
5. coexistência pacífica.

O segundo evento foi a realização, no ano seguinte, da Conferência Afro-Asiática de Bandung, na Indonésia, reunindo 29 Estados dos dois continentes. Consagrada como o berço do Movimento dos Não-alinhados, a conferência foi, também, um marco nas relações sino-africanas por ter sido a primeira oportunidade em que um dirigente da RPC pôde se encontrar com líderes de seis países daquele continente³². Os dividendos da participação chinesa na conferência já se fizeram sentir em 1956, quando o Egito tornou-se o primeiro país africano a reconhecer a RPC. Ao início da década de 1960, dos nove Estados independentes da África, cinco mantinham relações diplomáticas com a China (TAB. 2, APÊNDICE C).

Por fim, como terceiro evento, intensificam-se os movimentos de descolonização na África, durante toda a década de 1960 e início da de 70. A China passa a apoiar de forma ativa esses movimentos, a estabelecer relações diplomáticas com os países recém-independentes e, finalmente, a programar visitas de seus dirigentes ao continente³³. Pequim complementa esses gestos diplomáticos com medidas de cooperação econômica, tais como o fornecimento de ajuda financeira e o financiamento de obras de infraestrutura. O propósito dessa estratégia continuava a ser prioritariamente político, buscando favorecer a imagem da China como uma liderança na cooperação Sul-Sul e reforçar o seu discurso de solidariedade anti-imperialista (DOBLER, 2007, p. 95).

Coerente com essa prioridade política, a China oferecia, juntamente com as obras de infraestrutura, os chamados “projetos de prestígio” (ALDEN, 2007, p. 23), de custo

³² Egito, Etiópia, Gana, Libéria, Líbia e Sudão (HONG-MING, 2004, p. 236).

³³ Zhou Enlai conduziu três dessas visitas só na primeira metade da década de 60 (HONG-MING, 2004, p. 241).

relativamente mais baixo, mas de grande simbolismo para os governos locais. Assim, firmas chinesas empenhavam-se na construção de centros de convenções, palácios presidenciais ou estádios esportivos que, ao substituírem as edificações da era colonial, contribuíam para a popularidade das elites governantes e para a sua conseqüente consolidação no poder.

A eficácia dessa estratégia diplomática pôde ser comprovada quando, em 1971, os votos dos países africanos independentes foram determinantes para que a RPC tomasse o lugar de Taiwan nas Nações Unidas e, principalmente, assumisse o assento permanente no Conselho de Segurança (ALDEN, 2007, p. 17). Por essa ocasião, a China já ampliara as suas relações com os Estados africanos para dezenove dos 41 que haviam alcançado a independência (TAB. 2, APÊNDICE C).

A China entra nos anos 1970, porém, com enormes dificuldades internas, causadas pela Revolução Cultural³⁴. No campo externo, a ruptura com a URSS e a substituição de Taiwan no Conselho de Segurança, levam a RPC a se reaproximar do Ocidente. Nesse novo contexto, as relações com a África assumem caráter mais pragmático, embora ainda preponderantemente político. A estratégia adotada passa a ser a de combater a influência soviética no continente e apoiar, de forma seletiva, os movimentos de libertação, negando ajuda àqueles de tendência pró-Moscou. A cooperação econômica contribui para a consecução dessa estratégia. Em 1973, enquanto vinte países africanos se beneficiam do apoio financeiro soviético, o programa de investimentos chinês já se estende a trinta economias do continente (BRAUTIGAM, 2009, p. 32). Como resultado do esforço diplomático empreendido ao longo da década, mais 25 países africanos estabelecem relações com a RPC até 1979 (TAB. 2, APÊNDICE C).

³⁴ Período de severa radicalização ideológica, entre 1966 e 1976, que pretendia erradicar a cultura tradicional e os antigos costumes. Terminou por desestruturar a sociedade chinesa, criando um estado de quase guerra civil. Expurgos e rituais de humilhação pública se disseminaram por todo o País, eliminando a intelectualidade e os resquícios de manifestação religiosa. Considerado por Deng Xiaoping como “um verdadeiro desastre para a China” (MARTI, 2007, p. 273).

As reformas econômicas introduzidas por Deng Xiaoping, a partir de sua consolidação no poder em 1978, tiveram profundo impacto nas relações chinesas com o restante do mundo. A abertura para o exterior e a política pragmática, movida pelos interesses do Estado, representavam a primeira vez em que a agenda econômica efetivamente se sobrepunha à ideológica nas relações internacionais da RPC. A reaproximação com a União Soviética e o aumento do intercâmbio comercial com o Ocidente dão mostras do pragmatismo que passava a orientar as decisões políticas na China. Por outro lado, a necessidade de divisas para prosseguir com a reedificação da sua economia obrigava a China a priorizar as relações com o seu entorno estratégico, na Ásia, e com os países desenvolvidos ocidentais, em detrimento do continente africano (HONG-MING, 2004, p. 256).

A década de 1990, por sua vez, reservaria ainda maiores percalços às relações sino-africanas. Em 4 de junho de 1989, o governo chinês resolve reprimir violentamente uma série de manifestações de estudantes e intelectuais insatisfeitos com o ritmo das reformas econômicas. As estimativas quanto ao número de mortos no que ficou conhecido como Massacre da Praça da Paz Celestial, ou Tiananmen, variam de 400 a 2.600³⁵. A reprovação internacional quanto ao ocorrido traduz-se em fortes sanções comerciais à China. Taiwan tira proveito da situação para reforçar o apoio à sua causa entre os países africanos. Tem início, então, uma disputa com a RPC, envolvendo o oferecimento de ajuda financeira em troca de reconhecimento internacional. Alguns Estados africanos passam a negociar seu apoio, no que Deborah Brautigam denominou “diplomacia do talão de cheques”³⁶. A evolução dessas negociações pode ser acompanhada na TAB. 3 (APÊNDICE D).

Os efeitos da reestruturação econômica e da crise de Tiananmen fizeram com que as relações sino-africanas pouco avançassem nas décadas de 1980 e 90. Chris Alden chega a

³⁵ 400 a 800, de acordo com o New York Times, e 2.600, conforme dados da Cruz Vermelha chinesa (KRISTOF, Nicholas. A Reassessment of How Many Died In the Military Crackdown in Beijing. **The New York Times**. 21 jun. 1989. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/1989/06/21/world/a-reassessment-of-how-many-died-in-the-military-crackdown-in-beijing.html>>. Acesso em: 20 jun. 2012).

³⁶ “Checkbook diplomacy” (BRAUTIGAM, 2009, p. 67-68, tradução nossa).

classificar esse mesmo período como de “evidente abandono”³⁷ da África pela China. Como consequência, a RPC chegava a 1999 exibindo número menor de parceiros africanos do que mantinha em 1989 (TAB. 2, APÊNDICE C).

Superada a resistência interna às reformas de Deng, criam-se as condições para que a economia chinesa entre em um período de continuada expansão. O consequente aumento no seu comércio internacional também contribui para contornar as reações negativas ao incidente de Tiananmen. Assim, a política externa, que já passara, desde os anos 1990, a privilegiar a agenda econômica em detrimento da ideológica, assume postura ainda mais pragmática na busca de novos parceiros comerciais e fontes de matérias-primas. É este quadro, portanto, que servirá de pano de fundo para as atuais relações sino-africanas.

4.1.2 A atual política externa chinesa para a África

A forte demanda chinesa por matérias-primas, capazes de sustentar o seu elevado ritmo de desenvolvimento, fez com que Pequim voltasse a atribuir à África, desde o fim da década de 1990, lugar de destaque na formulação da sua política externa. Estreitam-se as relações com aquele continente, incentivadas por uma série de medidas do governo chinês, tanto no âmbito interno como externo, para fomentar o comércio bilateral.

A China entra no século XXI ostentando taxas impressionantes de crescimento econômico, com seu Produto Interno Bruto (PIB) subindo, em média, 10,4% ao ano, entre 2001 e 2011 (TAB. 4, APÊNDICE E). A manutenção desses índices só é possível por meio da importação de quantidades cada vez maiores de *commodities*. Entre 1998 e 2003, por exemplo, a RPC foi responsável por 76%, 96%, 99% e 100% do aumento da demanda global por alumínio, aço, níquel e cobre, respectivamente (KAPLINSKY *et al.*, 2007, p. 15).

³⁷ “outright neglect” (ALDEN, 2007, p. 9, tradução nossa).

Ainda que a retórica oficial da RPC continuasse a destacar o lado político das relações sino-africanas, estas passavam a ser dominadas, definitivamente, pela vertente econômica. O próprio “livro branco” da política africana da China, publicado em 2006, deixa transparecer, em uma passagem mais pragmática (ou menos sutil), que “a África tem uma longa história, vastas extensões de terra e é rica em recursos naturais [...]”³⁸. O mesmo documento ressalta que as relações com aquele continente são uma parceria estratégica, com base na igualdade política, confiança mútua e na cooperação do tipo *win-win*³⁹.

A priorização da componente econômica nas relações sino-africanas não tarda a apresentar resultados expressivos. De acordo com dados da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD), a participação chinesa nas exportações da África subsaariana subiu de 5,5% para 18,4%, entre 2000 e 2010, enquanto nas importações o salto foi de 4,8% para 14,2%, no mesmo período (TAB. 5 e GRAF. 1, APÊNDICE F). Esse êxito se deve à adoção de um conjunto de iniciativas pelo governo da RPC, tanto no âmbito doméstico como no internacional.

No campo interno, a principal iniciativa é a implementação de uma política integrada, de longo prazo, capaz de coordenar as ações das instituições-chave nas relações diplomáticas e econômicas com a África. Entre essas instituições estão ministérios, como os do Comércio, das Relações Exteriores e das Finanças; os bancos estatais *Exim Bank* (Banco de Exportação-Importação) e *Development Bank* (Banco de Desenvolvimento); empresas estatais ou privadas; e embaixadas nos países de interesse (ALDEN, 2007, p. 23-24).

Essa política assume contornos de uma “grande estratégia”⁴⁰, como definiram Amaury Oliveira (2008, p. 337) e Li Anshan (2008, p. 40), na medida em que o governo central estabelece as metas a serem atingidas pelos diversos setores e, ao mesmo tempo, cria

³⁸ “Africa has a long history, vast expanse of land, rich natural resources” (CHINA, 2006, tradução nossa).

³⁹ Relação de vantagens mútuas, em que ambas as partes envolvidas ganham.

⁴⁰ “Grand strategy” – Na definição de Paul Kennedy, grande estratégia é a capacidade de a liderança nacional lançar mão de todos os recursos disponíveis, militares e não-militares, para alcançar e preservar os interesses nacionais de longo prazo (KENNEDY, 1991, p. 5).

um ambiente interno capaz de imprimir o dinamismo necessário para alcançá-las. O propósito desse modelo é conciliar o tradicional planejamento central com instrumentos de política econômica típicos do capitalismo ou, segundo o discurso oficial de Pequim, de um “socialismo com características chinesas”⁴¹.

Já entre as iniciativas ou posturas adotadas no campo externo, três se destacam como fundamentais para as relações da RPC com a África. Primeiramente, a retomada do programa de visitas oficiais de alto nível ao continente; em segundo lugar, o estabelecimento do Fórum de Cooperação China-África (FOCAC); e, por fim, a aderência aos Cinco Princípios de Coexistência Pacífica⁴², em especial à não-ingerência em assuntos internos.

As visitas de líderes chineses, comuns na década de 1960, voltam a ter lugar de destaque nas relações bilaterais. Entre 1995 e 2009, por exemplo, presidentes ou *premiers* chineses visitaram 26 países africanos (BRAUTIGAM, 2009, p. 84). Essas visitas são, normalmente, acompanhadas por declarações e gestos de boa-vontade, como o perdão de dívidas, aumento de investimentos e projetos de cooperação.

A segunda iniciativa, o FOCAC, complementa, no nível regional, as relações bilaterais acima mencionadas. O primeiro fórum ocorreu em Pequim, em outubro de 2000, sendo seguido por novas edições, a cada três anos, que se alternam entre a China e países africanos. Considerado o ponto culminante da diplomacia regional chinesa na África (ALDEN, 2007, p. 30), o FOCAC atua como uma plataforma para divulgar àquele continente os benefícios da cooperação com a RPC e, ao mesmo tempo, tem imenso significado como demonstração ao mundo do *soft power*⁴³ chinês.

Em cada um desses fóruns é estabelecido extenso programa de metas para os três anos seguintes, o qual normalmente inclui doações financeiras, empréstimos a taxas

⁴¹ “Socialism with Chinese characteristics” (ALDEN, 2009, p. 11, tradução nossa).

⁴² Cf. subitem 4.1.1, p. 52-53.

⁴³ Expressão cunhada por Joseph Nye, em sua obra “Bound to Lead: The changing nature of American power” (Nova Iorque: Basic Books, 1991. 336 p.), para designar a habilidade e o poder de um Estado em atrair e cooptar os demais para agirem de acordo com o seu interesse, em lugar de empregar a coerção e a ameaça.

privilegiadas, cancelamentos de dívidas, e projetos de cooperação em diferentes áreas (NAIDU, 2007, p. 42-43). É esperado que a quinta edição, a ocorrer em Pequim, ainda em 2012, reafirme o engajamento da RPC na África. Entretanto, as metas a serem propostas ainda são grandes incógnitas, em face da perspectiva de desaceleração da economia chinesa⁴⁴.

O terceiro elemento fundamental nas relações sino-africanas é o hábil emprego, por parte do governo chinês, do princípio da não-ingerência em assuntos internos para atender aos seus interesses no continente. Esta postura tem permitido a Pequim se relacionar economicamente com regimes autocráticos ou democracias frágeis, muitas vezes isolados pelas potências ocidentais. Uma característica comum a esses regimes é a dependência de suas economias em uma ou poucas *commodities*, cuja exploração é normalmente dominada pela elite governante (ALDEN, 2007, p. 61).

A postura chinesa é frequentemente criticada, em especial no Ocidente, por mascarar o relacionamento com grupos dominantes em países sem instituições democráticas consolidadas. O apoio chinês contribuiria, assim, para fortalecer a base de poder desses grupos e, conseqüentemente, a sua capacidade de dissuadir ou derrotar eventuais opositores. Nesse sentido, as relações econômicas “sem condicionantes” acabam por estimular a instabilidade política nesses países, aumentando a capacidade de repressão governamental, por um lado, e a insatisfação popular e movimentos organizados de resistência, por outro. Esse tem sido o caso na Nigéria, às voltas com forte movimento separatista no delta do Rio Níger e ações de pirataria e ataques armados ao tráfego marítimo a partir de suas costas⁴⁵.

⁴⁴ O crescimento do PIB chinês caiu de 8,1% para 7,6% (último período de doze meses), do primeiro para o segundo trimestre de 2012. Da mesma forma, o consumo de petróleo pela RPC, em junho de 2012, foi o menor dos últimos vinte meses, conforme a agência particular de Inteligência e análise geopolítica STRATFOR (Disponível em: <<http://www.stratfor.com/situation-report/china-second-quarter-growth-slows-76-percent>> e <<http://www.stratfor.com/situation-report/china-oil-consumption-reaches-20-month-low>>. Acesso em: 14 jul. 2012).

⁴⁵ O Movimento para a Emancipação do Delta do Níger (MEND – *Movement for the Emancipation of the Niger Delta*) adquiriu notoriedade a partir de 2006, devido aos seus ataques contra oleodutos e aos sequestros de trabalhadores estrangeiros da indústria do petróleo, de acordo com dados da Agência STRATFOR (Disponível em: <<http://www.stratfor.com/analysis/ongoing-niger-delta-militant-threat>>. Acesso em: 15 jul. 2012). A pirataria e os assaltos armados ao Tráfego Marítimo, nas costas da Nigéria, fizeram com que as seguradoras

A insatisfação popular não tem limitado seu foco aos governos apoiados pela RPC. Em alguns casos, a própria presença chinesa tem sido alvo dessa insatisfação, em razão dos efeitos negativos sobre a economia e emprego nos países africanos. Sindicatos, organizações não-governamentais (ONG) e partidos de oposição têm acusado empresas chinesas, em especial as de construção, de substituir a mão de obra local por trabalhadores importados da China, bem como de descumprir a legislação trabalhista no que tange a salários mínimos e jornada de trabalho (ALDEN, 2007, p. 45).

Outra fonte de indignação entre as populações africanas tem sido o fechamento de postos de trabalho nas manufaturas e no comércio locais, devido à concorrência de produtos chineses mais baratos. Isto tem ocorrido principalmente na indústria têxtil que, segundo Chris Alden, não conseguiu evitar o fechamento de 80% das fábricas e a demissão de 250 mil trabalhadores na Nigéria (2007, p. 48-49). Este quadro é agravado pela proliferação de lojas de varejo chinesas, as quais têm vencido a concorrência local em razão do acesso facilitado a mercadorias e mão de obra de origem asiática. Como aponta Dobler (2009, p. 253), esses comerciantes chineses são, muitas vezes, percebidos pela população local como novos imperialistas e competidores desleais.

O que se conclui, portanto, da atual política da RPC para a África é que a agenda econômica sobrepujou a política, a fim de atender às demandas daquela emergente potência. No processo de assegurar o acesso aos recursos naturais africanos, a China tem se associado a democracias frágeis, contribuindo para a permanência das suas respectivas elites governantes no poder e, por conseguinte, contrapondo-se aos anseios das populações locais. O resultado é o aumento da instabilidade interna e das ameaças ao ambiente de segurança da região.

4.2 A investida chinesa na Namíbia

As atuais relações sino-namibianas se manifestam, principalmente, nos campos econômico e de imigração de trabalhadores chineses. A cooperação na área militar, modesta no início do relacionamento entre os dois países, tem crescido nos últimos anos, com destaque recente para o setor naval.

4.2.1 Antecedentes históricos

A ligação da Namíbia com a China tem suas raízes no período de descolonização, ainda na década de 1960. Sam Nujoma, então líder da SWAPO, chegou a empreender uma viagem à RPC em 1964, da qual retornou com pequena ajuda financeira (DOBLER, 2007, p. 97). O motivo para o limitado apoio chinês, se comparado ao fornecido a outros movimentos africanos, era a aliança oficial da SWAPO com Moscou. Àquela época, URSS e China já disputavam esferas de influência na África, havendo os chineses decidido apoiar um movimento rival, a SWANU (*South-West Africa National Union*) (SHERBOURNE, 2005, p. 2). Posteriormente, com a consolidação da SWAPO e seu braço armado, o PLAN, como principais forças na luta pela independência, estes passaram a ser o principal alvo do apoio da RPC.

A partir da independência namibiana, em 1990, e tendo a SWAPO assumido como partido governante, a China passou a manter estreitas relações com o novo governo. No âmbito da estratégia diplomática de visitas oficiais, Nujoma esteve na RPC por doze vezes (DOBLER, 2007, p. 97), cinco das quais na condição de chefe de Estado, entre 1992 e 2004. Da mesma forma, o presidente Jiang Zemin visitou a Namíbia em 1996. Cabe destacar que,

cinco anos antes, em setembro de 1991, Collor de Mello já havia efetuado a primeira visita oficial de um presidente brasileiro àquele país africano (BRASIL, 1991).

Desde o fim da década de 90, as relações sino-namibianas assumem o perfil que é mantido até os dias de hoje, com a agenda econômica assumindo a proeminência em relação à político-ideológica.

4.2.2 Presença econômica chinesa

A influência econômica chinesa na Namíbia se dá em três principais campos: o comércio exterior, caracterizado pela exportação de *commodities* namibianas e importação de manufaturados de baixo custo produzidos na China; a indústria de construção civil, dominada por empresas daquela potência asiática; e o comércio varejista local, que vem registrando crescente participação de imigrantes chineses. Em paralelo com a investida nesses três campos, a RPC tem atribuído prioridade ao desenvolvimento de boas relações com as autoridades governamentais namibianas, de modo a promover os seus interesses econômicos.

No que tange ao comércio internacional, a corrente de trocas entre Namíbia e China subiu de US\$ 90 milhões para US\$ 529 milhões, entre 2004 e 2010, o que representa um aumento de 488% (TAB. 6, APÊNDICE G). Entre os principais produtos de exportação namibianos estão o urânio, o cobre e o zinco, os quais somados representaram 87,9% do valor total exportado em 2010 (TAB. 7, APÊNDICE H). No caso do urânio, a RPC tem buscado também aumentar a sua participação nas principais minas namibianas, com o Grupo *China Guangdong Nuclear Power* já tendo assumido o controle da mina Husab, que se acredita deter a quarta maior reserva de urânio do planeta (HALPER, 2012).

Quanto à construção civil, a participação chinesa no setor inclui inúmeras obras de infraestrutura, mas os empreendimentos que têm recebido maior destaque são os “projetos

de prestígio”. Gregor Dobler (2007, p. 100) revela que a firma *China Jiang-su International Namibia Ltd.* foi responsável pela construção, entre 1994 e 1999, dos prédios da Suprema Corte, em Windhoek, da Academia de Polícia, na mesma cidade, e da Corte da Magistratura, em Katutura. A empresa privada chinesa *New Era Investment* construiu o Conselho Municipal de Helao Nafidi, inaugurado em 2006. Dobler prossegue:

O exemplo mais proeminente do envolvimento chinês em projetos públicos de construção é o novo palácio presidencial, nos subúrbios de Windhoek. [...] Após o Governo chinês haver doado N\$ 55 m para a construção do palácio em 2002 (“livre de condicionantes”, como declarou à imprensa um porta-voz do governo namibiano), uma firma chinesa assumiu parte do projeto, sem concorrência pública. Em maio de 2005, foi anunciada outra generosa doação do governo chinês para a construção, mas seu valor não foi revelado. Em abril de 2006, durante os debates do orçamento no Congresso, descobriu-se que a residência presidencial, anexa ao palácio, seria inteiramente doada pelo governo da China e construída por firmas chinesas.⁴⁶

A forte participação de empresas chinesas nas obras públicas tem levantado suspeitas de corrupção e favorecimento ilícito. Estudo conduzido pelo *Institute for Public Policy Research*, ONG dedicada à transparência governamental, apontou que as companhias chinesas detêm, hoje, entre 60 e 70% das obras contratadas pelo governo, sendo difícil afirmar se este êxito se deve ao baixo custo, à qualidade e rapidez dos serviços, ou se é em razão das fortes ligações entre Windhoek e Pequim (LINKS; HAIMBODI, 2011, p. 8).

Nesses projetos de construção repete-se o padrão, observado por Chris Alden (2007, p. 45) em outros países do continente, de substituição da mão de obra local por trabalhadores chineses e de descumprimento da legislação trabalhista. Este quadro tem gerado forte insatisfação entre os trabalhadores namibianos, a qual tem sido traduzida, mais recentemente, em ações concretas por parte dos sindicatos. No início de 2012, por exemplo, uma greve de mais de cem operários levou o Grupo *Jiangsu Zhengtai*, responsável pela

⁴⁶ “The most prominent instance of Chinese involvement in public construction projects is the new State House on the outskirts of Windhoek. [...] After the Chinese government donated N\$ 55 m for the construction of State House in 2002 (“with no strings attached,” as a spokesman of the Namibian government told the press), a Chinese company was given a share in the project without public tender. In May 2005, another generous grant by the Chinese government for the building of the new State House was announced, but its amount was not disclosed. In April 2006, during the budget debate in parliament, it surfaced that the presidential home attached to State House would be wholly donated by the Chinese government and built by Chinese companies” (DOBLER, 2007, p. 100-101, tradução nossa).

construção da Academia Militar em Okahandja, a admitir que explorava seus empregados (SHIPANGA, 2012). Os protestos populares levaram, pela primeira vez em 22 anos, a que a autoridade máxima namibiana criticasse a atuação das empresas de construção chinesas. O Presidente Pohamba, no discurso do Dia do Trabalho de 2012, foi veemente em sua admoestação:

Companhias, em todos os setores, devem desistir da prática de importar trabalhadores para realizar trabalho não-especializado, cujas tarefas podem ser desempenhadas por namibianos. Os empregadores que não respeitarem as nossas leis devem ser chamados a se explicar. Como presidente deste país, eu não aceitarei a violação de nossas leis.⁴⁷

O terceiro campo em que a China tem influenciado a economia namibiana é o setor varejista. Gregor Dobler estudou a entrada de empreendedores chineses em Oshikango, uma cidade na fronteira com Angola e cujo comércio vive forte expansão. Segundo o autor (2009, p. 246), o número de estabelecimentos chineses na cidade pulou de 22 para mais de 75, entre 2004 e 2006. Estes vendem basicamente produtos importados da China e empregam crescente número de imigrantes chineses para reduzir custos. Esta situação tem causado indignação na população local que vê seus empregos diminuindo, seja pelo fechamento das lojas tradicionais, seja pela substituição da mão de obra namibiana pelos imigrantes.

Há ainda uma percepção popular, nem sempre infundada, de que os ganhos dos empreendedores chineses são obtidos por meios ilegais e pela corrupção de servidores namibianos. Dobler conclui que “[...] em geral, os chineses na Namíbia não veem a corrupção como uma ofensa. Eles a encaram como parte das regras de negócio; custos combinados com certo risco, mas não sujeitos a julgamento moral”⁴⁸. Essa suspeita de ligações ilícitas faz com que o ressentimento da população se volte tanto contra os comerciantes chineses como contra as autoridades locais.

⁴⁷ "Companies in all sectors should desist from importing labourers to perform unskilled work, because these tasks can be performed by Namibians. Employers who do not comply with our laws must be called to order. As president of this country, I do not condone the violation of our laws" (POOLMAN, 2012, tradução nossa).

⁴⁸ "In general, Chinese in Namibia do not regard corruption as an offence. They take it as part of the rules of business; expenses combined with a certain risk, but not subject to moral judgment" (DOBLER, 2009, p. 249, tradução nossa).

O que se constata, por fim, no campo econômico, é que as estreitas relações da RPC com a SWAPO parecem seguir o mesmo modelo empregado em outros países africanos, no qual a elite governante assegura aos chineses o acesso a recursos naturais sob seu controle, em troca de “projetos de prestígio” e investimentos em infraestrutura. Embora este tipo de relação gere frequente insatisfação popular, esta tem se manifestado, na Namíbia, por meio de instrumentos legais e democráticos, como greves e protestos pacíficos. O governo, por sua vez, já reconhece que precisa cobrar mais dos chineses o cumprimento da legislação. Assim, o atual nível de descontentamento da população namibiana não chega a provocar instabilidade nem a ameaçar a ordem democrática, como tem ocorrido em outros países da costa ocidental da África. A manutenção da estabilidade institucional dependerá, porém, da eficácia com que o governo será capaz de lidar com o problema da crescente presença econômica chinesa.

4.2.3 Presença militar chinesa

As ligações militares entre a China e a Namíbia têm sua origem na luta pela independência namibiana, ainda na década de 1960, quando Pequim apoiou militar e financeiramente os movimentos de libertação nacional. Da mesma forma que a atual política chinesa para a África substituiu, de modo geral, a agenda político-ideológica pela econômica, assim também a cooperação militar sino-namibiana passou a ter o propósito, nos dias de hoje, de complementar e reforçar os laços comerciais entre os dois países.

Ao longo da sua luta pela emancipação, a SWAPO recebeu apoio chinês sob a forma de ajuda financeira, treinamento de pessoal e fornecimento de material. Instrutores chineses foram enviados a campos de treinamento na Tanzânia para adestrar os combatentes do PLAN (DOBLER, 2007, p. 97), fato comumente lembrado nos discursos políticos de

ambos os países. A retórica oficial costuma omitir, porém, o período em que a China apoiou a SWANU, movimento rival da SWAPO, enquanto esta se mantinha fiel a Moscou.

Após a independência, as Forças Armadas da Namíbia seguiram diferentes caminhos para atender às suas necessidades de material e de formação de pessoal. Com todas elas, no entanto, em menor ou maior grau, os chineses lograram estabelecer algum tipo de relacionamento. Os primeiros contratos de defesa obtidos pela China ocorreram no setor da construção civil, no qual o país asiático já desfrutava de considerável parcela das concorrências governamentais. A Academia Militar de Okahandja, como já citado, está em construção pelo Grupo *Jiangsu Zhengtai*, com expectativa de conclusão das obras em 2013 ou 2014⁴⁹. A própria BNWB, cujo projeto contou com assessoria técnica da MB, veio a ser construída por uma empresa chinesa (SCOFIELD, 2011, p. 62). Paralelamente, o governo chinês tem provido facilidades de financiamento para esses projetos. Em 2007, por exemplo, foi concedido um empréstimo à Namíbia no valor de US\$ 8,5 milhões, livre de juros, para a construção da Academia Militar (ODADA, 2008, p. 20).

A cooperação com o Exército cresceu de forma gradual. Embora a China houvesse apoiado o PLAN, durante as lutas pela independência, a Namíbia inicialmente recorreu ao modelo britânico para a formação da sua força terrestre, tendo também interagido com a Rússia e a Alemanha (SCOFIELD, 2011, p. 69). Atualmente, ainda persiste alguma influência dos alemães, mas os chineses vêm ocupando cada vez mais espaço. Sherbourne (2005, p. 7) relata o recebimento pelo Exército da Namíbia, em 2003, de 2.600 toneladas de equipamento militar chinês, incluindo artilharia de campanha, morteiros e caminhões.

A Força Aérea Namibiana é que vem mantendo as relações mais estreitas com a China. Após o limitado progresso dos períodos de cooperação com os EUA e, posteriormente, com a Rússia (SCOFIELD, 2011, p. 69), a Namíbia se aproximou da RPC para receber

⁴⁹ SMIT, Nico. Okahandja gets new military school. *The Namibian*, Windhoek, 19 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.namibian.com.na/news-articles/national/full-story/archive/2012/january/article/okahandja-gets-new-military-school/>>. Acesso em: 19 jul. 2012.

material e apoio na formação de pilotos. Em 1999, foram adquiridas quatro aeronaves de treinamento chinesas K-8, montadas na Base de Grootfontein, com apoio de técnicos e instrutores chineses. De acordo com a imprensa da China, a Namíbia encomendou doze aeronaves de interceptação F-7, sendo duas de treinamento FT-7NG (*biplace*), entregues em 2006, e dez F-7NM (*monoplace*), fornecidas a partir de 2008 (JANE'S, 2011).

Quanto à Marinha da Namíbia, o maior obstáculo para que a China amplie a sua influência ainda é o ACNBN. Mais recentemente, porém, o Acordo não impediu os chineses de obterem avanços significativos. Segundo Scofield (2012), quando a concorrência para a construção da BNWB foi vencida por uma empresa chinesa, o fato parecia restrito ao setor de construção civil, não indicando, à época, qualquer tendência de maior aproximação com a NN. Os acontecimentos subsequentes, no entanto, contrariariam essa apreciação inicial. A China já ofereceu fuzis e blindados para o recém-formado CFN-N, conforme relata Calixto Santos Júnior (2012).

O maior avanço chinês no relacionamento com a NN se deu, entretanto, em uma área na qual o Brasil detinha, até agora, a proeminência: a construção e exportação de meios navais. Em junho de 2012, chega à cidade chinesa de Wuhan o grupo de recebimento do Navio de Apoio Logístico (NApLog) “Elephant” (FIG. 5 a 10, ANEXO C), adquirido pela NN a custos reduzidos, embora não divulgados, e que já se encontra em fase final de construção (SANTOS JÚNIOR 2012). Com comprimento superior a 100 m e deslocamento em torno de 2.500 ton., o navio será a maior unidade de superfície daquela Marinha (JANE'S, 2012) e, em razão do seu convés de voo, permitirá, no futuro, a condução de operações aéreas no mar, capacidade hoje inexistente na força naval namibiana.

Devido ao porte e às características operacionais do “Elephant”, a sua manutenção e operação representarão desafio inédito para a NN, o que demandará contato mais estreito com a China para apoio logístico e capacitação de pessoal. Santos Júnior observa que, já em

2010, podia-se perceber a grande expectativa entre os oficiais namibianos quanto à possibilidade de realizar cursos na RPC (2012). A persistir este estreitamento nas relações navais sino-namibianas, o futuro do ACNBN poderá ser profundamente afetado.

Verifica-se, assim, que a aproximação militar entre a RPC e a Namíbia reproduz, no campo da defesa, o processo de aprofundamento das relações diplomáticas e econômicas, que ocorre no nível governamental. A China tem sabido utilizar o seu poder econômico e a retórica política dos laços históricos com a SWAPO para promover seus interesses também na área militar. O grau de envolvimento dos chineses tem crescido nas três forças singulares namibianas. No que concerne especificamente à NN, as facilidades oferecidas pela RPC para a aquisição de meios a baixo custo poderão reorientar os interesses do governo namibiano, afastando-os do ACNBN.

4.3 Considerações parciais

A presença da RPC na Namíbia é um processo complexo, que envolve desde compromissos históricos até problemas atuais, como a necessidade de acesso a matérias-primas essenciais para o seu crescimento econômico e segurança energética. Este processo não difere do empregado pela China para toda a África subsaariana, o qual é orientado por uma política muito bem estruturada, que rege todos os setores envolvidos. Assim, bancos estatais, empresas privadas e representantes diplomáticos atuam, todos, de forma coordenada e em prol de uma estratégia definida. O FOCAC tem papel fundamental na implementação dessa política, ao traduzi-la em planos de ação concretos, a serem perseguidos, em prazos definidos, tanto pela RPC como pelos Estados africanos.

No caso específico da Namíbia, embora a retórica oficial, tanto em Pequim como em Windhoek, seja a de benefícios mútuos e de contribuição para o progresso regional,

a visão da população local é de desconfiança quanto aos reais interesses da China. O descontentamento popular, até o momento, não tem ameaçado a ordem democrática, mas há crescente percepção de que as relações com a RPC contribuem para a manutenção da elite governante no poder. Assim, a estabilidade institucional dependerá, em grande parte, da sensibilidade e da habilidade com que o governo namibiano conseguirá administrar as questões afetas à presença chinesa.

As estreitas relações militares entre a RPC e a Namíbia, que já se faziam sentir no Exército e na Força Aérea, começam a ganhar relevância também no campo naval. A recente aquisição de meios chineses, a custos reduzidos, pode refletir uma tendência preocupante para a MB, na medida em que as vantagens oferecidas pela potência asiática dificilmente poderão ser suplantadas pelo ACNBN, na sua atual configuração.

5 DESDOBRAMENTOS PARA O PODER NAVAL BRASILEIRO

Compreendidas a relevância estratégica da costa ocidental da África para o Brasil e a importância do poder naval para a política externa brasileira naquele continente, objetos dos dois primeiros capítulos, bem como a presença chinesa na Namíbia, abordada no capítulo anterior, será possível analisar as implicações desta presença para o poder naval brasileiro. A análise se desenvolverá em dois níveis, o primeiro investigará os desdobramentos para o ambiente de segurança do Atlântico Sul em geral, ou seja, como a presença chinesa na Namíbia poderá afetar o equilíbrio de forças na costa ocidental da África e, por consequência, no Atlântico austral. O segundo nível se deterá nas implicações mais específicas para o ACNBN, buscando examinar como a cooperação militar chinesa, inclusive na área naval, poderá influenciar o futuro do acordo. Por fim, serão formuladas opções para o preparo e emprego do poder naval brasileiro, de modo a assegurar que os interesses do país sejam preservados, tanto no entorno estratégico do Atlântico Sul e África ocidental, como nas relações diplomáticas e de cooperação naval com a Namíbia.

5.1 Reflexos sobre o ambiente de segurança no Atlântico Sul

Quanto às implicações da presença chinesa sobre o ambiente de segurança do Atlântico Sul, o caso da Namíbia não deve ser analisado de forma isolada, mas no contexto mais amplo da atual política da RPC para a África subsaariana. Essa política tem se caracterizado pela busca pragmática por matérias-primas africanas, necessárias para alimentar o forte crescimento econômico chinês.

A procura por essas *commodities* tem levado a China a adotar relações “sem condicionantes”⁵⁰ com Estados institucionalmente frágeis, cujos grupos governantes têm sua base de poder no controle do acesso a tais recursos naturais. Chris Alden (2007) avalia que esse padrão de relacionamento não se restringe aos regimes mais autocráticos, mas também se aplica àquelas democracias cujas economias são dependentes da exploração de uma ou poucas *commodities*, como é o caso da Namíbia:

Regimes não-liberais e regimes democráticos com economias baseadas em *commodities* representam um tipo de governança que exibe reações geralmente similares no seu relacionamento externo. No caso de regimes recém-saídos de conflitos, embora eles estejam nominalmente no caminho da recuperação econômica e frequentemente se proclamem respeitadores dos princípios democráticos [...], a predisposição de se valer do controle das elites sobre os recursos estatais como forma de obter divisas é algo profundamente arraigado na sua conduta. [...] Para ambos [tipos de regimes] a China é vista primordialmente como um parceiro estratégico e uma nova fonte de investimento estrangeiro direto.⁵¹

A contribuição que o apoio chinês às elites governantes traz para a instabilidade interna desses Estados já foi abordada no capítulo anterior. O que se tentará, neste ponto, é analisar o processo pelo qual essa instabilidade, originada em determinado Estado, poderá afetar o ambiente de segurança regional. Este processo assume um padrão cíclico que pode ser sintetizado pelo modelo proposto na FIG. 11 (APÊNDICE I). A necessidade de capital por parte das elites dominantes, associada ao controle que estas detêm sobre a exploração das *commodities* locais, incentiva a realização de acordos com a China, nos quais a concessão do acesso àquelas *commodities* é trocada por investimentos econômicos e pelo fornecimento de bens e serviços chineses que fortalecem política e militarmente essas elites.

As relações entre a China e esses grupos dominantes provocam o aumento da insatisfação popular, na medida em que cresce a percepção, no seio das sociedades locais, que

⁵⁰ Cf. Cap. 4, subitem 4.1.2, p. 59.

⁵¹ “Illiberal regimes and democratic regimes with commodity-based economies represent a governance type that displays broadly similar reactions to external engagement. With respect to post-conflict regimes, though they may nominally be on the road to economic recovery and often make claims to be conforming to democratic principles [...], the willingness to use elite control over state resources as a means of securing rents is deeply ingrained in their conduct. [...] For both illiberal regimes and democratic regimes with commodity-based economies China is primarily seen as a strategic partner and a new source of FDI [Foreign Direct Investment]” (ALDEN, 2007, p. 68 e 69, tradução nossa).

tais relações ocorrem de forma nem sempre transparente e contribuem, ainda, para que aqueles grupos se perpetuem no poder. Caso essas sociedades não encontrem formas pacíficas de assegurar a sua representatividade ou de fazer valer seus direitos civis, há a possibilidade de que alguns segmentos recorram a ações armadas, tais como os casos de pirataria e terrorismo na Nigéria⁵². No campo interno, essas ações podem levar ao recrudescimento da repressão governamental, aumentando ainda mais o quadro de instabilidade.

Já no nível regional, tais ações podem se constituir em ameaça à paz e segurança, conduzindo à intensificação da presença militar de potências estrangeiras a fim de proteger os seus interesses na região e dissuadir futuros atos de violência. Este processo vem ocorrendo, ainda que de forma gradual, por meio do estabelecimento do AFRICOM, pelos EUA; pelo reposicionamento de forças francesas; e pelo maior engajamento de tropas chinesas em operações de paz no continente, conforme relatado no capítulo anterior. No caso de agravamento da percepção de ameaça aos seus interesses, por parte dessas potências, é possível antever o emprego mais incisivo de suas forças, quer sob a égide de organismos internacionais, quer de forma unilateral, nos casos mais críticos, intensificando o quadro de instabilidade na costa ocidental africana e na área do Atlântico Sul.

Quaisquer ameaças à paz e à cooperação internacional nessa região afetam os interesses brasileiros, expressos na declaração da ZOPACAS⁵³ e em suas relações amistosas com os países da África ocidental. Por outro lado, as demandas dos Estados dessa região por maior segurança no ambiente marítimo continuarão a existir e, até mesmo, a se ampliar. Caso estas não venham a ser supridas por meios próprios ou com o apoio de seus vizinhos sul-atlânticos, tais Estados não hesitarão a recorrer a potências exógenas à região para prover a segurança de que tanto necessitam.

⁵² Cf. Cap. 2, subitem 2.1.2, p. 21, e Cap. 4, subitem 4.1.2, p. 59.

⁵³ Cf. Cap. 2, subitem 2.1.2, p. 20.

É fundamental, portanto, que o Brasil detenha a capacidade de acompanhar regularmente a evolução do ambiente de segurança no Atlântico Sul e esteja em condições de cooperar com os países da África ocidental em questões de interesse comum. Por se tratar de um espaço predominantemente marítimo, o poder naval se constitui no instrumento, por excelência, à disposição do Estado para salvaguardar os seus interesses na região. Nesse sentido, serão propostas mais adiante, neste capítulo, alternativas para o preparo e emprego daquele poder, com vistas à sua eventual atuação em apoio à política brasileira para a África ocidental.

5.2 Reflexos sobre o ACNBN

O segundo nível de análise da presença chinesa na Namíbia diz respeito à sua influência sobre o ACNBN. O rápido progresso observado, mais recentemente, na cooperação entre a RPC e a NN traz sérias implicações para o futuro do acordo, o que demandará postura mais assertiva do Brasil no sentido de manter a atratividade das relações bilaterais na área naval.

A venda do NApLog “Elephant” representa preocupante divisor de águas na cooperação naval sino-namibiana. Até aqui, as ligações chinesas com a NN haviam se limitado à construção da BNWB e ao fornecimento de equipamentos para o CFN-N. Entretanto, a entrega de um meio de 2.500 toneladas, com sistema de armas próprio e capaz de operar aeronaves (FIG. 7 e 10, ANEXO C), cria um vínculo logístico considerável com aquela potência asiática. As decorrentes necessidades de capacitação de pessoal; de assistência técnica especializada; e de obtenção de sobressalentes e munição aproximam, cada vez mais, a NN da China. Complementarmente, em razão das restrições orçamentárias da força naval namibiana, já apontadas por Robério Coutinho (2012), é de se esperar que essa

aproximação com os chineses reduza a possibilidade de futuras compras de material e meios brasileiros.

Desse modo, a investida chinesa pode colocar em risco a própria manutenção do ACNBN. O atual acordo prevê uma vigência de dois anos, automaticamente renovável por sucessivos períodos de igual duração. O documento estabelece, ainda, que qualquer parte poderá denunciá-lo ou suspender temporariamente a sua aplicação, mediante notificação diplomática à outra parte (BRASIL, 2003c). Os comentários de Peter Vilho⁵⁴ quanto ao repasse integral de custos pelo Brasil, tanto na construção de meios como na formação de pessoal, denotam que as condições privilegiadas oferecidas pelos chineses começam a servir de base de comparação com aquelas do ACNBN, podendo vir a reduzir o interesse da NN em manter os termos da atual cooperação. A observação, também efetuada por Vilho, de que o acordo está “atingindo o limite de sua duração”⁵⁵ parece ser forte indicação dessa tendência.

A manutenção do ACNBN não pode ser vista, entretanto, como interesse apenas da MB. Ao contrário, o robustecimento da cooperação deve ser prioridade da política brasileira para a África atlântica, de modo a contribuir para a maior inserção do Brasil nessa região, considerada de valor estratégico para o país (BRASIL, 2005). O acordo com a Namíbia tem sido acompanhado com interesse por outros países da costa ocidental da África, como Angola, Guiné-Bissau e Cabo Verde (FARIA, 2012)⁵⁶. O prosseguimento exitoso do ACNBN será, sem dúvida, um aspecto a ser considerado em eventual decisão desses países quanto à adoção de acordos semelhantes com o Brasil.

Verifica-se, portanto, que o novo nível de cooperação sino-namibiana na área naval representa ameaça considerável à manutenção do ACNBN. A fim de neutralizar ou, pelo menos, minimizar os efeitos dessa ameaça, faz-se necessária a adoção de medidas que

⁵⁴ Cf. Cap. 3, subitem 3.2.3, p. 46.

⁵⁵ “currently bordering on the verge of life span” (APÊNDICE A, p. 102, tradução nossa).

⁵⁶ Assessor de Estratégia e Relações Internacionais do EMA. Resposta a questionário submetido pelo autor, cuja íntegra consta do APÊNDICE A, p. 137-139.

indiquem claramente à NN o compromisso brasileiro com a continuidade do acordo. O próximo item apresentará algumas sugestões quanto a essas medidas.

5.3 Alternativas para o poder naval brasileiro

Em resposta às implicações da presença chinesa na Namíbia, é possível identificar um conjunto de opções para o emprego do poder naval, de modo a contribuir para os interesses brasileiros, sejam estes relacionados ao ambiente de segurança na região sul-atlântica, sejam atinentes à preservação do ACNBN. Entre essas opções, no entanto, estão iniciativas que envolvem decisões em níveis governamentais mais elevados, afetas à própria formulação das políticas externa e de defesa, mas que também trazem implicações, mesmo que indiretas, para o poder naval. Estas iniciativas serão, portanto, abordadas antes das demais.

5.3.1 Iniciativas governamentais e interministeriais

No campo mais amplo da ação governamental, a adoção de uma política integrada, intersetorial, capaz de aprofundar os vínculos diplomáticos e comerciais com a África ocidental, contribuiria para a paz e a segurança na região sul-atlântica. No caso específico da Namíbia, a adoção de tal política daria maior alcance e flexibilidade ao ACNBN, tornando-o instrumento ainda mais eficaz para aprofundar as relações entre os dois países.

A comparação entre as atuais políticas brasileira e chinesa para a África, descritas respectivamente nos capítulos 2 e 4, permite concluir que a China se beneficiou da ação coordenada de diversos setores do governo para incentivar e ampliar a sua presença no

continente. Entre os exemplos dessa ação integrada estão os financiamentos facilitados pelo *Exim Bank* para empresas com operações na África; a utilização sistemática do FOCAC como mecanismo multilateral de fomento às relações comerciais e não um fórum meramente diplomático; a construção dos “projetos de prestígio”, extremamente apreciados pelos governos locais; e o financiamento e construção, por empresas chinesas, de obras de infraestrutura necessárias para o acesso e o escoamento dos recursos naturais de interesse.

O Brasil, por outro lado, carece ainda de eficaz coordenação interministerial para definir e implementar a sua política em relação à África. Ações de relevo na área diplomática, como a ZOPACAS e a CPLP, por exemplo, não foram acompanhadas por avanços concretos no campo da cooperação econômica ou comercial⁵⁷. Mesmo a iniciativa inédita do ACNBN foi pouco explorada como forma de aproximação com a Namíbia, para além das fronteiras da cooperação técnico-militar. Em 2004, época da renovação do acordo, o valor do comércio da Namíbia com a China era menos de oito vezes o que mantinha com o Brasil. Em 2010, aquele já era 27 vezes superior a este último (TAB. 6, APÊNDICE G).

Além desses efeitos externos ao ACNBN, a falta de coordenação entre as políticas setoriais gera consequências no âmbito do próprio acordo. No caso das negociações para financiamento da possível compra de três NPa de 500 ton.⁵⁸, manifestada pelo governo da Namíbia em 2008, decorreu um período de três anos até que o BNDES concordasse em oferecer uma opção e, mesmo assim, esta se limitava ao financiamento de um navio por vez. A alteração da situação econômica, ao longo desse período, e o oferecimento do NApLog pela China fizeram com que os namibianos, que haviam concordado com as condições do financiamento em fins de 2011, mudassem de ideia em fevereiro do ano seguinte (COUTINHO, 2012). O desenlace dessas negociações poderia ter sido distinto, caso

⁵⁷ Cf. Cap. 2, subitem 2.3.2, p. 33-34.

⁵⁸ Cf. Cap. 3, subitem 3.2.3, p. 47.

houvesse, desde o início, convergência de propósitos dos setores econômico e de planejamento com os diplomático e de defesa.

Há posições discordantes quanto a essa percepção de falta de coordenação. Penha Brasil (2012), diplomata do Departamento da África, do MRE, considera que a “intensificação do relacionamento do Brasil com o continente africano em termos gerais, [tem sido] promovida como política de Estado”, por meio da qual vem sendo atribuído alto grau de prioridade à cooperação com a África pelos diferentes órgãos governamentais.

Entretanto, no que se refere às relações com a Namíbia e, mais especificamente, ao ACNBN, os exemplos aqui apresentados indicam que a elevada prioridade atribuída pela área de defesa não tem sido seguida por outros setores, como o econômico e de orçamento. Há, portanto, muito o que progredir na conjugação das políticas setoriais brasileiras, de modo a que estas contribuam mais eficazmente para os interesses do Estado nas relações com a África ocidental e, em especial, com a Namíbia.

5.3.2 Iniciativas quanto ao ambiente de segurança no Atlântico Sul

As iniciativas anteriormente apresentadas lidavam com a coordenação entre diferentes setores governamentais. As opções propostas neste subitem, embora ainda se situem no nível político, são relacionadas mais diretamente com a atuação do poder naval na promoção dos interesses brasileiros no Atlântico Sul. Entre tais interesses, está a manutenção do ambiente de paz e cooperação nesse importante espaço estratégico para o Brasil.

Conforme tratado no item 5.1, as ameaças no Atlântico Sul, em especial nas proximidades da África, têm se intensificado recentemente, tanto sob a forma de pirataria, terrorismo e crimes transnacionais, como por meio da maior presença militar de potências exógenas à região. A capacidade dos países sul-atlânticos de responder a essas ameaças

repousa na disponibilidade de sistemas adequados para efetuar o monitoramento eficaz, tanto das suas águas jurisdicionais como das linhas de comunicação marítimas de interesse, assim como na manutenção de forças navais em condições de atuar com credibilidade e prontidão, seja individualmente, seja compondo forças multinacionais. A carência dessa capacidade de monitoramento e de meios é que tem justificado o crescente deslocamento de forças navais de outras potências para a região.

O Brasil pode prestar relevante contribuição a essas duas capacidades, a de monitoramento e a de meios navais, fazendo uso da já citada complementaridade geoestratégica com a África ocidental. Quanto ao monitoramento, a MB pode atuar como a grande integradora dos sistemas de acompanhamento do tráfego marítimo no Atlântico Sul, intensificando a troca de informações e encorajando os países africanos a se incorporarem aos sistemas hoje em operação. Destacam-se entre estes o Sistema de Identificação e Acompanhamento de Navios a Longa Distância (LRIT – *Long-Range Identification and Tracking of Ships*)⁵⁹ e a *Trans-Regional Maritime Network*, rede que compartilha as informações dos sistemas de acompanhamento de tráfego marítimo do Brasil, Itália, Índia e Cingapura, e na qual a MB foi admitida desde 2010 (FARIA, J. A. P. M., 2012). A adesão da Namíbia ao Centro de Dados Regional do LRIT (CDRL), a convite da MB em 2012, é um importante passo nessa direção (VILHO, 2012).

Quanto à contribuição em termos de meios navais, é importante que o Brasil esteja em condições de integrar forças multinacionais que venham a ser estabelecidas, sob a égide da ONU, para se contrapor a eventuais ameaças no Atlântico Sul. Caso o país se furte a participar dessas operações, estará reduzindo as suas chances de ter voz ativa em futuras decisões sobre o destino da região. A disponibilidade de meios adequados para atuar em áreas

⁵⁹ Sistema definido pela Resolução MSC.202(81), de 19 mai. 2006, da Organização Marítima Internacional (IMO – *International Maritime Organization*) para permitir a identificação e acompanhamento de embarcações de passageiros; de carga de até 300 ton. de deslocamento; e unidades móveis de perfuração *off-shore*. As instruções para o emprego do sistema no Brasil fazem parte das Normas da Autoridade Marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas jurisdicionais brasileiras – NORMAM-08 (BRASIL, 2003b).

afastadas de suas bases, incluindo os de apoio logístico, permitirá à MB o atendimento de tais situações. Essa disponibilidade possibilitará, ainda, que a MB atue de forma independente, quando assim determinado pelo nível político, em tarefas como ajuda humanitária, evacuação de não-combatentes em países conflagrados, ou outras modalidades de operações de paz.

Nesse sentido, também se torna especialmente importante a manutenção de boas relações com os países da África ocidental e a ampliação dos acordos de cooperação, de modo a facilitar o emprego de portos e bases de apoio para operações prolongadas, quando necessário. Esses acordos, no entanto, não poderão decorrer de decisão unicamente brasileira, mas sim de uma convergência de interesses, considerando as reais necessidades dos países africanos. Isto evitaria, como observou o embaixador Vicente Lessa, que tais iniciativas viessem a parecer “motivadas por intenções hegemônicas” (2012).

No nível multilateral, também tem sido positiva a experiência do Brasil quanto à cooperação naval com os Estados africanos. Na CPLP, por exemplo, os simpósios das Marinhas⁶⁰ já têm relevante papel no estreitamento dos laços de amizade e na promoção do diálogo. Há margem, no entanto, para incrementar ainda mais as oportunidades de aproximação, quer pela ampliação dos projetos de cooperação técnica e de ajuda à formação de pessoal, quer por meio da intensificação da vertente naval dos exercícios “Felino”⁶¹, já realizados regularmente entre as forças armadas dos países-membros.

⁶⁰ Cf. Cap. 2, subitem 2.3.1, p. 32.

⁶¹ Exercícios militares realizados desde 2000, no âmbito da CPLP, em regime de rodízio, com a finalidade de contribuir para a interoperabilidade das forças armadas dos estados-membros e para o adestramento do emprego destas em operações de paz e assistência humanitária (Site oficial da CPLP. Disponível em: <<http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&M=News&PID=304&NewsID=1605>>. Acesso em: 12 ago. 2012).

5.3.3 Iniciativas quanto ao ACNBN

No âmbito do ACNBN, a forma mais eficaz de responder à investida chinesa é ampliar a cooperação com a NN. Serão enumeradas, a seguir, alternativas para aprofundar a integração entre as duas Marinhas envolvidas no acordo.

A área em que a cooperação chinesa pode trazer mais dificuldades ao ACNBN é a exportação de meios. A dependência logística da NN em relação à China, a ser proporcionada pela recente aquisição do NApLog “Elephant”, muito provavelmente reduzirá as oportunidades de futuras vendas de meios navais pelo Brasil. Segundo Scofield (2012), é igualmente provável que o precedente criado pelos chineses faça aumentar as pressões namibianas por doações ou vendas fortemente subsidiadas. Embora sejam grandes as dificuldades de o Brasil competir com as condições oferecidas pela China, ainda assim seria possível optar pela exportação de meios como forma de fortalecer o ACNBN. Contribuiria para tal uma decisão concertada, no nível político, que propiciasse os créditos, via BNDES ou outra fonte, para os financiamentos sob condições favorecidas.

O avanço chinês na exportação de meios e equipamentos pode ser contrabalançado, também, pelo desenvolvimento de outras áreas, dentro da cooperação naval Brasil-Namíbia. Uma destas é a intensificação das atividades operacionais como, por exemplo, a inclusão da NN nos exercícios ATLASUR⁶², quando realizados na África. Essas operações multinacionais chegaram a ser citadas por Peter Vilho (2012) como manifestação positiva do estreitamento dos laços entre América do Sul e África, o que demonstra o possível interesse da NN em tomar parte de tais exercícios.

As operações anfíbias constituem outra área em que a cooperação pode ser ampliada, tirando proveito da integração que já foi desenvolvida a partir da formação do

⁶² Cf. Cap. 2, subitem 2.3.1, p. 32.

CFN-N. Segundo Santos Júnior (2012), teria impacto altamente positivo a visita de meio anfíbio da MB à Namíbia, a qual poderia incluir a programação de embarque de FN namibianos e a realização de adestramentos em conjunto.

A continuidade do ACNBN também pode ser incentivada pelo estabelecimento de grupo específico, dentro do escopo do acordo, para contribuir com a verificação do aprestamento e da eficiência dos navios namibianos. Fazendo uso da experiência adquirida pelas Comissões de Inspeção e Assessoria ao Adestramento⁶³ (CIAAs), no âmbito da Esquadra brasileira, esse grupo poderia ter um pequeno núcleo permanente na Namíbia, que seria reforçado temporariamente, como necessário, por pessoal da ativa ou da reserva da MB. Havendo interesse da NN, a EMGEPRON estaria em condições de ser contratada para coordenar as atividades do grupo (COUTINHO, 2012), assim como ocorreu com os serviços do LEPLAC. Esse apoio poderia ser futuramente ampliado para outras Marinhas interessadas, na região, permitindo que o grupo se firmasse como referência nesse tipo de atividade, à semelhança do *International Defence Training*⁶⁴, órgão do Ministério da Defesa britânico que provê treinamento para Forças Armadas e instituições civis de outros países.

A área de assuntos marítimos também apresenta claras oportunidades de cooperação com a Namíbia. Entretanto, por não ser a NN a autoridade marítima do país⁶⁵, qualquer apoio brasileiro nesse setor teria de ser objeto de negociações específicas, fora do âmbito do ACNBN. Ainda assim, seria conveniente que tal apoio fosse prestado pela MB, a fim de evitar que outros países o façam, aumentando a sua inserção nas questões marítimas

⁶³ Comissões designadas para assessorar o adestramento e verificar as condições de material e de eficiência no guarnecimento dos navios da Esquadra brasileira, normalmente coordenadas pelo Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML), que dispõe de um grupo permanentemente estabelecido para essa tarefa.

⁶⁴ Sítio oficial do Ministério da Defesa do Reino Unido (MOD-UK). Disponível em: <<http://www.mod.uk/DefenceInternet/AboutDefence/WhatWeDo/TrainingandExercises/IDT/>>. Acesso em: 13 ago. 2012.

⁶⁵ As atribuições da Autoridade Marítima, na Namíbia, são compartilhadas entre o Ministério de Obras, Transporte e Comunicações (*Ministry of Works, Transport and Communication*), responsável pela segurança da navegação, delimitação das águas jurisdicionais e autoridade portuária; e o Ministério da Pesca e Recursos Marinhos (*Ministry of Fisheries and Marine Resources*), responsável pelos recursos vivos nas águas jurisdicionais namibianas, com autoridade para visita e inspeção de embarcações (NAMÍBIA, 1991, 2000).

namibianas, com possíveis implicações negativas para a continuidade do acordo com o Brasil. A primeira oportunidade de cooperação, nesse sentido, diz respeito à definição de atribuições na gestão dos assuntos marítimos. Segundo o atual Comandante da NN, há cerca de dez diferentes ministérios e agências governamentais namibianas envolvidos nessa gestão, ocasionando redundância de tarefas e superposição de responsabilidades (VILHO, 2012). Ele identifica, ainda, como possível apoio a ser prestado pela MB o envio de um grupo de especialistas em direito do mar,

capaz de estabelecer uma clara distinção entre os papéis e atribuições envolvidos na segurança da navegação, segurança marítima e defesa naval. [...] A Namíbia, portanto, faria uso desses especialistas em legislação para definir os papéis e atribuições da Marinha, separando-os das concorrentes responsabilidades de seus correspondentes civis.⁶⁶

Outra oportunidade de cooperação na área marítima se refere à implementação de um serviço hidrográfico namibiano. Atualmente, a Namíbia faz parte da Comissão Hidrográfica da África Austral e Ilhas (*Southern Africa & Islands Hydrographic Commission – SAIHC*)⁶⁷, comissão regional estabelecida pela África do Sul, em 1996, e reconhecida pela Organização Hidrográfica Internacional (IHO). Com base em visita técnica efetuada a Walvis Bay, em julho de 2011, uma equipe da SAIHC, apoiada por representante do Serviço Hidrográfico do Reino Unido, recomendou “o urgente estabelecimento [...] de um Comitê Hidrográfico Nacional para promover e coordenar os esforços na área de hidrografia”⁶⁸.

O Brasil participou, na condição de observador, do 8^o Encontro da Comissão, realizado em Walvis Bay, em setembro daquele mesmo ano (IHO, 2011a, p. 1). A cooperação brasileira nessa questão poderia ser ampliada, inicialmente, pela elevação da sua condição de observador para membro-associado, mesmo *status* de que hoje desfruta Portugal, por

⁶⁶ “making a clear distinction between the roles and functions involved in maritime safety, maritime security and maritime defence. [...] Namibia thus would make use of the Brazilian military legal experts to assist in spelling out the roles and functions of the Navy apart from the responsibilities of their competing civilian counterparts.” (APÊNDICE A, p. 103, tradução nossa).

⁶⁷ Comissão integrada pela África do Sul, França, Ilhas Maurício, Moçambique, Noruega, e Reino Unido (sítio oficial da IHO. Disponível em: <http://www.iho.int/srv1/index.php?option=com_content&view=article&id=431&Itemid=390>. Acesso em: 13 ago. 2012.

⁶⁸ “the urgent establishment [...] of a National Hydrographic Committee to promote and coordinate hydrographic effort.” (IHO, 2011b)

exemplo. Outra opção seria o apoio, por intermédio da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN) brasileira, à formação do serviço hidrográfico namibiano, cujas tarefas atualmente recaem sobre o Ministério de Obras, Transporte e Comunicações (*Ministry of Works, Transport and Communication*) (VILHO, 2012).

Por fim, a reativação da MNBN desponta como outra iniciativa recomendável pois propiciaria estrutura mais robusta para gerenciar as atividades da MAN e do GAT-FN, cujas demandas vêm sobrecarregando a adidância naval⁶⁹, bem como conferiria maior flexibilidade àquela estrutura para se adequar a novas tarefas que venham a ser assumidas. A reativação da Missão ainda teria importante simbolismo, demonstrando à NN o compromisso do Brasil com a manutenção do ACNBN.

5.4 Considerações parciais

As implicações da presença chinesa na Namíbia para o poder naval brasileiro manifestam-se em dois diferentes níveis. Primeiramente, ao afetar, ainda que de forma mais difusa, o ambiente de segurança da costa ocidental africana e do Atlântico Sul, contribuindo para modificar o equilíbrio de forças e, conseqüentemente, a estabilidade na região. Em segundo lugar, ao competir diretamente com os propósitos do ACNBN, por meio da oferta de condições comerciais mais vantajosas, o que poderá levar a Namíbia a reduzir o interesse na manutenção do acordo com o Brasil. Este capítulo buscou apresentar alternativas para assegurar a continuidade da cooperação entre a NN e a MB, fazendo com que o histórico acordo firmado entre as duas Marinhas continue a ser mutuamente vantajoso.

⁶⁹ Cf. Cap. 3, subitem 3.2.3, p. 46.

6 CONCLUSÃO

O Brasil atribui prioridade estratégica ao Atlântico Sul e aos países da costa ocidental da África. A China tem aumentado significativamente, desde a última década, a sua presença nessa região. Embora a penetração chinesa ainda se dê preponderantemente no campo econômico, ela já contempla crescente número de acordos militares e de exportações de material de defesa para aqueles países, com consequentes desdobramentos para a segurança regional. A questão se torna especialmente preocupante na Namíbia, em razão do acordo de cooperação naval que este país mantém com o Brasil.

A pesquisa empreendida se propôs, portanto, a estabelecer as implicações da presença chinesa na Namíbia para o poder naval brasileiro, em especial no que tange ao ACNBN. Nesse sentido, procurou, por um lado, analisar as relações sino-namibianas sob enfoque mais abrangente, inserindo-as na política da RPC para a África subsaariana. Por outro, buscou enfatizar a relevância do Atlântico Sul e da costa ocidental africana para o Brasil e, nesse contexto, o papel desempenhado pelo mencionado acordo com a Namíbia.

Essa relevância da região sul-atlântica para os interesses brasileiros tem sido patente ao longo da história, cujos exemplos aqui citados demonstram que o monitoramento e controle desse espaço marítimo só serão eficazes a partir da inter-relação das margens brasileira e africana, naquilo que se decidiu chamar de complementaridade geoestratégica.

O propósito da política brasileira para o Atlântico Sul tem sido o de mantê-lo como uma zona de paz e cooperação, livre de ameaças externas, aspiração também comungada pelos países atlânticos africanos, como demonstrou a declaração da ZOPACAS. Por ser este um espaço predominantemente marítimo, o poder naval passa a ser instrumento essencial no apoio àquela política.

Ao ser firmado em 1994, o ACNBN passa a se constituir no elemento central das relações entre Brasil e Namíbia. Sua contribuição à política externa brasileira foi indiscutível, tanto por estabelecer um clima de confiança mútua entre os dois países, como por proporcionar as condições para que a Namíbia exercesse a soberania sobre suas águas jurisdicionais, colaborando para a segurança marítima da região. O acordo não tem sido explorado, no entanto, em todas as suas potencialidades, devido à ausência de política integrada por parte do governo brasileiro, capaz de sintonizar os objetivos das áreas econômica e de planejamento com os dos setores diplomático e de defesa.

A presença chinesa na Namíbia repete, por sua vez, o padrão da política de Pequim para o restante da África, com ênfase nas boas relações com as elites governantes, de modo a assegurar o acesso a importantes recursos naturais. O fortalecimento da base de poder dessas elites, muitas vezes contrariando os interesses das sociedades locais, tem contribuído para a insatisfação popular e, conseqüentemente, para a instabilidade interna desses países. Esse processo assume um caráter cíclico e faz com que a instabilidade transborde para o nível regional, na medida em que potências externas, buscando proteger seus interesses, aumentam a presença militar na região.

A política da China para o continente africano, diferentemente do que ocorre com a brasileira, se caracteriza por um esforço coordenado, envolvendo diversos setores governamentais, bancos estatais e empresas, o que permite a adoção de postura pragmática e eficaz na busca dos seus interesses. A crescente influência chinesa entre as forças armadas namibianas é resultado dessa política, cuja manifestação mais recente foi a venda à NN, em condições favorecidas, do NApLog “Elephant”. Esta tendência, ao aprofundar os laços logísticos da NN com a RPC, passa a afetar diretamente a cooperação naval brasileira.

Dessa forma, constata-se que a presença chinesa na Namíbia traz implicações para o poder naval brasileiro em dois diferentes níveis. O primeiro, na esfera regional,

ao contribuir para o aumento da instabilidade, fomentando o círculo vicioso de presença militar de potências exógenas ao Atlântico Sul. O outro, no âmbito do próprio ACNBN, ao estabelecer uma cooperação naval tácita com a Namíbia, cujo resultado pode ser o desinteresse definitivo do país africano na manutenção do acordo com o Brasil.

Entretanto, o trabalho não teria atingido plenamente o seu propósito se não fosse capaz de propor, juntamente com as implicações apontadas acima, alternativas para o preparo e o emprego do poder naval brasileiro frente aos óbices criados pelo engajamento chinês na Namíbia. Nesse sentido, foram apresentados três conjuntos de iniciativas, sendo o primeiro na esfera governamental, onde se propõe a adoção de uma política verdadeiramente integrada para a África atlântica, coordenando todos os setores envolvidos, à semelhança do que faz a China.

O segundo conjunto abrange as iniciativas relacionadas ao ambiente de segurança no Atlântico Sul, com destaque para a consolidação, liderada pelo Brasil, dos sistemas de monitoramento dos diversos países limítrofes, bem como a expansão dos acordos bilaterais na área de cooperação naval para os Estados interessados, na costa ocidental africana.

O último grupo de alternativas inclui aquelas medidas destinadas a estimular o interesse namibiano na manutenção do ACNBN. Entre as possíveis iniciativas neste campo estão, mais uma vez, a ação coordenada de outros setores governamentais brasileiros, a fim de possibilitar o financiamento e a redução de custos dos bens e serviços fornecidos à Namíbia; a exploração de novos campos de atuação para o acordo, como assessoria na verificação de eficiência de navios, assistência de especialistas em direito do mar e apoio à criação de um serviço hidrográfico namibiano; e, por fim, a reativação da MNBN como forma de demonstrar o compromisso do Brasil com a preservação da cooperação naval.

Assim, a partir da adequada apreciação dos óbices trazidos pela presença chinesa na Namíbia e a criteriosa adoção, por outro lado, de medidas que busquem contornar ou

mitigar tais óbices, será possível ao poder naval brasileiro manter-se, a exemplo do que tem ocorrido ao longo da história, como instrumento essencial à disposição de nossas políticas externa e de defesa, a fim de promover os interesses do país no Atlântico Sul e na costa ocidental africana.

REFERÊNCIAS

- ÁFRICA DO SUL. **Act 203 of 1993**: Transfer of Walvis Bay to Namibia Act. Pretoria: State President's Office, 28 jan. 1994. Disponível em: <http://www.info.gov.za/view/DynamicAction?pageid=545&sdate=1993&orderby=act_no_desc>. Acesso em: 2 abr. 2012.
- ALDEN, Chris. **China in Africa**: Partner, Competitor or Hegemon. Londres: Zed Books, 2007. 136 p.
- ANSHAN, Li. China's New Policy toward Africa. In: ROTBERG, R. I. (Ed.). **China into Africa**: Trade, aid, and influence. Washington, DC: Brookings Institution, 2008. cap. 2, p. 21-49.
- AVERBUG, André; GIAMBIAGI, Fabio. **A Crise Brasileira de 1998/1999**: origens e consequências. Rio de Janeiro: BNDES/Pnud, 2000. 40 p. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Publicacoes/Consulta_Expressa/Typo/Textos_para_Discussao/200005_3.html>. Acesso em: 4 ago. 2012.
- BANCO MUNDIAL; BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Ponte sobre o Atlântico**: Brasil e África Subsaariana: parceria Sul-Sul para o crescimento. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/120113_livropontesobreoatlanticopor2.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2012.
- BBC NEWS. World Edition. **US naval base to protect Sao Tome oil**, 22 aug. 2002. Disponível em: <<http://news.bbc.co.uk/2/hi/business/2210571.stm>>. Acesso em: 25 jul. 2012.
- BOXER, Charles R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002 (1. reimp.). 442 p.
- BRASIL. Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). **Boletim da Produção de Petróleo e Gás Natural – junho 2011**. Brasília: Superintendência de Desenvolvimento e Produção, 2011. 24p.
- BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.685, de 5 de junho de 2003**. Dispõe sobre a alienação por doação de uma Corveta da Marinha do Brasil. Brasília, DF, 2003a. Disponível em: <<http://www2.camara.gov.br/legin/fed/lei/2003/lei-10685-5-junho-2003-496785-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 5 ago. 2012.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.
- BRASIL. Diretoria de Portos e Costas (DPC). **NORMAM-08**: Normas da Autoridade Marítima para tráfego e permanência de embarcações em águas jurisdicionais brasileiras. Rio de Janeiro, 2003b. Disponível em: <https://www.dpc.mar.mil.br/normam/N_08/normam08.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2012.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **I Cúpula Brasil – CEDEAO – Declaração Conjunta** – Ilha do Sal, Cabo Verde, 3 jul. 2010a. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a-imprensa/i-cupula-brasil-comunidade-economica-dos-estados-da-africa-ocidental-cedeao-2013-declaracao-conjunta-2013-ilha-do-sal-cabo-verde-3-de-julho-de-2010>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

_____. **Balanco de Política Externa 2003-2010**: Item 2.2.14 – África – Defesa. Brasília: Secretaria de Planejamento Diplomático, 2010b. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010/2.2.14-africa-defesa/view>>. Acesso em: 2 jul. 2012.

_____. **Resenha de Política Exterior do Brasil**. Brasília: Departamento de Comunicações e Publicação, 2010c, Ano 37, n. 107 (2. sem. 2010). 460 p.

_____. **Relações bilaterais**: Namíbia. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.itamaraty.gov.br/temas/temas-politicos-e-relacoes-bilaterais/africa/namibia/pdf>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

BRASIL. Presidência da República. **Comunicado conjunto da República da Namíbia e República Federativa do Brasil, de 13 set. 1991**. Windhoek, 1991. Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/1991/b_66_2011-10-17-10-45-11/at_download/arquivo>. Acesso em: 5 abr. 2012.

_____. **Decreto nº 1.125, de 2 de maio de 1994**. Cria a Missão Naval Brasileira na Namíbia e dá outras providências. Brasília, DF, 1994. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D1125.htm>. Acesso em: 3 ago. 2012.

_____. **Decreto nº 4.778, de 11 de julho de 2003**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Namíbia sobre Cooperação Naval, de 3 de dezembro de 2001. Brasília, DF, 2003c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4778.htm>. Acesso em: 5 abr. 2012.

_____. **Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005**. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5484.htm>. Acesso em: 31 mar. 2012.

_____. **Decreto nº 5.734, de 27 de março de 2006**. Dá nova redação ao inciso I do art. 1º do Decreto no 72.021, de 28 de março de 1973, e revoga o Decreto no 1.125, de 2 de maio de 1994. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Decreto/D5734.htm>. Acesso em: 3 ago. 2012.

_____. **Discursos**: ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1999. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/fernando-henrique-cardoso/discursos-1/2o-mandato/1999-2-semester/41.pdf/at_download/file>. Acesso em: 2 ago. 2012.

_____. **Discursos:** ex-Presidente José Sarney. Brasília: Biblioteca da Presidência da República, 1987. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/ex-presidentes/jose-sarney/discursos/1987/17.pdf/view>>. Acesso em: 2 ago. 2012.

BRASIL. Senado Federal. **Decreto Legislativo nº 102, de 23 de outubro de 1996.** Aprova o texto do Acordo de Cooperação entre o Governo da República da Namíbia e o Governo da República Federativa do Brasil, de 4 de março de 1994. Brasília, 1996. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaNormas.action?numero=102&tipo_norma=DLG&data=19961023&link=s>. Acesso em: 5 ago. 2012.

BRASIL, Pedro P. **Pedro Penha Brasil:** Inédito. Brasília, 6 ago. 2012. Resposta a questionário submetido pelo autor.

BRAUTIGAM, Deborah. **The Dragon's Gift:** The real story of China in Africa. Nova Iorque: Oxford University Press Inc., 2009. 397 p.

CASTRO, Flávio M. O. **1808-2008: Dois Séculos de História da Organização do Itamaraty.** Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. v. 1 (1808-1979). 641 p.

_____. _____. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. v. 2 (1979-2008). 332 p.

CASTRO, Z. O.; SILVA, J. R.; SARMENTO, C. M. **Tratados do Atlântico Sul:** Portugal-Brasil, 1825-2000. Lisboa: Instituto Diplomático, 2006. 365 p.

CHINA, República Popular da. Embaixada na República da Namíbia. **China's African Policy.** Windhoek, 18 jan. 2006. Disponível em: <<http://na.chineseembassy.org/eng/zngx/t231679.htm>>. Acesso em: 20 mai. 2012. Original inglês.

COHEN, Richard. Cooperative Security: from individual security to international stability. In: COHEN, R; MIHALKA, M. **Cooperative Security:** New Horizons for International Order. Garmisch-Partenkirchen: The George C. Marshall European Center for Security Studies, 2001. p. 1-27 (The Marshall Center Papers, n. 3).

COUTINHO. Robério da C. **Robério da Cunha Coutinho:** Inédito. Rio de Janeiro, 27 jul. 2012. Resposta a questionário submetido pelo autor.

DOBLER, Gregor. Old ties or new shackles? China in Namibia. In: MELBER, Henning (Ed.). **Transitions in Namibia:** Which Changes for Whom?. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007. p. 94-109.

_____. Solidarity, xenophobia and the regulation of Chinese businesses in Namibia. In: ALDEN, C; LARGE, D.; OLIVEIRA, R. S. (Eds.). **China returns to Africa:** A rising power and a continent embrace. Londres: Hurst & Company, 2009 (2. imp.). p. 237-255.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA (EUA). U.S. AFRICOM. **About United States Africa Command,** 2012a. Disponível em: <<http://www.africom.mil/AfricomFAQs.asp>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

_____. **Statement of General Carter Ham, U.S. Army, before the House Armed Services Committee**, 2012b. 26 p. Disponível em: <<http://www.africom.mil/fetchBinary.asp?pdfID=20120301102747>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

FARIA, Emilson P. de. **Emilson Paiva de Faria**: Inédito. Brasília, 16 jul. 2012. Resposta a questionário submetido pelo autor.

FARIA, João. A. P. M. de. **A Consciência situacional marítima e a Marinha do Brasil**. Aula Inaugural para os cursos de altos estudos militares da Marinha, proferida na Escola de Guerra Naval em 01 mar. 2012. Disponível em: <<https://www.egn.mar.mil.br/arquivos/palestracema-aula-inaugural2012.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2012.

GAMA, A. O. Saldanha da. **A Marinha do Brasil na Primeira Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: Capemi Editora, 1982. 184 p.

GAVINO, Marvio A. **Acordo de cooperação naval Brasil-Namíbia**: perspectivas logísticas. Orientador: William de Sousa Moreira. 2010. 108 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2010.

HALPER, Mark. China grabbing up uranium to secure nuclear lead. **SmartPlanet**, 2012. Disponível em: <<http://www.smartplanet.com/blog/intelligent-energy/china-grabbing-up-uranium-to-secure-nuclear-lead/14149>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

HE, Yin. **China's Changing Policy on UN Peacekeeping Operations**. Estocolmo: Institute for Security and Development Policy, 2007. 71 p.

HONG-MING, Zhang. A Política Chinesa na África. In: BELLUCCI, Beluce (Org.). **Abrindo os Olhos para a China**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Candido Mendes, 2004. p. 233-295.

IMBUZEIRO, Juarez D. **Juarez Delgado Imbuzeiro**: Inédito. Windhoek, 30 jul. 2012. Resposta a questionário submetido pelo autor.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION – ISO. **ISO 7098:1982**. Romanization of Modern Chinese, 1982. Disponível em: <http://www.iso.org/iso/iso_catalogue/catalogue_ics/catalogue_detail_ics.htm?csnumber=13683>. Acesso em: 13 jun. 2012.

JANE'S INFORMATION GROUP. **Air Force (Namibia)**: Assessment, 2011. Disponível em: <<http://articles.janes.com/articles/Janes-Sentinel-Security-Assessment-Southern-Africa/Air-force-Namibia.html>>. Acesso em: 14 abr. 2012.

_____. **Namibia, the market**: Procurement and upgrades, 2012. Disponível em: <<http://articles.janes.com/articles/Janes-Naval-Construction-and-Retrofit-Markets/Namibia-Namibia.html>>. Acesso em: 21 jul. 2012.

_____. **South Africa hosts "ATLASUR II"**, 1995. Disponível em:

<<http://articles.janes.com/articles/Janes-Navy-International-95/SOUTH-AFRICA-HOSTS-ATLASUR-II.html>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

JORGE, Nedilson. As Relações Brasil-África e o Atlântico Sul. In: SEMINÁRIO SEGURANÇA COOPERATIVA E DEFESA NO ATLÂNTICO SUL: IMPERATIVOS DE MUDANÇA OU A FORÇA DA TRADIÇÃO?, 2012, Rio de Janeiro: Escola de Guerra Naval, 2012.

KAPLINSKY, R.; McCORMICK, D.; MORRIS, M. **The Impact of China on Sub Saharan Africa**. Sussex: University of Sussex Brighton – Institute of Development Studies, 2007. 49 p. (Working Paper 291).

KENNEDY, Paul (Ed.). **Grand Strategies in War and Peace**. New Haven: Yale University Press, 1991. 228 p.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2011. 556 p.

KLEIN, Herbert S. A Demografia do Tráfico Atlântico de Escravos para o Brasil. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 129-149, mai./ago. 1987.

LESSA, José V. **José Vicente Lessa**: Inédito. Windhoek, 28 jul. 2012. Entrevista concedida a Juarez Delgado Imbuzeiro.

LINKS, Frederico; HAIMBODI, Malakia. **Building Integrity**: Corruption and the Construction Industry. Windhoek: Institute for Public Policy Research, 2011. 24 p. (Anti-Corruption Research Programme, Paper 5).

LU, Suping. A study on the Chinese Romanization Standard in Libraries. **Cataloging & Classification Quarterly**, Philadelphia, v. 21, n. 1, p. 81-96, mar. 1996.

MAIA, João do Prado. **A Marinha de Guerra do Brasil na Colônia e no Império**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1965. 347 p.

MALVASIO, Ney P. L. A Marinha de Guerra e o Império: a Marinha brasileira como braço da política externa imperial. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA – ANPUH, 14., 2007, São Leopoldo, RS. Disponível em: <<http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Ney%20Paes%20Loureiro%20Mavasio.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2012.

MARTI, Michael E. **A China de Deng Xiaoping**: O homem que pôs a China na cena do Século XXI. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2007. 341 p.

MOURA NETO, J. S. Defendendo o Pré-Sal. In: JOBIM, N. A.; ETCHEGOYEN, S. W.; ALSINA, J. P. (Orgs.). **Segurança Internacional**: Perspectivas Brasileiras. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, 648 p.

NAIDU, Sanusha. China–African Relations in the 21st Century: A “Win–Win” Relationship?. In: MELBER, Henning (Comp.). **China in Africa**. Uppsala: Nordiska Afrikainstitutet, 2007. p. 41-46. (Current African Issues, n. 33)

NAMÍBIA. Office of the Prime Minister. **Marine Resources Act, 2000**. Windhoek: Government Gazette, 27 dec. 2000. Disponível em: <http://209.88.21.36/opencms/export/sites/default/grnnet/MFMR/Laws_and_Policies/docs/MarineAct2000.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **Merchant Shipping Amendment Act, 1991**. Windhoek: Government Gazette, 5 jun. 1991. Disponível em: <http://www.commonlii.org/na/legis/num_act/msaa1991265.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

ODADA, J. E.; KAKUJAHU-MATUNDU, Omu. **China-Africa Economic Relations: The Case of Namibia**. Windhoek: University of Namibia, 2008. Disponível em: <http://www.aercafrica.org/documents/asian_drivers_working_papers/Namibia-China.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2012.

OLIVEIRA, Amaury Porto. A China Constrói uma Parceria Estratégica com a África. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICA EXTERNA E POLÍTICA INTERNACIONAL, 3., 2008, Rio de Janeiro. **O Brasil no mundo que vem aí: Seminário – China**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008. p. 337-373.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). Assembleia Geral. **Resolução nº 41/11, de 27 de outubro de 1986**. Declara uma Zona de Paz e Cooperação no Atlântico Sul. Nova Iorque, EUA, 1986. Disponível em: <<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>>. Acesso em: 31 mar. 2012. Original inglês.

ONU. Comissão de Limites da Plataforma Continental. **Submissions to the Commission: Submission by the Republic of Namibia**. Nova Iorque, 2009. Disponível em: <http://www.un.org/Depts/los/clcs_new/submissions_files/submission_nam_50_2009.htm>. Acesso em: 5 ago. 2012.

ONU. Conselho de Segurança. **Resolução nº 435, de 29 de setembro de 1978**. Nova Iorque, 1978. Disponível em: <<http://daccess-dds-ny.un.org/doc/RESOLUTION/GEN/NR0/368/80/IMG/NR036880.pdf?OpenElement>>. Acesso em: 2 ago. 2012. Original inglês.

ONU. Divisão de Estatísticas. **Composition of macro geographical (continental) regions, geographical sub-regions, and selected economic and other groupings**. Revised 20 sep. 2011. Disponível em: <<http://unstats.un.org/unsd/methods/m49/m49regin.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2012.

ORGANIZAÇÃO HIDROGRÁFICA INTERNACIONAL (IHO). Southern Africa & Islands Hydrographic Commission (SAIHC). **Report of the 8th SAIHC Conference: Namibia – Walvis Bay, 6 – 7 sep. 2011**. Walvis Bay, 2011a. Disponível em: <http://www.iho.int/mtg_docs/com_wg/IRCC/IRCC4/IRCC4_03_1K.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

_____. **SAIHC Technical Visit to Namibia**. Cape Town, 2011b. Disponível em: <http://www.iho.int/mtg_docs/CB/CBA/Technical%20visits/TV11/2011-TechVisit-Namibia.pdf>. Acesso em: 13 ago. 2012.

PANTOJA, Selma. O litoral angolano até as vésperas da independência do Brasil. **Textos de História** – Revista do Programa de Pós-graduação em História da UnB, Brasília, v. 11, n. 1/2, p. 187-215, 2003.

PENNA FILHO, Pio; LESSA, Antônio C. M. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 57-81, jan./jun. 2007.

POOLMAN, Jan. Namibia: President Rebukes Construction Firms. **AllAfrica**, 2012. Disponível em: <<http://allafrica.com/stories/201205020541.html>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

RIBEIRO, Cláudio O. **Relações Político-Comerciais Brasil-África (1985-2006)**. Orientadora: Elisabeth Balbachevsky. 2007. 243 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SALLES, Felipe. A Corveta Barroso em África. **Agência Linha de Defesa**, Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.alide.com.br/joomla/index.php/capa/85-edicao-47/1455-a-corveta-barroso-em-africa>>. Acesso em: 24 jul. 2012.

SANTANA, Ivo. Notas e comentários sobre a dinâmica do comércio Brasil-África nas décadas de 1970 a 1990. **Revista Brasileira de Política Internacional**. v. 46, n. 2, p. 113-137, 2003a.

_____. Relações econômicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. **Estudos Afro-Asiáticos**. v. 25, n. 3, p. 517-555, 2003b.

SANTOS JÚNIOR, José C. dos. **José Calixto dos Santos Júnior**: Inédito. Rio de Janeiro, 26 mai. 2012. Resposta a questionário submetido pelo autor.

SARAIVA, José F. S. O Brasil e a África no Atlântico Sul: uma visão de paz e cooperação na história da construção da cooperação africano-brasileira no Atlântico Sul. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO LATINO-AMERICANA DE ESTUDOS AFRICANOS E ASIÁTICOS, 10., 2000, Rio de Janeiro. **Textos completos**. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/aladaa/sombra.rtf>>. Acesso em: 24 jun. 2012.

SCOFIELD, Jefferson G. **Poder Naval e Diplomacia**: a presença da Marinha do Brasil na Namíbia. Orientador: William de Sousa Moreira. 2011. 146 f. Monografia (Curso de Política e Estratégia Marítimas) – Escola de Guerra Naval, Rio de Janeiro, 2011.

_____. **Jefferson Gusmão Scofield**: Inédito. Brasília, 22 mai. 2012. Resposta a questionário submetido pelo autor.

SHERBOURNE, Robin. **Comrades and Capitalists**: the growing presence of China in the Namibian economy and its possible economic and political implications. Windhoek: The Friedrich Ebert Stiftung – Namibia Office, 2005. 10 p.

SHIPANGA, Selma. Namibia: Military Academy Construction Grinds to a Halt. **AllAfrica**, 2012. Disponível em: <<http://allafrica.com/stories/201207060750.html>>. Acesso em: 8 jul. 2012.

STRATFOR. Global Intelligence. **Gulf of Guinea Piracy: Challenges and Constraints**, 9 mar. 2012. Disponível em: <<http://www.stratfor.com/analysis/gulf-guinea-piracy-challenges-and-constraints>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

VEIGA, Abel. Memorando de entendimento assinado entre Elsa Pinto e Nelson Jobim coloca Brasil como parceiro estratégico na defesa da zona económica exclusiva são-tomense. **TélaNón**, São Tomé, 23 mar. 2009. Disponível em: <<http://www.telanon.info/politica/2009/03/23/1084/memorando-de-entendimento-assinado-entre-elsa-pinto-e-nelson-jobim-coloca-brasil-como-parceiro-estrategico-na-defesa-da-zona-economica-exclusiva-sao-tomense/>>. Acesso em: 5 abr. 2012.

VIANNA, Hélio. **História do Brasil**. 15. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1994. 723 p.

VILHO, P. H. **Peter Hafeni Vilho**: Inédito. Windhoek, 10 jul. 2012. Resposta a questionário submetido pelo autor.

APÊNDICE A – Entrevistas e questionários

1 – Embaixador José Vicente Lessa – Embaixador do Brasil na Namíbia – Entrevista concedida ao autor, por intermédio do Adido de Defesa e Naval na Namíbia.....	97
2 – Contra-Almirante (NN) Peter Hafeni Vilho – Comandante da Marinha da Namíbia – Questionário submetido pelo autor, por intermédio do Adido de Defesa e Naval na Namíbia (com tradução das perguntas para o inglês).....	100
3 – Contra-Almirante (NN) Peter Hafeni Vilho – Comandante da Marinha da Namíbia – Respostas a questionário submetido pelo autor, por intermédio do Adido de Defesa e Naval na Namíbia (extrato do original em inglês).....	102
4 – Contra-Almirante (NN) Peter Hafeni Vilho – Comandante da Marinha da Namíbia – Respostas a questionário submetido pelo autor, por intermédio do Adido de Defesa e Naval na Namíbia (tradução do autor).....	108
5 – Contra-Almirante (Ref ^o) Robério da Cunha Coutinho – Diretor Técnico-Comercial da EMGEPRON – Respostas a questionário submetido pelo autor.....	115
6 – Terceiro Secretário Pedro Penha Brasil – Departamento da África do Ministério das Relações Exteriores (MRE) – Respostas a questionário submetido pelo autor.....	119
7 – CMG Jefferson Gusmão Scofield – Chefe da Missão Naval Brasileira na Namíbia de julho de 2004 a julho de 2006 – Respostas a questionário submetido pelo autor.....	122
8 – CMG Juarez Delgado Imbuzeiro – Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Namíbia – Respostas a questionário submetido pelo autor.....	126
9 – CMG (FN-RM1) José Calixto dos Santos Júnior – Encarregado do Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN) de março de 2009 a dezembro de 2010 – Respostas a questionário submetido pelo autor.....	129
10 – CMG (RM1) Emilson Paiva de Faria – Assessor de Estratégia e Relações Internacionais do Estado-Maior da Armada – Respostas a questionário submetido pelo autor.....	137

Entrevista do Embaixador José Vicente Lessa – Embaixador do Brasil na Namíbia – intermediada pelo Adido de Defesa e Naval na Namíbia, em 28 jun. 2012.

1 – Qual a relevância da costa ocidental da África para a atual política externa brasileira?

Resp.: A política externa brasileira contempla a universalidade das relações político-diplomáticas, comerciais, econômicas e culturais. Numa perspectiva geopolítica, a costa ocidental africana é superada em prioridade apenas pelos parceiros situados na América do Sul. A importância econômica e comercial da costa ocidental africana se situa, além de nossos vizinhos imediatos, após os grandes parceiros internacionais: Estados Unidos, União Europeia e os chamados BRICS.

2 – Entre os princípios observados por nossa política externa, quais aqueles que norteiam de forma preponderante as nossas atuais relações com os países da costa atlântica da África?

Resp.: A política externa brasileira é norteada por valores universais, aplicáveis ao relacionamento com todos os países do mundo. Com a costa atlântica da África soma-se o patrimônio cultural comum (inclusive a língua, em relação aos países lusófonos) e a condição de país em desenvolvimento. Este último aspecto faz com que a África tenha posições convergentes com o Brasil em inúmeros temas em foros multilaterais, a exemplo dos temas envolvendo desenvolvimento, sustentabilidade e meio ambiente, ora em discussão no Rio de Janeiro.

3 – Qual a importância da estabilidade política e econômica dos países da costa atlântica da África para a manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação?

Resp.: Paz e estabilidade são condições óbvias para o desenvolvimento econômico, a superação da pobreza e incremento geral dos níveis de bem estar dos povos. Desta forma, são também condições para o adensamento das trocas comerciais em sentido Sul-Sul, que, no limite, permitirá reduzir a dependência de nossos países dos grandes mercados consumidores norte-hemisféricos. Apesar de ainda persistir certa instabilidade política em alguns países do continente, é auspicioso ver que a grande maioria dos países da costa ocidental têm encontrado formas pacíficas para a solução de suas tensões internas.

4 – Quanto ao ambiente de segurança do Atlântico Sul, que influências pode ter a crescente presença (política, econômica e inclusive militar) de potências externas à região, como os EUA e a China?

Resp.: Com respeito ao Atlântico Sul, as ameaças tradicionais, relativas à presença de interesses estratégicos extra-zona, encontram-se grandemente superadas. Limitam-se a questões residuais, tais como a permanência de possessões britânicas, remanescentes do passado colonial. Essa presença não afeta o relacionamento Brasil-África. Os riscos emergentes neste contexto dizem respeito, nos dias atuais, ao crime internacional, expresso em ações de pirataria, tráfico internacional, contrabando e pesca predatória. Estes temas ensejam a atenção de nossos governos no âmbito da Zona de Paz e Cooperação.

5 – Com relação à experiência de cooperação naval com a Namíbia, como avalia a contribuição do poder naval à política externa brasileira? A integração com aquele país poderia ser ampliada na área militar ou em outras?

Resp.: A Namíbia possui um vasto litoral de 1,572 mil km e um território de 820 mil Km², ao longo do qual se estende, em boa parte, dois dos maiores desertos do continente. Este ambiente físico abriga apenas uma população de 2,1 milhões, divididas em vários grupos étnicos. Por outro lado, o país ganhou sua independência há apenas 22 anos. É natural, portanto, que ao longo de toda sua história, o namibiano estivesse voltado para o interior. Sua descoberta das imensas oportunidades existentes no subsolo marinho é muito recente. Nesse contexto, a atuação da Marinha do Brasil tem sido de fundamental importância. Ao consolidar sua soberania sobre sua zona econômica exclusiva, a Namíbia estará completando uma “segunda fase” de seu processo de independência, agregando praticamente a seu território um “outro país” até então não suficientemente conhecido.

6 – A contribuição mencionada no item 5 poderia ser reproduzida com êxito em outros países da costa ocidental da África? Há alguma iniciativa concreta nesse sentido?

Resp.: Não tenho conhecimento de atividades similares à cooperação naval Brasil-Namíbia na região. A extensão dessa cooperação a outros países dependerá, além da disponibilidade de recursos materiais e humanos, de uma avaliação política que leve em conta cada caso em si. No caso namibiano, considere-se ser este um país recém fundado, ainda sem nenhuma força naval nos anos 90, que carecia de assistência desde um “marco zero”. Nos demais países

seria necessário avaliar suas reais necessidades, sempre com o cuidado de não parecer motivados por intenções hegemônicas.

7 – Qual a percepção da Namíbia quanto ao Acordo de Cooperação Naval com o Brasil?

Resp.: O fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais, com uma pujante economia, geograficamente próximo da África e jamais ter tido qualquer relacionamento baseado em políticas de poder, jamais ter tido ambições imperialistas sobre o continente, nos coloca em posição privilegiada às vistas das nações africanas.

8 – Como a crescente presença chinesa na Namíbia (incluindo a venda de equipamentos militares) pode afetar as relações entre esse país africano e o Brasil? Essa presença pode se constituir em óbice para a manutenção/ampliação do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia?

Resp.: A presença chinesa na África apresenta, evidentemente, um forte componente comercial. Esta não é uma orientação em si condenável, devendo o Brasil, da mesma forma, procurar oferecer a estes países seus equipamentos militares, em bases competitivas. Porém uma política de cooperação atrelada a objetivos comerciais, de curtíssimo prazo ou com o objetivo de ganhos unilaterais termina por ser mal vista pelos países receptores. Ao contrário de uma tal abordagem, os objetivos da diplomacia brasileira devem ser o de ajudar na criação de oportunidades de investimento, no melhor aproveitamento de seus recursos, na abertura de mercados para produtos africanos e na capacitação de mão de obra para que o continente africano possa se engajar num intercâmbio comercial mais intenso no sentido Sul-Sul.

9 – É possível ampliar a atuação do poder naval em contribuição à diplomacia brasileira na costa ocidental da África? Caso afirmativo, em que outras áreas ou atividades?

Resp.: Existem amplas possibilidades de cooperação na preservação da segurança contra males crescentes. O combate à pirataria, o monitoramento de linhas de tráfico internacional de drogas, pessoas e armamentos são alguns desses campos. O acidente com o avião da Air France, em junho de 2009, oferece ainda uma clara indicação de como os países podem cooperar, mediante adequado equipamento e treinamento, em operações de busca e salvamento no mar.

Questionário submetido ao C Alte (NN) Peter Hafeni Vilho – Comandante da Marinha da Namíbia – Perguntas (incluindo a correspondente tradução para o inglês).

1 – Qual o significado do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia para as relações entre os dois países em outros níveis, como o político, econômico e diplomático? (*What is the significance of the Namibia-Brazil Naval Cooperation Agreement for the relations between the two countries in other levels, such as political, economic and diplomatic?*)

2 – Em sua avaliação, quais são os principais resultados obtidos até o momento pelo Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia? (*In your assessment, what are the most important results achieved by the Naval Cooperation Agreement between Namibia and Brazil?*)

3 – [omitida]

4 – Há alguma área prevista no Acordo de Cooperação Naval que necessite ser aprimorada? Que sugestões teria para esse aprimoramento? (*Is there any area covered by the Naval Cooperation Agreement that requires improvement? What kind of improvement would you suggest?*)

5 – Em sua opinião, o Acordo de Cooperação poderia ser expandido para incluir atividades marítimas levadas a cabo por outras agências governamentais namibianas que não a Marinha, como o Ministério da Pesca e Recursos Marinhos, por exemplo? Que tipos de atividade? (*In your opinion, could the Naval Cooperation Agreement be expanded to include maritime activities carried out by Namibian Government agencies other than the Navy, such as the Ministry of Fisheries and Marine Resources, for instance? What kinds of activities would those be?*)

6 – Com base na experiência adquirida nos levantamentos hidrográficos do porto de Walvis Bay e da plataforma continental namibiana, conduzidos pela Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), com apoio de especialistas da Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN), a Marinha da Namíbia teria interesse em expandir o Acordo de Cooperação Naval para incluir o apoio no estabelecimento de seu próprio Serviço Hidrográfico, à semelhança da DHN brasileira? (*Based on the experience acquired with the hydrographic surveys of Walvis Bay and the Namibian continental shelf, carried out by Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON), with assistance from the Brazilian Navy Directorate of Hydrography and Navigation (DHN), would the Namibian Navy be interested in expanding the Naval*

Cooperation Agreement in order to include assistance in establishing its own Hydrographic Service, in a similar model to the Brazilian DHN?)

7 – Qual a contribuição do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia para a segurança cooperativa no Atlântico Sul? (*What is the contribution of the Namibia-Brazil Naval Cooperation Agreement to cooperative security in the South Atlantic?*)

8 – Em sua avaliação, quais os atuais desafios à segurança cooperativa do Atlântico Sul e da costa ocidental da África? Como o Brasil e países atlânticos da América do Sul podem contribuir na busca de soluções para esses desafios? (*In your assessment, what are the current challenges to cooperative security in the South Atlantic and the West Coast of Africa? How can Brazil and other Atlantic countries of South America help in the search for solutions to those challenges?*)

Observação – estas perguntas foram elaboradas pelo autor, com o único propósito de obter informações úteis para trabalho acadêmico e não representam, de forma alguma, opiniões ou posições da Marinha do Brasil ou de seus comandos e organizações subordinados.

Note – these questions were prepared by the author with the single goal of obtaining useful information for an academic essay and do not represent, in any form, opinions or assessments of the Brazilian Navy or any of its subordinate commands or organizations.

Questionário submetido ao C Alte (NN) Peter Hafeni Vilho – Comandante da Marinha da Namíbia – e respondido em 10 jul. 2012 (cópia do original em inglês).

Jul 10 12 03:43p

NNHQ COMCEN

0642017630

p. 1

FACSIMILE TRANSMISSION SHEET

2012 -07- 10



NAMIBIAN NAVY NAVY HEADQUARTERS

Telephone: 09264 64-201 7500
Facsimile: 09264 64-201 7548 / 7630

Namibian Navy Headquarters
Private Bag 5015
Walvis Bay
Namibia

Enquiries.....

TO: Brazil Embassy
FAX: 06-359424
ATT: Brazilian SA
INFO: _____

FROM: NHQ
DATE: 10.07.12
TIME: _____
Number of Pages 07.02

SUBJECT: The naval cooperation agreement between Namibia and Brazil

SHOULD YOU HAVE ANY QUERIES WITH THE MESSAGE, PLEASE CONTACT THE SENDER

Jul 10 12 03:43p

NNHQ COMCEN

0642017630

P. 2



NAMIBIAN NAVY

Tel: +264 64 2017500

Fax: +264 64 2017630

E-mail Address: nnhq@navy.na

Navy Commander

Private Bag 5015

Walvis Bay

10 July 2012

Enquiries: Capt (N) P. N. Tjandja

Captain Claudio Henrique Mello de Almeida
 Political and Maritime Strategy Course
 Naval War College
 480 Pasteur Avenue, Urca
 Rio de Janeiro, RJ
 22290 - 240
 Brazil

Captain

THE NAVAL COOPERATION AGREEMENT BETWEEN NAMIBIA AND BRAZIL

1. The Commander of the Namibian Navy Rear Admiral Peter Hafeni Vilho compliments the Brazilian Defence Attaché to Namibia Captain Juarez Delgado Imbuzeiro and has the honour to acknowledge receipt of questionnaires from Captain Claudio Henrique Mello de Almeida, in relation to the importance of the west coast of Africa to cooperative security in the southern Atlantic Ocean, specifically bordering on the naval cooperation agreement between Namibia and Brazil.
2. The request is a delight to my Office, and it is my sincerely hope that my opinions will enrich the research and increase knowledge in this field of studies.
3. Receive the highest assurances of my Office.



P.H. VILHO
NAVY COMMANDER: REAR ADMIRAL

PNT/PNT (C: C - PEM. DOC)



Copy: PS

CDF

Captain Juarez Delgado Imbuzeiro - Brazilian DA to Namibia

RESPONSES TO QUESTIONS IN SEQUENCE AS POSSED

1. The science or art of employing political, economic, diplomatic resources of the nation is a process of constantly adapting to changing conditions and circumstances in a world dominated by chance uncertainty and ambiguity. Cooperation agreements have passed through many stages of development over time and have always meant different things to different people. Human society have steadily grown more complex, military factors have become more and more inseparable from non-military factors in the conduct of war and in programmes designed to secure peace. Nations have learned how to integrate political, economical, and diplomatically along with military elements in the management of their national policies. The relation between states is characterized by competition and rivalry for power and influence, as power provides a stronger bearing in negotiations. Therefore, countries train their defence forces to acquire skills and trades that can enhance their national economy, as the primary role of defence in the international relations is a medium for projecting power, it caters for security and without security there can never be development.

In Africa defence agreements manifests in the form of military assistance agreements, defence cooperation agreements and agreements on the establishment of military bases. The reasons for defence agreements are mainly political and economical in nature, and these are entered in the form of bilateral or multi-lateral agreements with benefits to help a weak state to survive. The naval cooperation agreement between Namibia and Brazil unveils in the form of a defence cooperation agreement, which include among others rendering of assistance to the party in need, military alliance, parties agree to cooperate to render mutual assistance to one another and bilateral agreements.

The Cape Sea Route to which Namibia is an immediate neighbour is one of the busiest shipping lanes in the world especially when conflict in the Middle East results in the closure of the Suez Canal. This route also links the Atlantic to the Indian Ocean. Brazil's National Defence Policy is a set of state measures which focuses on the military how to defend the country from either external or lateral threats, which varies from the way Namibia set her policy especially in the maritime domain hence, the naval cooperation agreement to learn from Brazil as no country in the world is technologically independent, sharing technologies can only be done if countries are allies and share ideological similarities. Having a stronger ally guarantees the safety of Namibian Atlantic side at all levels.

2. The Naval Cooperation Agreement between Namibia-Brazil was signed in 1994. This agreements incorporated training of officers and ratings for Namibia by the Brazilian Navy, hydrographic survey of the Namibian coast, Supply of naval vessels to Namibia by Brazil as well as the planning and development of Namibian naval infrastructure by Brazilian experts.

The initial stage was set when the first President and Founding Father of the Namibian Nation, Dr Sam Nujoma went to Brazil in 1996 and signed an agreement to construct and supply 04 "Grajau Class" patrol boats to Namibia. This agreement has however, not been fully implemented attributed to the rough seas that Namibian assets has to operate in compared to the size of the "Grajau Class" vesels. The succesful hydrographic survey of the Namibian coast by the Brazilian hydrographic vessel "Serius" heralded cooperation between our two nations, when the vessel surveyed Namibian waters in 1997. The Cooperation Agreement between our two nations has led to the established of the Namibian Maritime Wing on 11 September 1998. The overhaul

and donation of the former "Purus Class" Corvette NS Lt Gen Dimo Hamaambo, which successfully navigated from Brazil to Namibia, arriving on 24 August 2004. Commissioning of the Namibian Navy on 07 October 2004. The successful training of 429 Namibian Officers and Rates at Brazilians training Institutions to date. Acquired 01 "Grajau Class" vessel, the NS Brendan Simbwaye, as well as the safe delivery of 02 "Marlin Class" harbour patrol boats to Namibia in 2011.

The first components of the current Namibian Marine Battalion was trained in Brazil from 2005 and Brasillian Instructors are still active in Namibia to date in the form of Military Assistance Mission for both fleet and Marines. These are all points of note accredited to the Namibia - Brazil Naval Cooperation Agreement.

3. [OMITIDA]

4. The Naval Cooperation Agreement is currently bordering on the verge of life span. Some areas that were in the agreement has since been by passed and or modified, this include the turnout on the training of both officers and non-commissioned officers in Brazil. Initially the training of Namibian personnel was offered at a reduced rate by Brazil to Namibia on condition that Namibia would acquire vessels from Brazil. Namibia has started in 2006 to buy slots and pay a high price for the training of its officers at Naval College (Escola Naval), as per recent Official Letter n° 87/2010-DefNavArmyAir Attaché. BN JR/JI/01; **Course of Graduation – US\$ 83, 141,00. Period of Training of Academic Adaption for Foreigners – US\$ 18,940.00.** This figure brings the total amount to **US\$ 102, 081, 00 per student per year.** The figure here given is only for Escola Naval as the figures are even higher if all training for Marines including their specializations and Sergeant Formations are included.

The price of any given vessel that Namibia wants to acquire from Brazil is requested and given to Namibia by Brazil prior to the commencement of work/construction. Namibia based on her financial procedures than sets out to source for funds, but this has proven too risky and difficult to account for by the Namibian standards as Brazil passes all overhead expenditures and inflation values of items both new and

finished goods to Namibia, while at the same time rising the commodity prices without prior notice to the buyer (Namibia). By taking a closer look at the initial sale price of NS Brendan Simbwaye, and the actual price that Namibia paid for the vessel, the difference is sky high!, this trend has been carried on to the purchase of the "Marlim Class" boats, the sale price and the actual purchase price is way out of proportion.

The viable improvement that would enhance and strengthen our trade is to share costs and reduce the current 100% passage of inflation and commodity goods to the end user as is the practice currently. Once the price is set for any given vessel, the supplier must endure to deliver the said vessel on the agreed price. Legally one of the parties is constantly making itself accountable for the bridge of agreement.

5. The Namibian maritime environment's issues are being amplified by double tasking and overlapping of responsibilities, attributed to almost 10 governmental ministries and agencies directly involved in the maritime environment control. This is further compounded by the proliferation of agencies and non-governmental organisations without clear agendas.

Unlike Brazil where the Brazilian Navy is the statutory organisation mandated by the Constitution to carry out defence and protection of the Brazilian waters; this is not the case with Namibia. The Namibian Navy do not derive its power to act at sea from the Namibian Constitution, rather from an Act that is not wholly supported by the supreme body of the Namibian Law. An attempt to unify the various stake holders in the Namibian maritime environment has proved futile to date, underlying these ad hoc measures are fears of losses of employment amongst the various employees.

If any assistance is to be called upon, Namibia would require a Legal Maritime Working Group, which would set and work out measures to be implemented; while at the same time making a clear distinction between the roles and functions involved in maritime safety, maritime security and maritime defence. Having these legally discriminated would clearly spell out the responsibilities and ultimately the Ministry and Service to carry out the kind of attributes.

Namibia thus would make use of the Brazilian military legal experts to assist in spelling out the roles and functions of the Navy apart from the responsibilities of their competing civilian counterparts. Once the home ground is levelled, a lot can be done to foster safety and security within the Namibian maritime environment.

6. As stated above, the Namibian Navy is equally not the custodian of the Hydrography and Navigation Services of Namibia. This is the responsibility of the Ministry of Works and Transport, which is responsible for the ports and ships registration in Namibia. Namibia's maritime zones, when it comes to safety at sea are still under the auspices of the South African maritime control. This has been the case prior to independence and continues to be until Namibia is fit to take over or renounce the South African involvement.

As of now, this would be a welcome gesture to have our people passed through the ropes of knowledge and acquire the skills needed in this field reserved for the rainy day. The Namibian Navy has set out to understudy the South African Navy's Hydrographic Services, but Brazil as a close neighbour will greatly enhance Namibia's capabilities in this field give the knowledge already in the Brazil archives of the Namibian coast and the current case before the United Nations Commission of the Extended Continental Shelf of Namibia spearheaded by Brazil (EMGEPRON).

7. The Naval Cooperation Agreement between Namibia and Brazil has enormously contributed, continues to contribute and will for a long time contribute to cooperative security in the South Atlantic Sea. The point at hand is that because of Brazil's active involvement, Namibia is considered as a safe haven for seafarers. Apart from Namibia, this cooperation is manifesting in closer links between the countries that are parties to the ATLASUR Exercise. Within the confines of the Namibia-Brazil Naval Cooperation Agreement, roots are being extended to foster close working relations with our African neighbours, namely Angola and South Africa, while Namibia's position within the Southern African Development Community (SADC)'s Standby Force (SF) is being strengthened by day.

8. Namibia has responsibility over a maritime area measuring 169,600 square nautical miles, made up of an 848 nautical miles coastline that includes the Territorial Sea (TS) 12 nm, a Contiguous Zone (CZ) 24 nm and an Exclusive Economic Zone (EEZ) of 200nm. If the lobbying for the Extended Continental Shelf (ECS) will be successful, the total maritime domain of Namibia would measure a whopping 682,019 sqnm, an area almost twice the countries' total land mass. The South Atlantic Sea is at the moment not a cause for concern; however, the West Coast of Africa is a major cause to worry about.

The challenges in the West Coast of Africa that has the potential to spill across the South Atlantic Sea can be classified as potential and real. Potential threats are likely to occur even if such threats have not yet been recorded in Namibia's maritime environment. Real threats are those that occur regularly and constitute the main focus of the Navy's peacetime operational drives. These include piracy and sea robbery, smuggling, illegal fishing, illegal marine scientific research, pollution and toxic waste dumping, maritime terrorism and external threats in the forms of non-governmental organisation without clear agendas.

The challenges or threats above listed has the potential to spread at an accelerated pace and can manifest in one or more countries at the same time, at any given moment. Therefore, the combating of these challenges is a cumulative undertaking of all South Atlantic Sea countries on the all divides of this great Ocean. Brazil has invited Namibia to take part in its coastal surveillance system, a measure aimed at combating illegal activities in the Namibian waters while enhancing security of the same. This is a step in the right direction that should be advanced by other South Atlantic Sea countries that have the capacities to reach, detect and contain a would be aggressor prior to carrying out intended clandestine activities in any South Atlantic Sea port.

Questionário submetido ao C Alte (NN) Peter Hafeni Vilho – Comandante da Marinha da Namíbia – e respondido em 10 jul. 2012 (tradução do autor).

MARINHA DA NAMÍBIA

Tel: +264 64 2017500
Fax: +264 64 2017630
E-mail Address: [ilegível]

Comandante da Marinha
Mala particular 5015
Walvis Bay

10 de julho de 2012

Contato: CMG (NN) P. N. Tjandja

CMG Claudio Henrique Mello de Almeida
Curso de Política e Estratégia Marítimas
Escola de Guerra Naval
Av. Pasteur 480, Urca
Rio de Janeiro, RJ
22290-240
Brasil

Comandante,

O ACORDO DE COOPERAÇÃO NAVAL ENTRE NAMÍBIA E BRASIL

1. O Comandante da Marinha da Namíbia, Contra-Almirante Peter Hafeni Vilho saúda o Adido de Defesa do Brasil na Namíbia, CMG Juarez Delgado Imbuzeiro e tem a honra de acusar o recebimento do questionário do CMG Claudio Henrique Mello de Almeida, sobre a importância da costa ocidental da África para a segurança cooperativa no oceano Atlântico-Sul, em especial quanto ao acordo de cooperação naval entre Namíbia e Brasil.
2. A solicitação é uma satisfação para o meu Gabinete, e é meu sincero desejo que minhas opiniões enriqueçam a pesquisa e incrementem o conhecimento nessa área de estudo.
3. Receba as mais altas considerações de meu Gabinete.

P. H. VILHO
COMANDANTE DA MARINHA: CONTRA-ALMIRANTE

Cópias: PS
CDF
CMG Juarez Delgado Imbuzeiro – Adido de Defesa do Brasil na Namíbia

RESPOSTAS ÀS PERGUNTAS NA SEQUÊNCIA EM QUE FORAM FORMULADAS

1. A ciência ou arte de empregar os recursos políticos, econômicos e diplomáticos da nação é um processo de contínua adaptação a condições e circunstâncias mutáveis, em um mundo dominado pelo acaso, incerteza e ambiguidade. Acordos de cooperação têm passado por diversos estágios de evolução ao longo do tempo e sempre tiveram significados diferentes para diferentes pessoas. As sociedades humanas têm continuamente adquirido mais complexidade, fatores militares têm se tornado cada vez mais inseparáveis de fatores não-militares na condução da guerra e em programas destinados a assegurar a paz. Nações aprenderam como se integrar política, econômica e diplomaticamente, junto com os aspectos militares na implementação de suas políticas nacionais. As relações entre estados se caracterizam pela competição e rivalidade por poder e influência, na medida em que o poder provê uma posição vantajosa nas negociações. Portanto, países adestram suas forças de defesa para adquirir técnicas e habilidades que possam incrementar a sua economia nacional, considerando que o papel primordial da defesa nas relações internacionais é ser um meio para a projeção de poder, ela provê segurança e sem segurança nunca poderá haver desenvolvimento.

Na África, os acordos de defesa podem assumir a forma de acordos de assistência militar; acordos de cooperação na área de defesa; e acordos para o estabelecimento de bases militares. As razões para os acordos de defesa são principalmente de natureza política e econômica, transformando-se em arranjos bilaterais ou multilaterais de modo a contribuir para a sobrevivência de um estado mais fraco. O acordo de cooperação naval entre Namíbia e Brasil se revela como um acordo de cooperação na área de defesa, cujas outras formas incluem prover assistência à parte em necessidade, alianças militares, cooperações de assistência mútua e acordos bilaterais.

A rota do Cabo, à qual a Namíbia é vizinha imediata, é uma das linhas de tráfego marítimo mais movimentadas no mundo, especialmente quando conflitos no Oriente Médio resultam no fechamento do Canal de Suez. Essa rota também liga os oceanos Atlântico e Índico. A Política de Defesa Nacional brasileira prevê uma série de medidas com foco no emprego das forças militares para defender o país de ameaças externas ou de fronteira, o que difere do modo como a Namíbia estabelece a sua política, em especial no ambiente marítimo. Daí o acordo de cooperação naval para aprender com o Brasil, já que nenhum país no mundo é tecnologicamente independente, o compartilhamento de tecnologias só pode ocorrer se os

países são aliados e têm similaridades ideológicas. Ter um aliado mais forte contribui para a segurança da fronteira atlântica namibiana em todos os níveis.

2. O Acordo de Cooperação Naval entre Namibia-Brasil foi assinado em 1994. Este acordo incluiu o treinamento de oficiais e praças namibianos pela Marinha do Brasil, o levantamento hidrográfico da costa namibiana, o fornecimento de meios navais para a Namíbia, assim como o planejamento e desenvolvimento da infraestrutura naval namibiana por especialistas brasileiros.

O estágio inicial foi estabelecido quando o primeiro presidente e patriarca da nação namibiana, Dr. Sam Nujoma [Nujoma] esteve no Brasil em 1996 e assinou o acordo para a construção e fornecimento à Namíbia de quatro navios-patrolha classe “Grajáú”. Este acordo, no entanto, não foi plenamente implementado, devido às condições de mar adversas em que os meios namibianos têm que operar, em comparação ao [pequeno] porte dos navios da classe “Grajáú”. O exitoso levantamento hidrográfico da costa namibiana pelo navio hidrográfico brasileiro “Sírius” fortaleceu a cooperação entre nossas duas nações, quando o navio efetuou as pesquisas em águas namibianas, em 1997. O Acordo de Cooperação entre as duas nações levou ao estabelecimento da Ala Naval namibiana, em 11 de setembro de 1998; a revitalização e doação da antiga corveta classe “Purus” NS [*Namibian Ship*] “Lt. Gen. Dimo Hamaambo”, que efetuou, com êxito, a travessia entre o Brasil e a Namíbia, chegando em 24 de agosto de 2004; a criação da Marinha da Namíbia em 07 de outubro de 2004; o treinamento bem-sucedido de 429 oficiais e praças namibianos, até o momento, em estabelecimentos de formação e adestramento brasileiros; a aquisição de um navio da classe “Grajáú”, o NS Brendan Simbwaye, bem como a entrega à Namíbia, com segurança, de duas lanchas-patrolha de porto, da classe “Marlin”, em 2011.

Os primeiros componentes do atual Batalhão de Fuzileiros Navais da Namíbia foram treinados no Brasil, desde 2005, e instrutores brasileiros ainda estão em atividade na Namíbia, sob a forma de uma Missão de Assessoria Militar [Naval] para os meios navais e fuzileiros. Estes são, todos, pontos de destaque creditados ao Acordo de Cooperação Naval Namíbia-Brasil.

3. [OMITIDA]

4. O Acordo de Cooperação Naval está atualmente atingindo o limite de sua duração. Algumas áreas cobertas pelo acordo têm, desde seu início, sido contornadas e/ou modificadas. Este é o caso do treinamento de oficiais e praças no Brasil. Inicialmente, o treinamento do pessoal namibiano era oferecido a custos reduzidos, na condição de que a Namíbia viesse a adquirir navios do Brasil. A Namíbia começou, a partir de 2006, a comprar as vagas e a pagar um preço elevado pela formação de seus oficiais na Escola Naval. Conforme o recente ofício nº 87/2010 – AdDefNavExAer, o custo do curso de formação é US\$ 83.141,00, enquanto o período de adaptação para estrangeiros é de US\$ 18.940,00. O total chega, portanto, a US\$ 102.081,00 por estudante, a cada ano. Estes valores correspondem apenas à Escola Naval, sendo mais altos se computados os custos do treinamento dos fuzileiros navais, incluindo a especialização e formação de sargentos.

O preço de qualquer navio que a Namíbia pretenda adquirir do Brasil é informado à Namíbia antes do início da construção. A partir de então, a Namíbia parte para os procedimentos financeiros visando à obtenção de recursos. Esta operação tem se demonstrado arriscada e de difícil contabilidade para os padrões namibianos, uma vez que o Brasil repassa à Namíbia todos os custos associados e os ajustes de inflação, tanto dos itens novos como de produtos acabados, aumentando, ao mesmo tempo, os preços dos insumos sem informação prévia ao consumidor (Namíbia). Ao se verificar, em mais detalhe, o preço inicial de venda do NS “Brendan Simbwaye” e o preço que a Namíbia efetivamente pagou pelo navio, a diferença é exorbitante! Esta tendência se repetiu na compra das embarcações da classe “Marlin”, cujos preços anunciado e efetivo apresentaram uma diferença fora de proporção.

Um aprimoramento viável, que incrementaria e reforçaria nosso comércio, seria o compartilhamento de custos, bem como a redução do atual repasse de 100% da taxa de inflação e dos custos de insumos para o consumidor final, como tem sido a prática até aqui. Uma vez definido o preço para qualquer navio, o fornecedor deve se empenhar em entregar o dito navio pelo preço acordado. Legalmente, uma das partes tem constantemente se responsabilizado pela alteração do acordo.

5. Os assuntos relacionados ao ambiente marítimo estão sendo amplificados pela redundância de tarefas e superposição de responsabilidades, distribuídas entre cerca de dez ministérios e agências governamentais diretamente envolvidos na gestão do ambiente marítimo. Esta questão ainda é agravada pela proliferação de agências e organizações não-governamentais, cujas agendas são pouco claras.

Diferentemente do Brasil, onde a Marinha é a instituição responsável, de acordo com a Constituição, pela defesa e proteção das águas brasileiras, este não é o caso na Namíbia. O poder de a Marinha namibiana atuar no mar não deriva da Constituição namibiana, mas por uma lei que não encontra pleno respaldo no supremo diploma da Lei namibiana. Uma tentativa de unificar as diversas partes interessadas, que atuam no ambiente marítimo namibiano, mostrou-se sem resultados efetivos até o momento. Subjacentes a essas medidas *ad hoc* estão os receios de vários servidores de perderem suas posições.

Se há uma área em que pode haver alguma assistência, a Namíbia necessitaria de um Grupo de Trabalho de Direito Internacional Marítimo, que buscaria identificar medidas a serem implementadas e, ao mesmo tempo, estabelecer uma clara distinção entre os papéis e atribuições relacionados à segurança da navegação (*maritime safety*), segurança marítima (*maritime security*) e defesa marítima. A diferenciação legal dessas atividades permitiria que as responsabilidades fossem claramente definidas e, em última instância, identificadas as atribuições de cada Ministério ou Força Armada.

A Namíbia se valeria, então, do apoio dos especialistas em direito brasileiros para definir os papéis e tarefas da Marinha, distinguindo-os das concorrentes responsabilidades de suas contrapartes civis. Uma vez nivelados os campos de atuação, muito poderá ser feito para fomentar a segurança no ambiente marítimo namibiano.

6. Conforme descrito acima, a Marinha da Namíbia tampouco é responsável pelos serviços de hidrografia e de navegação no país. Estes são de competência do Ministério de Obras e de Transportes, sob cuja responsabilidade estão os portos e o registro de navios na Namíbia. As zonas marítimas da Namíbia, no que se refere à salvaguarda da vida no mar ainda estão sob os auspícios do controle marítimo da África do Sul. Esta era a situação antes da independência e continua a ser assim até que a Namíbia tenha condições de assumir ou renunciar ao envolvimento sul-africano.

Por agora, seria um gesto bem-vindo a transferência de conhecimento nessa área, de modo a permitir que nosso pessoal disponha das técnicas requeridas para quando estas se fizerem necessárias, no futuro. A Marinha da Namíbia partiu para estudar o modelo do Serviço Hidrográfico da África do Sul, mas o Brasil, como um vizinho próximo, poderá contribuir largamente para incrementar a capacidade da Namíbia nessa atividade, em razão do conhecimento de que já dispõe em seus arquivos sobre a costa namibiana, bem como devido ao atual pleito submetido à Comissão de Limites da Plataforma Continental das Nações Unidas, conduzido pelo Brasil (EMGEPRON).

7. O Acordo de Cooperação Naval entre Namíbia e Brasil tem contribuído enormemente, continua a contribuir e, por um longo tempo, ainda contribuirá para a segurança cooperativa no Atlântico Sul. O ponto fundamental é que, graças ao ativo envolvimento brasileiro, a Namíbia é considerada um local seguro para os navegantes. Além da Namíbia, esta cooperação tem se manifestado sob a forma de laços mais estreitos entre os países participantes dos exercícios ATLASUR. No âmbito do Acordo de Cooperação Naval Namíbia-Brasil, as raízes estão se estendendo para fomentar relações de trabalho mais próximas com nossos vizinhos africanos, em especial Angola e África do Sul, enquanto a posição da Namíbia na Força de Emprego Conjunto (*Standby Force*) da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC – *Southern Africa Development Community*) vem sendo reforçada a cada dia.

8. A Namíbia é responsável por uma área marítima de 169.600 milhas náuticas (MN) quadradas de extensão, composta por uma costa de 848 MN, que inclui o mar territorial de 12 MN, uma zona contígua de 24 MN e uma Zona Econômica Exclusiva (ZEE) de 200 MN. Se as tratativas para a extensão da ZEE tiverem êxito, o domínio marítimo total da Namíbia passará a medir impressionantes 682.019 MN quadradas, uma área correspondente a quase o dobro do território terrestre do país. O Atlântico Sul, atualmente, não se constitui em motivo de atenção especial, mas já a costa ocidental da África é uma grande causa de preocupação.

Os desafios, na costa ocidental da África, que têm possibilidade de escalar para envolver o Atlântico Sul podem ser classificados em reais e potenciais. Os potenciais são aqueles que têm probabilidade de se manifestar, mesmo que não haja registro de sua ocorrência anterior no ambiente marítimo namibiano. Os reais são aqueles que ocorrem regularmente e se constituem no principal foco do emprego operacional da Marinha em tempo de paz. Estes incluem a pirataria e ações armadas de roubo no mar; contrabando; pesca ilegal; pesquisa científica marinha não autorizada; poluição e despejo de resíduos tóxicos; terrorismo marítimo; e ameaças externas sob a forma de organizações não-governamentais sem agendas claras.

Os desafios ou ameaças listados acima têm potencial de se alastrar em ritmo acelerado e podem se manifestar, a qualquer momento, em um ou mais países simultaneamente. Portanto, o combate a essas ameaças é um esforço que envolve conjuntamente todos os países lindeiros ao Atlântico Sul. O Brasil convidou a Namíbia a tomar parte no seu sistema de vigilância costeira [Centro de Dados Regional do LRIT], uma medida destinada a combater as atividades ilegais e intensificar a segurança nas águas namibianas. Este é um passo na direção

certa e que deve ser ampliado a outros países do Atlântico Sul que disponham da capacidade de detectar, interceptar e deter um potencial agressor, antes que este possa executar as suas pretendidas atividades clandestinas em qualquer porto do Atlântico Sul.

**Questionário submetido ao Contra-Almirante (Ref^o) Robério da Cunha Coutinho –
Diretor Técnico-Comercial da EMGEPRON – e respondido em 27 jul. 2012.**

1 – Em que áreas se deu a contribuição da EMGEPRON para o Acordo de Cooperação Naval Brasil – Namíbia?

Resp.: Na área de planejamento das embarcações necessárias à Marinha da Namíbia para a proteção de suas águas jurisdicionais e no gerenciamento de projetos de construção naval e apoio ao adestramento.

A EMGEPRON gerenciou a construção de um Navio Patrulha de 200t e de duas Lanchas Patrulha de 60 pés (AviPa), que foram entregues àquela Marinha em 31MAR2009 e 08JUL2011, respectivamente. Os meios em questão foram construídos no Brasil no estaleiro INACE, e foram comissionados sob supervisão da EMGEPRON, que providenciou também o adestramento de suas tripulações.

Além disso, a EMGEPRON conduziu, sob bases contratuais, todo o levantamento da plataforma continental da Namíbia, que culminou com a submissão do pleito daquele país, ao comitê da ONU, propondo extensão de sua ZEE.

Finalmente, releva mencionar os serviços prestados através da EMGEPRON na revitalização da ex-Cv “Purus”, doada àquele país pelo governo brasileiro.

2 – Que produtos e serviços são fornecidos / prestados pela EMGEPRON à Marinha da Namíbia?

Resp.: Atualmente os serviços/produtos fornecidos são na área de pós-venda, por intermédio da identificação e fornecimento de acessórios e sobressalentes para diversos sistemas de bordo dos meios navais construídos no Brasil e exportados para aquela Marinha.

A EMGEPRON cuidou da compra e do fornecimento de todo o material necessário para a formação do Corpo de Fuzileiros Navais daquele país.

Em 15JUN2011, foi concluída a remessa de todo material nacional e importado adquirido pela EMGEPRON em atendimento à solicitação do CFN da Namíbia, totalizando 20.680 unidades.

3 – Na opinião de V. Exa., o fornecimento desses produtos / serviços poderia ser ampliado ? De que forma?

Resp.: Na execução de um apoio de pós-venda mais proativo para aquisição e fornecimento de sobressalentes para condução das manutenções preventiva e/ou corretiva dos meios navais construídos no Brasil.

A EMGEPRON poderia pactuar um contrato em separado com a Marinha da Namíbia, em virtude de o período de garantia técnica dos meios fornecidos já ter expirado. Neste novo contrato, a MN poderia deixar um montante de recursos disponibilizado na EMGEPRON (tipo uma conta-corrente), para facultar a agilização das aquisições necessárias, tempestivamente.

4 – O que V. Exa. identifica como principal óbice para a Marinha da Namíbia adquirir um número maior de meios navais e equipamentos do Brasil?

Resp.: O controle rigoroso existente no Governo namibiano dos recursos orçamentários destinados à aquisição de seus meios navais e equipamentos.

5 – Com relação à pergunta anterior, a questão do financiamento é um fator relevante? Caso afirmativo, como poderia ser contornada esta questão? Haveria instrumentos para o Governo brasileiro facilitar a obtenção de financiamento pela Namíbia para a compra desses meios (BNDES, por exemplo)?

Resp.: Sem dúvida a questão de financiamento é relevante. Entretanto, em tratativas anteriores, quando se tentou disponibilizar linhas de crédito do governo brasileiro, a Namíbia acabou fazendo a opção de comprar com recursos orçamentários próprios, sem financiamento externo.

Em 2008, a Namíbia solicitou à EMGEPRON proposta para fornecimento de três NPa 500t, com financiamento.

Após extensa negociação com o BNDES, chegou-se à conclusão de que o financiamento só seria conseguido se os novos meios fossem financiados um a um.

Em FEV2011, consultada a Namíbia, esta aceitou que a aquisição de novos meios fosse realizada item a item. Assim, a EMGEPRON prosseguiu na tentativa de obtenção de financiamento junto ao BNDES e também junto ao Banco do Brasil (PROEX) para financiamento de um NPa 500t.

Em MAI2011, encaminhado novo contrato para fornecimento financiado de um NPa 500t.

Em 24AGO2011, encaminhado um documento ao Secretário Permanente do Ministério da Defesa da Namíbia, informando sobre as opções de financiamento para o NPa de 500t pelo Banco do Brasil e BNDES, e também sobre a possibilidade de se obter crédito no valor estimado de USD 500 milhões para um Programa Nacional Namibiano, por intermédio do BNDES, visando a um maior alcance político e social.

Em 23SET2011, recebida visita do Embaixador da Namíbia no Brasil que confirmou o interesse do Governo Namibiano em obter, no Brasil, o referido Crédito.

A EMGEPRON permaneceu assessorando, informalmente, o Governo da Namíbia na preparação dessa consulta ao BNDES.

Em FEV2012, o MOD da Namíbia informou que não desejava mais financiamento para o NPa 500t.

6 – Como V. Exa. avalia os serviços de “pós-venda” para a Namíbia, com relação aos meios adquiridos no Brasil? Haveria possibilidade e/ou interesse de se ampliar o apoio logístico hoje prestado? Caso afirmativo, de que formas?

Resp.: Afirmativo. A MN não possui uma desenvolvida mentalidade de manutenção preventiva. Apesar de os meios terem sido fornecidos com os Sistemas de Manutenção Preventiva (SMP) disponibilizados, não se verifica sua implementação por parte das tripulações.

A MB, por intermédio de sua Missão de Assessoria Naval à Namíbia (MAN), tem buscado auxiliar a MN no desenvolvimento de uma política de manutenção para seus meios navais.

No que concerne ao “pós-venda”, observa-se que as demandas da MN por sobressalentes para manutenção dos equipamentos de seus meios navais ainda é bastante incipiente.

A forma de buscar fortalecer o pós-venda pela EMGEPRON tem sido incrementar a troca de informações com a MAN, de forma a melhor coadjuvar a MN.

7 – Uma área onde se observa a possibilidade de a MB expandir a sua contribuição para a Marinha da Namíbia (e até para outras da África ocidental) é a de verificação do aprestamento dos seus meios, à semelhança do *International Defense Training*, do Ministério da Defesa do Reino Unido, que provê assessoria de adestramento e realiza inspeções operativas em forças

armadas de outros países. Caso houvesse o interesse da MB e da Marinha da Namíbia em estabelecer esse tipo de parceria, poderia ela ser concretizada por intermédio da EMGEPRON?

Resp.: Afirmativo. Não existe nenhum óbice para que a EMGEPRON venha a ser contratada pela MN, para que uma equipe da MB, por exemplo o CAAML, venha a conduzir inspeções operativas nos meios navais daquele país.

8 – Há algum outro comentário ou sugestão que V. Exa. gostaria de acrescentar, em relação à contribuição da EMGEPRON ao Acordo de Cooperação Brasil-Namíbia?

Resp.: O sucesso das ações de cooperação resultantes desse acordo tiveram eco em diversos países africanos que têm buscado trilhar, por via diplomática, o mesmo caminho. Entendimentos nesse sentido prosseguem e permitem antever uma crescente influência e participação brasileira naquele continente.

**Questionário submetido ao Terceiro-Secretário Pedro Penha Brasil –
Departamento da África do MRE – e respondido em 6 ago. 2012.**

1 – Qual a relevância da costa ocidental da África para a atual política externa brasileira?

Resp.: A África ocidental possui importância estratégica para o Brasil, em função de sua proximidade à costa brasileira. Entre 2003 e 2010, foram assinados Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com sete países africanos, seis dos quais são banhados pelo Atlântico (África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Guiné-Equatorial, Nigéria, Senegal).

2 – Na sua avaliação, ao longo da história recente (desde a Política Externa Independente), a nossa política externa para a África tem seguido uma linha contínua e coerente ou sofreu algum tipo de descontinuidade? Caso identifique tais descontinuidades, em que época estas teriam ocorrido e o que as teria motivado?

Resp.: A decisão do Brasil de estabelecer uma relação especial com a África está pautada por diversas razões sociais e econômicas, entre as quais destaca-se a consciência da população brasileira de sua raiz africana. De acordo com o último censo realizado pelo IBGE, cerca de 50% da população brasileira tem alguma origem africana, o que torna o Brasil o país com a maior população africana, depois da Nigéria. Uma política externa mais voltada para a África, assim, reflete um compromisso com as populações que constituem a maioria no Brasil.

As relações Brasil-África passaram por períodos de maior ou menor aproximação. Houve nítido empenho em conferir maior dinamismo ao relacionamento com o continente durante a década de 1960, sob a inspiração da “Política Externa Independente”, bem como na década de 1970. Os resultados mais concretos ocorreram nesta última década, com a celebração de acordos bilaterais de cooperação, o estabelecimento de linhas de crédito em favor dos países africanos e a implementação de diversas iniciativas conjuntas, principalmente com parceiros como Nigéria e Angola.

Esses períodos de maior dinamismo foram temporariamente interrompidos por fenômenos conjunturais, como a crise econômica dos anos 1980 e dificuldades de natureza doméstica ocorridos, em diferentes ocasiões, no Brasil e nos países africanos.

Atualmente, contudo, a África desponta como um continente em dinâmico processo de transformação política e econômica, verdadeiro espaço de oportunidades. Aos investimentos que buscam desenvolver o potencial do continente na mineração e na agricultura, somam-se grandes projetos em telecomunicações, infraestrutura e expansão bancária, entre muitos outros.

3 – Entre os princípios observados por nossa política externa, quais aqueles que norteiam de forma preponderante as nossas atuais relações com os países da costa atlântica da África?

Resp.: Entre os princípios que guiam a política externa brasileira e que norteiam de forma preponderante as nossas relações com os países da costa atlântica da África, destacam-se o pluralismo, a não-intervenção e a cooperação Sul-Sul, entre outros.

4 – Qual a importância da estabilidade política e econômica dos países da costa atlântica da África para a manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação?

Resp.: No quadro da política exterior brasileira, em geral, e da cooperação Sul-Sul, em particular, a África representa uma área geográfica de permanente interesse estratégico para o Brasil. Fatores econômicos e políticos, bem como vínculos culturais e afinidades de diversa ordem unem o Brasil àquele continente.

O Brasil tem favorecido a revitalização da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Fruto de iniciativa brasileira nas Nações Unidas, em 1986, a ZOPACAS foi concebida sob circunstâncias internacionais diferentes das de hoje. Além de seus objetivos originais, voltados à preservação da paz e da segurança na região, o Brasil tem interesse em atualizar a iniciativa com novos temas como a proteção do meio ambiente marinho e a cooperação científica e tecnológica. Em dezembro de 2010, realizou-se em Brasília uma Mesa Redonda sobre a ZOPACAS. A próxima Reunião Ministerial está prevista para realizar-se no Uruguai, em setembro de 2012.

5 – Sob o ponto de vista do MRE, é possível ampliar a atuação do poder naval em contribuição à diplomacia brasileira na costa ocidental da África? Caso afirmativo, em que outras áreas ou atividades?

Resp.: A partir de 2003, as relações do Brasil com a África voltaram a ser prioridade estratégica da política externa brasileira. A presente dinamização ampara-se na prioridade mais ampla conferida pelo Governo brasileiro à cooperação Sul-Sul. Na área da Defesa, em particular, há grande espaço para a cooperação entre o Brasil e países e organismos regionais africanos, no que diz respeito à manutenção da paz e segurança internacionais; solução de conflitos regionais; colaboração no ordenamento e exploração dos recursos do Oceano Atlântico Sul; e desenvolvimento de capacidades em pessoal (capacitação de militares) e material (indústria de defesa).

Entre 2003 e 2010, foram assinados Acordos de Cooperação no Domínio da Defesa com sete países africanos (África do Sul, Angola, Moçambique, Namíbia, Guiné-Equatorial, Nigéria, Senegal), quatro outros instrumentos jurídicos internacionais na área, e ratificado acordo previamente assinado com Cabo Verde.

Empresas brasileiras da área da indústria de defesa, como Embraer e Emgepron, têm estado presentes e atuantes na África, tanto na vertente estritamente comercial quanto na de difusão do conhecimento tecnológico e de realização de projetos conjuntos. O Ministério da Defesa tem estado à frente das iniciativas na área, em estreita coordenação com o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

A cooperação na área da defesa se insere dentro da intensificação do relacionamento do Brasil com o continente africano em termos gerais, promovida como política de Estado. Nesse sentido, o principal diferencial tem sido o alto grau de prioridade que os mais diversos órgãos do Estado brasileiro têm dado à cooperação com a África na matéria.

Atividades foram realizadas nas áreas de formação militar, levantamento da plataforma continental, ciência e tecnologia, operações comerciais e doações brasileiras, além de terem sido alcançados avanços na cooperação relativa ao Atlântico Sul no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

O relacionamento com a Namíbia está influenciado pela vocação atlântica dos dois países, e a cooperação naval constitui o principal tema da agenda bilateral. A Namíbia é membro da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) e tem interesse na dinamização de suas atividades. Para a Namíbia, a Organização é importante, na medida em que garante a desnuclearização do Atlântico e tem capacidade de induzir o crescimento da cooperação e do intercâmbio regional, inclusive no combate ao tráfico de entorpecentes.

A cooperação naval existente entre os países inclui treinamento de pessoal, construção de base naval, construção naval e o apoio técnico para o levantamento da plataforma continental. O Acordo de Cooperação Naval assinado entre o Brasil e a Namíbia em 1994 foi renovado em dezembro de 2001 e embasa as demandas namibianas.

Questionário submetido ao CMG Jefferson Gusmão Scofield – Chefe da Missão Naval Brasileira na Namíbia de jul. 2004 a jul. 2006 – e respondido em 22 mai. 2012.

1 – Em que período e de que forma se deu o seu contato com a Marinha da Namíbia e o Governo da Namíbia, em geral?

Resp.: Fui Chefe da Missão Naval Brasileira na Namíbia de 31JUL2004 a 31JUL2006. Tinha, nessa época *status* diplomático e era considerado, tanto na Namíbia quanto no Brasil, como Adido Militar.

2 – Durante esse período quais foram as suas impressões sobre a forma como a Marinha da Namíbia e o seu pessoal viam a MB?

Resp.: De uma maneira geral viam com respeito e admiração, e com capacidade para orientar a sua formação. A figura de “irmão mais velho” (ou mais bem sucedido) era frequentemente utilizada. Colocavam a postura do Brasil em contraposição a das demais potências, em especial a europeias, justamente por não tentarmos impor um estilo, mas adaptar os conhecimento à sua cultura. Em compensação, sempre reclamavam que não fazíamos doações como eles e também como era costume da China.

3 – Havia alguma diferença entre a forma como a alta administração da Marinha da Namíbia e os seus oficiais mais modernos viam a MB? E quanto às praças, havia alguma particularidade no modo em que viam a MB?

Resp.: Entre os oficiais, não vi nenhuma distinção, e tive contato relativamente grande com oficiais de todas as antiguidades. Quanto às praças os relatos que tive, dos praças brasileiros que lá serviram no mesmo período em que estive lá, é algo semelhante, com alguma coisa a mais de ressentimento de pequenas doações. Consideravam a Corveta um navio velho e com muitos problemas que não deveria ter sido entregue a Namíbia.

4 – Na sua avaliação, que expectativas a Marinha da Namíbia tem com relação ao Acordo de Cooperação Naval com o Brasil? Eles imaginam que este poderia ser mais intenso, menos, ou está em um nível adequado?

Resp.: Àquela época o nível era adequado. As decisões são um pouco pessoais, e como o Comandante da Marinha da Namíbia fez um curso no Brasil em 2005, naquele ano o relacionamento não teve grandes incrementos, mesmo assim iniciamos a formação de Fuzileiros Navais e as tratativas que iriam dar origem, hoje, ao GAT-NAM e ao Curso de FN

lá. Custo sempre foi um problema e os desejos de intensificação de cooperação sempre tinham esse parâmetro como limitador. Pelo que entendi, atualmente a maior parte dos custos com cursos está sendo coberto com recursos da ONU.

5 – Durante o seu período de trabalho junto à Marinha da Namíbia, identificou alguma iniciativa concreta de aproximação da China junto àquela Marinha (oferecimento de meios, serviços, material)? Além dessa aproximação junto à Marinha, há alguma outra área de cooperação (governamental, com outras forças armadas) que possa vir a ter impacto no relacionamento entre a China e a Marinha da Namíbia?

Resp.: A iniciativa mais concreta foi a construção da Base Naval de Walvis Bay por um emprese chinesa a partir de um projeto inicial da DOCM. Há uma relação intensa profissional com os chineses, pois muitos oficiais têm cursos realizados naquele país durante a época da luta armada. E a oferta de cursos continuava, embora dificilmente tenha sido mencionada a relação com os chineses nas minhas conversas com os Oficiais Namibianos. A relação com americanos, russos, ingleses era debatida, mas a chinesa pouco era mencionada. O adido chinês falava em “parceria estratégica” com o Brasil, mas eu encarava como “competição estratégica”. Ainda me referindo ao período da minha experiência, não via como real a perspectiva de que a marinha da China pudesse influenciar de maneira significativa a Marinha namibiana, o que o tempo mostrou ser uma avaliação incorreta, pelo menos no aspecto material com a entrega do navio de transporte. Essa ação não chegou a ser cogitada entre 2004/2006 e a minha expectativa era que a influência se mantivesse na área da construção civil. Não sei se, em algum momento, o nosso adido teve conhecimento das negociações ou mesmo se nos foi dada a possibilidade de oferecer o navio.

Quanto às demais áreas, os chineses estavam em todas elas, com doação ou subsídio explícito, tanto de recursos financeiros quanto de mão-de-obra. A China participava da construção do palácio presidencial, da nova academia militar e do centro de treinamento de recrutas. Doou aviões de combate para a Força Aérea. Sobrepujou a influência russa no exército, que ainda convive com os alemães, e a influência russa/indiana na Força aérea. A afinidade com a China pela massa de recursos que ela tem colocado na Namíbia, realmente tende a crescer. A minha avaliação é que a influência de disponibilização de meios a baixo custo é uma ação vista com bons olhos pelos africanos e que pode influenciar a relação do Brasil com a Namíbia.

6 – Notou alguma mudança na forma ou grau de interação da Marinha da Namíbia com a MB, em geral, ou com o nosso pessoal naquele país, em função dessa aproximação chinesa?

Resp.: Durante o período em que lá estive, não. Com o aumento da cooperação para o nível em que existe hoje, também não parece ter nenhuma influência. De acordo com dados do adido em 2011 tinham cerca de 100 brasileiros em Walvis Bay relacionados com a MB. Isso representa quase 0,5% da população daquela cidade. É como se um grupo de 50.000 chineses aparecesse no Rio de Janeiro. Temos 25 militares lá. Imagina se tivéssemos 250 militares americanos trabalhando como consultores na MB...

7 – De que forma esse relacionamento entre a China e a Namíbia poderá vir a afetar o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia?

Resp.: A pressão por doação deve aumentar. Tentei realizar um trabalho para conscientizar que doação é próximo de dependência, mas essa não é uma relação facilmente reconhecível pela cultura africana e oriental. Para eles doação estará sempre mais próximo de amizade. Essa pode ser uma diferença significativa entre a personalidade do Comandante da Marinha atual, Alte Vilho, com uma formação acadêmica e mais ocidental (estudos na ESG e no NWC) e o seu Chefe de Estado-Maior, Alte Nghipandua, que tem uma formação mais “chinesa”.

8 – Na sua percepção, que medidas poderiam ser tomadas pelo Brasil, de modo geral, e pela MB em particular, para preservar os interesses do Acordo de Cooperação Naval com a Namíbia?

Resp.: Apresentar uma gama de material/serviços como “doação”, e encarar isso como gesto de amizade. A interação atual é muito boa, mas as diferenças culturais devem ser levadas em conta. Nesse aspecto, creio que a influência da cultura chinesa esteja um pouco mais próxima da africana que a ocidental, mesmo que o modo de vida pareça, em seu aspecto exterior, com o nosso.

9 – Há alguma outra colocação que queira fazer ou impressão que queira registrar sobre o assunto?

Resp.: Na minha avaliação o Brasil tem que estar na África. Como disse na conclusão do trabalho do Almirantado: “Finalizando, as parcerias com países de nosso entorno estratégico devem ser fortalecidas, não só para o estabelecimento de nosso escudo mais avançado, o nosso escudo de paz, mas também para a atuação do Brasil, eventualmente, nas proximidades

desses países. A diplomacia Naval é feita com presença. É essa presença que dá credibilidade e respalda a ocupação de um espaço estratégico, reivindicado pela retórica política. Assim seremos capazes de aplicar o poder naval, onde e quando for necessário.”

Questionário submetido ao CMG Juarez Delgado Imbuzeiro – Adido de Defesa, Naval, do Exército e Aeronáutico na Namíbia – e respondido em 30 jul. 2012.

1 – Quais as suas atribuições, na condição de Adido Naval, ligadas ao Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia?

Resp.: Considerando como atribuições assumidas, manter o acordo ativo e fomentar seu crescimento, enquanto for interesse de ambos os países. Monitorar e harmonizar os diversos atores envolvidos em suas responsabilidades no cumprimento do acordo, a saber: Governos do Brasil e Namíbia, por meio da Embaixada do Brasil na Namíbia, Ministério da Defesa de ambos os países, atividade inerente ao Adido de Defesa e Marinhas de ambos os países, atividade inerente ao Adido Naval.

2 – Como se dá o seu contato com a Marinha da Namíbia e o Governo da Namíbia, em geral?

Resp.: O contato do Adido de Defesa é realizado por meio da Namibia Defence Force (NDF), instituição militar dentro do Ministry of Defence (MoD) semelhante ao nosso “braço militar” do MD. Com a Marinha da Namíbia, é mantido um “canal direto”, e redundante, a fim de agilizar as comunicações.

3 – Quais são as suas impressões sobre a forma como a Marinha da Namíbia e o seu pessoal veem a MB?

Resp.: A MN vê a MB com admiração, profissionalismo e confiança. Consideram benéfica e profícua a presença da MB no apoio a criação, formação e treinamento de sua Marinha.

4 – Há alguma diferença entre a forma como a alta administração da Marinha da Namíbia e os seus oficiais mais modernos veem a MB? E quanto às praças, há alguma particularidade no modo como veem a MB?

Resp.: Não observo diferença. Talvez os mais modernos, que já cursaram no Brasil, sejam mais integrados.

5 – Quais as principais atividades, ora em andamento, no âmbito do Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia?

Resp.: a) presença de 37 militares, com famílias, em Walvis Bay, em dois Grupos de Intercâmbio (GAT-FN e MAN) responsáveis por Assessoria, Formação e Adestramento de diversos seguimentos MN;

- b) criação e formação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais da Namíbia;
- c) formação de recursos humanos no Brasil, cerca de 150 por ano, do Corpo da Armada e Fuzileiros Navais:
 - Oficiais na Escola Naval e CIASC;
 - Praças CA no CIAA e estágio em navios e praças FN no CIASC;
- d) formação de recursos humanos na Namíbia em cursos preparado pelos Grupos de Intercâmbio;
- e) aquisição de Material para compor o BtlInfFNamíbia; e
- f) aquisição de navios de pequeno porte para patrulha do Porto e Zona Econômica Exclusiva.

6 – Que tipo de apoio a MB presta atualmente quanto à operação dos meios navais da Namíbia adquiridos no Brasil? E quanto à sua manutenção? Como se dá esse apoio (pessoal da MB, EMGEPRON)?

Resp.: A Missão de Assessoria Naval (MAN) tem como uma de suas tarefas assumidas, prestar apoio na operação e manutenção do meio naval. Nosso pessoal trabalha diariamente integrado ao Estado-Maior do CON nessas atividades. A EMGEPRON mantém contato constante e monitora as atividades da MAN a fim de prestar apoio em situações de reparos, retirada de pendências e aquisição de material.

7 – Na sua avaliação, a estrutura e a quantidade de pessoal que a MB mantém na Namíbia são adequadas às atividades mencionadas nas duas perguntas anteriores? Teria alguma sugestão quanto a esses aspectos?

Resp.: Não está adequada. A estrutura atual atribui as tarefas administrativas à Adidância. Com o advento da chegada dos dois GI a partir de 2009 o Adido e seu Auxiliar ficaram sobrecarregados e, por vezes, suas tarefas político-diplomáticas ficaram inviáveis ou inaceitáveis de serem realizadas, em detrimento da carga de documentação que passou a trafegar pela Adidância. Os dois Grupos, 37 militares, representam uma demanda semelhante à de duas pequenas OM subordinadas a um escritório com um CMG e um SO (QE). No aspecto operativo e técnico, junto a MN, entende-se que a estrutura vem cumprindo bem o seu papel. Este Adido encaminhou ofício ao EMA, em Março de 2012, propondo alteração da atual estrutura. O documento encontra-se em análise para verificar a melhor solução. Por ocasião da visita do CM à Namíbia, o problema foi exposto com franqueza e transparência e o

CM ficou de determinar uma solução. Estão previstas alterações para 2013 sem ainda ser do conhecimento do Adido quais seriam.

8 – Como a Marinha da Namíbia vê o apoio prestado pela MB à operação/manutenção dos meios adquiridos no Brasil? A percepção daquela Marinha é de que suas necessidades são atendidas integralmente; parcialmente, mas de forma satisfatória; ou insatisfatoriamente?

Resp.: A MN percebe o esforço da MB, mas ressentem-se de maior apoio e melhor qualidade na parte comercial. Apesar de suas próprias deficiências, os militares namibianos cobram mais qualidade. A opinião deste Adido é que estaríamos pecando ao achar que o fato de vendermos ou apresentarmos o produto que consideramos bom, resolveria a demanda deles. Vejo de outro modo, precisaríamos, como um professor dedicado, acompanhar o desenvolvimento do aluno e não apenas considerar matéria dada, “se o aluno não apreendeu o problema é dele”. Repito que esta é uma opinião pessoal, mas é o que vejo aqui após dois anos de convívio com um povo que sofreu muito e ainda sofre com falta de fundamentos básicos de vida. Estamos agindo assim, o problema seria sempre deles, por deficiência ou falta de interesse, e não queremos admitir que nós precisaríamos fazer muito mais para eles se desenvolverem melhor. Alguns podem estar agindo com soberba com um país que tem 22 anos de idade.

9 – Há algum tipo de apoio “pós-venda” para os meios navais adquiridos pela Namíbia no Brasil? Na sua avaliação, este apoio é adequado? Na visão da Marinha da Namíbia, este apoio é adequado? Caso veja necessidade de que seja ampliado, há alguma sugestão de como isso poderia ser feito?

Resp.: Existe o apoio, porém por meio dos militares que aqui estão. Não considero adequado. A MN reclama muito deste apoio pós-venda da EMGEPRON. Como qualquer empresa com negócios em outro país, entende-se que deveria haver um contato direto entre a empresa e o cliente com menos intervenção da MB e seus militares daqui. Tal situação gera ocorrências constrangedoras e confusão de identidades, entre MB e comércio, e as tarefas dos nossos militares ou mesmo do Adido. Nem sempre é bem visto por eles a intervenção do Adido em assuntos comerciais. Entende-se que a MB, por meio de seus militares, deveria ser preservada de eventuais insatisfações meramente comerciais. Por outro lado deveria capitalizar o sucesso em cima das ações positivas.

**Questionário submetido ao CMG (FN-RM1) José Calixto dos Santos Júnior –
Encarregado do GAT-FN de mar. 2009 a dez. 2010 – e respondido em 26 mai. 2012.**

1 – Em que período e de que forma se deu o seu contato com a Marinha da Namíbia e o Governo da Namíbia, em geral?

Resp.: Em 20 de maio de 2008 foi realizada, no prédio do Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN), uma reunião de coordenação entre o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil (ComGerCFN) e o Comandante da Marinha da Namíbia (CMN). Naquele momento, fui comunicado, informalmente, sobre a possibilidade de uma equipe brasileira permanecer na Namíbia com o propósito de contribuir para a criação dos Fuzileiros Navais da Namíbia. Para tal, um CMG (FN) seria designado o responsável em conduzir essa missão.

Foi solicitado, durante a citada reunião, o apoio necessário à criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia (CFNN) onde o CMN ressaltou que, em um primeiro momento, visualizava a fundação do CFNN com a envergadura de uma Companhia de Fuzileiros Navais (CiaFuzNav). Porém, foi orientado pelo Comandante das Forças Armadas da Namíbia a ampliar esse valor para Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav), de forma a assegurar sua auto sustentabilidade. Naquele momento, a disponibilidade de pessoal Fuzileiro Naval na Namíbia, formados pela Marinha do Brasil, na Escola Naval, no CIAW, no CIAMPA e no CIASC era a seguinte:

- cinco oficiais (sendo necessários mais trinta oficiais);
- seis sargentos (no final de 2008 foram formados mais dez sargentos);
- vinte cabos; e
- vinte e três soldados.

Diante de tal efetivo, o ComGerCFN sugeriu que o BtlInfFuzNav da Namíbia iniciasse suas atividades com um núcleo formado por uma Companhia de Comando e Serviços (CiaCmndoSv) e uma CiaFuzNav, sendo paulatinamente ampliado conforme a disponibilidade de recursos humanos e materiais. Sugeriu, também, que no início da formação do CFNN, o Curso de Formação de Soldados (C-FSD) fosse integrado ao BtlInfFuzNav, para que a própria Unidade, a ser criada, conduzisse os primeiros cursos, à semelhança do que ocorreu com o CFN em suas eras mais remotas. Portanto, o BtlInfFuzNav deveria ter uma organização peculiar, pois constaria em sua estrutura com uma Banda de Música e um Centro de Recrutas. A época, o CMN visualizou um efetivo de aproximadamente de setecentos

militares para compor o BtlInfFuzNav, considerando como tarefas prioritárias a segurança de instalações e atividades de inspeção naval nas águas jurisdicionais da Namíbia.

Diante desse quadro, com o propósito de consolidar as metas visualizadas, o CMN solicitou os seguintes apoios para a criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia:

- a preparação de SD-FN na Namíbia a partir de junho de 2009, tendo aceitado a sugestão do ComGerCFN de enviar uma equipe de um ou dois oficiais e seis a dez praças namibianos para acompanharem, no CIAMPA, a turma II/2008 do Curso de Formação de Soldado Fuzileiro Naval;

- o envio de uma Equipe de Reconhecimento, no segundo semestre de 2008, para conhecer as instalações disponíveis para a formação de SD-FN na Namíbia, delinear o corpo docente para executar o curso e sugerir outras instalações e meios de apoio requeridos (alojamentos, pistas, equipamentos e outros);

- o envio de uma Equipe de Infantaria, conforme sugestão do ComGerCFN, para prestar assessoramento na criação do BtlInfFuzNav, com previsão de formação em 2010;

- o envio de uma Equipe de instrutores, já no início de 2009, para conduzir, junto com o pessoal FN da Namíbia, o primeiro C-FSD a partir de junho/2009, sendo o Comandante do Corpo de Alunos/ Encarregado do Curso um oficial brasileiro;

- o auxílio na aquisição do equipamento individual do FN e nos demais meios para a criação do BtlInfFuzNav, bem como o material a ser empregado no Curso de Formação de Soldados; e

- o envio de uma Equipe atinente à música e ao cerimonial, sendo um regente para apoiar o desenvolvimento da Banda de Música existente com vinte e cinco militares e um oficial para prestar assessoramento quanto à realização de cerimônias e contribuir para a elaboração do Cerimonial da Marinha da Namíbia.

Conforme previsto, foi enviada ao Brasil, em julho de 2008, uma equipe de dois oficiais e oito praças namibianos, sendo dois Primeiros-Tenentes, três Terceiros-Sargentos, e cinco Cabos, todos Fuzileiros Navais. Os militares foram apresentados ao CIAMPA e distribuídos dentro da organização do Corpo de Alunos, ficando os oficiais junto ao Comando do Corpo de Alunos e as praças, nas Companhias de Recrutas. Todos os integrantes da equipe tiveram a oportunidade de participar, como observadores, de todas as etapas do curso; desde o início, com o evento de recepção dos novos recrutas, até o último dia de atividades curriculares.

Dando prosseguimento ao planejamento do apoio, a Equipe de Reconhecimento, deslocou-se à Namíbia em outubro de 2008 e, após realizar reconhecimento em diversas áreas, sugeriu a organização de um Centro de Instrução semelhante ao existente no Brasil, prevendo uma formação de 150 recrutas por turma, bem como apresentou uma proposta de organização do Batalhão de Infantaria. Para tal, sugeriu um cronograma de atividades que a Marinha da Namíbia ficou de utilizar para prontificar algumas tarefas visando à criação do citado Centro de Instrução.

Somente no dia 7 de janeiro de 2009 recebi o comunicado de comparecer ao Comando-Geral para uma audiência com o Alte Monteiro (ComGer), onde fui informado que seria o responsável em chefiar o primeiro GAT-FN na Namíbia.

No dia 9 de fevereiro de 2009 foi criado, por intermédio da Portaria 43/MB, e pelo período de 23 de março de 2009 a 22 de março de 2010, o primeiro Grupo de Apoio Técnico de Fuzileiros Navais (GAT-FN), composto por 01 CMG (FN), para assessorar a criação do Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais e do Curso de Formação de Soldados, além do desenvolvimento do Cerimonial da Marinha da Namíbia; 01 CC (FN) e 10 praças para conduzir o C-FSD-FN na Namíbia; e 01 CC (T) e 01 praça para contribuir com a elaboração do Cerimonial da Marinha da Namíbia, prestando assessoramento quanto à realização de cerimônias e aprimorar a Banda de Música existente.

Após a nossa chegada à Namíbia no dia 19 de março de 2009, o GAT-FN realizou várias reuniões no Comando do Corpo de Fuzileiros Navais para a verificação dos aspectos administrativos programados durante o reconhecimento, realizado no mês de outubro de 2008, onde ficou constatado o atraso na prontificação das instalações do futuro Centro de Instrução para a Formação de Soldados Fuzileiros Navais, na aquisição de materiais e equipagens do BtlInfFuzNav previstos para apoiar o Curso e na tradução dos manuais a serem utilizados durante o Curso de Formação de Soldados, ocasião em que foi realizado um novo planejamento com o propósito de recuperar o tempo perdido, mantendo a programação das atividades relacionadas à formação dos soldados.

Dando prosseguimento ao plano de trabalho alternativo, no dia 11 de maio de 2009, foi iniciado pelo GAT-FN o primeiro Estágio Básico de Instrutores de Recrutas para dezenove namibianos, ocasião em que o Comandante-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia fez a abertura do referido estágio, tendo sido realizada a cerimônia de conclusão no dia 19 de junho de 2009. Nesse mesmo período, o GAT-FN prestou assessoramento para a aquisição da equipagem individual básica de combate e outros itens de material, previstos na dotação do BtlInfFuzNav, destinados a serem empregados no Curso de Formação de Soldados Fuzileiros

Navais, auxiliou nos contatos com a ENGEPRON esclarecendo dúvidas técnicas, e participou do processo de envio de parte das equipagens permitindo o início do primeiro Curso de Soldados Fuzileiros Navais.

Dando continuidade, o GAT-FN prestou assessoramento na confecção do “layout” do futuro Centro de Instrução para a Formação de Soldados Fuzileiros Navais. Assessorou o processo licitatório para a construção deste Centro de Instrução, ficando estabelecido para o final do ano 2009 a prontificação das principais instalações visando o desenvolvimento do primeiro curso, bem como realizou as traduções necessárias nos manuais, publicações e documentação a serem utilizados no curso, adaptando-os ao contexto namibiano. Para não prejudicar a formação da primeira turma de soldados foi idealizado um cronograma físico de prontificação das instalações, fazendo com que, no final da primeira turma, as necessidades requeridas para o desenvolvimento das atividades fossem atendidas, como por exemplo, a prioridade na prontificação das pistas e pátios.

Como consequência da assessoria, as questões relacionadas com Ordem Unida e Banda de Música passaram a ser gerenciadas pelo CFNN, tendo o GAT-FN assumido a responsabilidade de adestrar corneteiros, e a Banda de Música para serem utilizados em honras de recepção ou despedida de autoridades. Durante o mês de maio de 2009 o GAT-FN intensificou tal adestramento visando a Cerimônia de Incorporação do NaPa “Brendan Simbwaye”, primeiro navio de guerra construído por uma empresa privada brasileira para exportação.

No dia 28 de maio de 2009, em sua primeira visita à Namíbia, o Comandante da Marinha do Brasil foi recebido no prédio do Comandante da Marinha da Namíbia, tendo sido nessa ocasião a primeira autoridade recepcionada com Honras de Portaló, contendo Banda de Música, “boys”, toque de corneta, toque de apito e formatura dos Oficiais no Portaló, conforme previsto no Cerimonial da Marinha do Brasil.

Como previsto, no dia 02 de junho de 2009 foi realizada a Cerimônia de Incorporação do NPa “Brendan Simbwaye”, tendo o GAT-FN participado da elaboração do Roteiro e da coordenação da Cerimônia que foi presidida pelo Presidente da República da Namíbia, tendo a participação do Ministro da Defesa da Namíbia, do Chefe das Forças Armadas da Namíbia e do Comandante da Marinha do Brasil, todos recebidos com as honras devidas.

Dando prosseguimento às atividades programadas e com o propósito de habilitar militares da Marinha da Namíbia para serem empregados nas honras de portaló, durante a recepção ou despedida de autoridades, bem como para abrilhantar as cerimônias internas nas

Unidades, foi iniciado, no dia 08 de junho de 2009, o primeiro Curso de Habilitação de Corneta e Apito para quinze militares provenientes de todas as OM da Marinha da Namíbia. A cerimônia de conclusão do Curso ocorreu no dia 18 de setembro de 2009 e foi presidida pelo Chefe do Estado-Maior da Marinha da Namíbia e contou com a presença de representantes do Comando da Marinha da Namíbia, de representante do Grupo de Apoio Técnico da Armada e de militares FN namibianos. Um dos pontos marcante da cerimônia foi à apresentação, pelos formandos e banda de música, de uma canção (letra e música), de autoria de um militar pertencente ao CFN da Marinha do Brasil, que poderá vir a ser a “Canção da Marinha da Namíbia”.

2 – Durante o período em que esteve responsável pelo apoio da MB ao desenvolvimento do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, quais foram as suas impressões sobre a forma como a Marinha da Namíbia e o seu pessoal viam a MB?

Resp.: Inicialmente, sentimos um pouco de dificuldade em consolidar a confiança para o desenvolvimento da nossa missão. Apesar da solicitação de apoio de criação do CFN da Namíbia ter partido do Comando da Marinha da Namíbia, os primeiros contatos com os militares namibianos foram marcados por uma resistência natural ao desenvolvimento das atividades programadas. De uma forma lenta e progressiva, a resistência foi diminuindo e conseguimos consolidar o nosso propósito. Independente das características de personalidade e costumes, o militar namibiano possui um carinho especial pela nossa Marinha. Eles possuem uma consideração pelo Brasil, apreciam as características do brasileiro e respeitam os valores da Marinha do Brasil.

3 – Havia alguma diferença entre a forma como a alta administração da Marinha da Namíbia e os seus oficiais mais modernos viam a MB? E quanto às praças, havia alguma particularidade no modo em que viam a MB?

Resp.: Como comentado anteriormente, o primeiro GAT (FN) sentiu um pouco de dificuldade em consolidar a confiança das atividades programadas, independente da alta administração da Marinha da Namíbia ter formalizado a solicitação de apoio para a criação do CFN da Namíbia.

Os primeiros contatos com os oficiais e praças mais modernos foram marcados por uma resistência natural ao desenvolvimento de nossas atividades. De uma forma lenta e progressiva, a resistência foi interrompida e aceitaram trabalhar em proveito da criação do CFN NAMIBIA. Todos os militares da Namíbia possuem um carinho especial a nossa

Marinha. Eles possuem uma consideração ao Brasil, apreciam as características do brasileiro e respeitam a Marinha do Brasil.

4 – Na sua avaliação, que expectativas a Marinha da Namíbia tem com relação ao Acordo de Cooperação Naval com o Brasil? Eles imaginam que este poderia ser mais intenso, menos, ou está em um nível adequado?

Resp.: A melhor possível. A época, a Alta administração da Marinha da Namíbia demonstrou um grande interesse em possuir um grande núcleo, ou Missão, para o desenvolvimento de um processo intenso de aprendizado que envolveria toda a estrutura da Marinha (Armada, Fuzileiro Naval e Intendência). O grande problema, para receber o núcleo visualizado, seria a quantidade mínima de meios navais e instalações existentes na cidade de Walvis Bay. Como consequência dessa realidade, o GAT (FN) elaborou um Plano Piloto onde foram contemplados a construção e recuperação de prédios e instalações na antiga Base Naval e no Centro de Instrução para a Formação de Soldados Fuzileiro Naval. Para exemplificar, após um ano de trabalho utilizando instalações provisórias em várias situações, inclusive no Deserto, o GAT (FN) recebeu autorização para ocupar salas e instalações recuperadas e construídas. Tais instalações foram divididas com a Missão, que chegou em 2010, chefiada por um CF da Armada. Apesar de o prédio principal da Base Antiga ser relativamente grande, ele foi ocupado, também, com as organizações administrativas da Marinha da Namíbia. Ou seja, as instalações e estruturas disponíveis não atenderam as reais necessidades das demandas da assessoria da Marinha do Brasil (Fuzileiro e Armada). Portanto, na prática, ficou comprovada a indisponibilidade de espaço físico para uma Missão do porte que a Alta Administração visualizou em 2009.

5 – Durante o seu período de trabalho junto à Marinha da Namíbia, identificou alguma iniciativa concreta de aproximação da China junto àquela Marinha (oferecimento de meios, serviços, material)? Além dessa aproximação junto à Marinha, há alguma outra área de cooperação (governamental, com outras forças armadas) que possa vir a ter impacto no relacionamento entre a China e a Marinha da Namíbia?

Resp.: Sim, foram identificadas iniciativas crescentes de aproximação da China junto a Marinha da Namíbia (oferecimento de meios navais, como por exemplo o Navio de Transporte de Tropa a um preço irrisório, serviço de construção de instalações e prédios da nova Base Naval e o oferecimento de vários itens de equipagens, como por exemplo, fuzis e blindados).

Existem vários tipos de cooperação na área governamental, que afetam no relacionamento entre a China e a Marinha da Namíbia. A relação da China com múltiplos parceiros africanos se baseia na implantação de projetos de engenharia de impacto social (uns mais, outros menos), no acesso aos mercados locais para a venda de produtos chineses e na presença física de milhares de chineses, que atuam especialmente no comércio.

6 – Notou alguma mudança na forma ou grau de interação da Marinha da Namíbia com a MB, em geral, ou com o nosso pessoal naquele país, em função dessa aproximação chinesa?

Resp.: Inicialmente, não sentimos. Porém, ao final dos dois anos constatei uma grande mobilização para o planejamento e recebimento do Navio de transporte de Tropa. Alguns oficiais entravam na disputa para viajar à China e serem matriculados nos vários cursos disponibilizados pela Marinha da China. Ou seja, em 2010, eu senti uma pequena mudança de perfil, no que diz respeito às “tentações chinesas”.

7 – Na sua avaliação, esse relacionamento entre a China e a Namíbia poderá vir a afetar o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia?

Resp.: Respondendo de forma direta... sim, o relacionamento entre a China e a Namíbia prejudicará, com o tempo, o Acordo de Cooperação Naval Brasil-Namíbia.

8 – Na sua percepção, que medidas poderiam ser tomadas pelo Brasil, de modo geral, e pela MB em particular, para preservar os interesses do Acordo de Cooperação Naval com a Namíbia?

Resp.: Na área governamental, sugiro aprimorar mecanismos que facilitem o fluxo de mercadorias e serviços brasileiros para aquele país. Isto contribuiria para o processo de incremento da nossa economia. Vejo que, procurar e explorar novos mercados é antes de tudo, uma estratégia necessária. Poderiam ser desenvolvidos Seminários Bilaterais de Comércio Exterior e Investimentos Brasil-Namíbia. A Namíbia é um país de abundantes recursos naturais e que tem buscado, aos poucos, mostrar-se para a comunidade internacional como uma nação de economia saudável e atraente para investimentos externos. Os recentes investimentos de empresas como a Petrobras e a empresa HRT dão prova de que o país africano pode representar um interessante parceiro para demais investidores e companhias brasileiras de vários segmentos econômicos.

Além disso, a Namíbia é um interessante portal de entrada para a Área de Livre Comércio da África Austral, uma região com cerca de 300 milhões de habitantes e que vem apresentando, ano a ano, incremento no consumo de ordem geral. Com efeito, tal dimensão de mercado não pode ser com certeza, desprezada.

Para a Marinha do Brasil, em particular, sugiro:

- Intensificar a presença de visitas de delegações chefiadas por oficiais gerais. Além de demonstrar um prestígio às atividades desenvolvidas pelos brasileiros, a presença de Almirantes, para eles, demonstra e valoriza o interesse particular pela Marinha da Namíbia e impulsiona o projeto que desenvolvemos naquele país; e

- Outra forma seria intensificar atividades operacionais com navios da nossa Esquadra e adestramentos com os Fuzileiros Navais embarcados realizando um tema envolvendo uma operação Anfíbia.

Nesse contexto, vejo a Namíbia com grandes possibilidades para:

- experimentação doutrinária, com toda a flexibilidade para participarmos da elaboração da doutrina deles e aí veremos o quanto a nossa doutrina, que é adaptada do norte-americano, com toques de outros países onde se tem CFN, poderá ser aplicada ao caso namibiano; e

- realizar adestramento na Namíbia que comportem exercícios conjuntos Brasil-Namíbia (MB/CFN), ou seja, adestramentos do conjugado anfíbio de ambos os países. Com ou sem possibilidade de realizar tiro real.

Questionário submetido ao CMG (RM1) Emilson Paiva de Faria – Assessor de Estratégia e Relações Internacionais do EMA – e respondido em 16 jul. 2012.

1 – Na visão da Div. de Relações Internacionais, qual a relevância da costa ocidental da África para a atual política externa brasileira?

Resp.: Para a Div. de Relações Internacionais a prioridade dessa região vem posteriormente aos países da América do Sul. Mas o EMA não participa da formulação da Política Externa brasileira, que não é formalizada em qualquer documento, fica a critério do chanceler/presidente de momento.

2 – Qual a importância da estabilidade política e econômica dos países da costa atlântica da África para a manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação?

Resp.: A estabilidade política desses países não influencia na manutenção do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação. A instabilidade política desses países está relacionada a questões internas. São países de pequena expressão política e militar no cenário internacional. Com o crescimento econômico de alguns países, pode ser que venham a ter maiores influência na região.

3 – Quanto ao Atlântico Sul, de que forma a crescente presença (política, econômica e principalmente militar) de potências externas, como os EUA e a China, poderia afetar o ambiente de segurança da região?

Resp.: O Atlântico Sul não é prioridade para a China e EUA, eles têm outras preocupações mais relevantes. No entanto, o Atlântico Sul vem adquirindo maior importância nos últimos anos no cenário internacional, inclusive por parte das potências.

4 – Tem sido identificada alguma tentativa, por parte dessas potências externas ao Atlântico Sul, de buscar utilizar a aproximação com o Brasil para fomentar a sua própria aproximação a países africanos com os quais o Brasil tenha relações mais estreitas?

Resp.: Sim, por parte dos EUA, pois perceberam que o Brasil tem maior aceitação nesses países do que eles. Com a China – nenhuma tentativa, sempre independente, pois analisam a questão de acordo com seus exclusivos interesses. A forma de atuar, desses dois países, é distinta.

5 – Como tem sido o relacionamento da U.S. Navy ou do próprio AFRICOM com a MB? Há alguma iniciativa ou consulta do AFRICOM para que o Brasil aumente sua presença militar-naval na África, em coordenação com aquele Comando? Caso afirmativo, qual tem sido a posição da MB?

Resp.: Especificamente com o AFRICOM, eu desconheço. Com os EUA, foi abordado acima. O relacionamento da MB com a USN nunca foi tão bom. A USN tem atendido as necessidades da MB.

6 – Com relação à experiência de cooperação naval com a Namíbia, como avalia a contribuição do poder naval à política externa brasileira?

Resp.: Foi muito grande, ressaltando sem a colaboração efetiva do Itamaraty. É um exemplo no Brasil e também para outros países. Sugiro consultar monografia do CMG Scofield de 2011.

7 – A contribuição mencionada no item 6 poderia ser reproduzida com êxito em outros países da costa ocidental da África? Já há alguma iniciativa concreta nesse sentido? Essas iniciativas têm partido do Brasil ou dos países africanos?

Resp.: Poderia ser reproduzida com êxito em outros países da costa ocidental da África, mas depende deles – não é uma via de mão única, há custos para a outra parte, tem que haver decisão política para tal. O argumento que os países africanos não têm recursos – hoje é válido para alguns, não para a maioria. Já foram feitas várias iniciativas, por exemplo, com Angola, Guiné-Bissau, Cabo Verde e Moçambique. Normalmente, são solicitadas pelos outros países e concordadas pela MB, mas alegam que não têm recursos para prosseguir nas cooperações.

8 – O aumento da presença (inclusive militar) da China na Namíbia pode trazer algum óbice ao Acordo de Cooperação Naval deste país com o Brasil?

Resp.: Especificamente ao Acordo de Cooperação Naval acredito que não, mas poderá dificultar o avanço em outras questões na área de defesa, pois o EB e a FAB não atuam como a MB. A China tem mais presença no Exército e na Força Aérea da Namíbia.

9 – É possível ampliar a atuação do Poder Naval em contribuição à diplomacia brasileira na costa ocidental da África? Caso afirmativo, em que áreas ou atividades?

Resp.: É possível e desejável, mas a questão são os recursos, pois o MD ou MRE ou MPOG ou PRESREP não disponibilizam recursos para esta questão. A MB tem que tirar de seu orçamento. O discurso político do PRESREP e do MRE é no sentido de priorizar essa região, mas não tomam ações neste sentido.

Nota: as respostas retratam exclusivamente a opinião do entrevistado, não expressando a posição do Estado-Maior da Armada ou da MB sobre os assuntos.

APÊNDICE B – O modal marítimo no comércio exterior brasileiro

TABELA 1

Participação do modal marítimo no comércio exterior brasileiro – 2011

	Corrente de comércio		Exportações		Importações	
	US\$ (bilhão) ¹	Ton. (milhão)	US\$ (bilhão) ¹	Ton. (milhão)	US\$ (bilhão) ¹	Ton. (milhão)
TOTAL	482,28	692,91	256,04	544,24	226,24	148,67
Via marítima	387,34	653,56	215,91	521,67	171,43	131,89
Via mar. (%)	80,3	94,3	84,3	95,9	75,8	88,7

Fonte: BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC). (<<http://alicesweb2.mdic.gov.br>>. Acesso em 30 jun. 2012).

Notas: 1. Valores FOB (Free Onboard).

APÊNDICE C – Evolução das relações diplomáticas sino-africanas a partir de 1949

TABELA 2

Comparação entre países africanos que mantêm relações com a China e total de países independentes, por período

Ano	Total de países independentes	Países com relações com a RPC
1959	9	5
1969	41	19
1979	50	44
1989	51	47
1999	53	45
2012	54 ¹	49 ²

Fonte: HONG-MING, 2004, p. 233-295.

- Notas:
1. Há três países com movimentos de libertação em andamento, mas cuja independência ainda não é plenamente reconhecida: a República Democrática Árabe do Sahrawi, cuja independência é reconhecida por alguns Estados e pela União Africana, enquanto outros países e a Liga Árabe apoiam o Marrocos na disputa territorial; Somalilândia, reconhecida internacionalmente apenas como uma região autônoma da Somália; e Azawad, região que se proclamou independente do Mali, em 2012, mas que não teve sua soberania ainda reconhecida internacionalmente; e
 2. Dos 54 países reconhecidamente independentes, Burkina Faso, Gâmbia, São Tomé e Príncipe e Swazilândia mantêm relações com a República da China (Taiwan). Dos demais 50 países, somente a Somália não tem relações diplomáticas formais com a República Popular da China, desde que esta fechou sua embaixada naquele país em 1991, devido à guerra civil.

APÊNDICE D – A Diplomacia do Talão de Cheques

TABELA 3

Alternância do apoio de países africanos à RPC e Taiwan a partir de 1989

Países que romperam com a RPC e estabeleceram relações com Taiwan		Países que romperam com Taiwan e estabeleceram relações com a RPC	
1989	Libéria*	1993	Libéria (segunda vez)
1990	Guiné-Bissau	1994	Lesoto (segunda vez)
1990	Lesoto*	1996	Níger (segunda vez)
1991	Rep. Centro-Africana* (segunda vez)	1998	Rep. Centro-Africana (terceira vez)
1992	Níger*	1998	Guiné-Bissau
1994	Burkina Faso*	1998	África do Sul
1996	Gâmbia*	2003	Libéria (terceira vez)
1996	Senegal*	2005	Senegal (segunda vez)
1997	Chade*	2006	Chade (segunda vez)
1997	Libéria* (segunda vez)	2008	Malauí
1997	São Tomé e Príncipe		

(*) – países que já mantiveram relações com Taiwan e as romperam para reconhecer a RPC, antes de 1989.

Fonte: BRAUTIGAM, 2011, p. 68.

APÊNDICE E – Dados da economia chinesa**TABELA 4****Crescimento anual do PIB chinês – 2001-2011**

ANO	Crescimento do PIB (%)
2001	8,3
2002	9,1
2003	10,0
2004	10,1
2005	11,3
2006	12,7
2007	14,2
2008	9,6
2009	9,2
2010	10,4
2011	9,2

Fontes: Dados de 2001 a 2010 – Banco Mundial (<<http://www.worldbank.org/en/country/china>>. Acesso em: 5 jul. 2012); e

Dados de 2011 – CIA: *World Fact Book* (<<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/ch.html>>. Acesso em: 5 jul. 2012).

APÊNDICE F – Relações comerciais entre China e África

TABELA 5

Participação da China nas exportações e importações da África subsaariana – 1995-2010

ANO	Exportações (US\$ bilhões)	Export. para a China (US\$ bil.)	%	Importações (US\$ bilhões)	Import. da China (US\$ bil.)	%
1995	78,59	1,47	1,9	79,09	3,02	3,8
1996	87,08	1,59	1,8	81,18	2,93	3,6
1997	87,00	2,12	2,4	87,78	3,48	4,0
1998	75,76	1,11	1,5	85,77	3,77	4,4
1999	80,65	2,02	2,5	80,72	3,55	4,4
2000	96,13	5,26	5,5	82,55	3,93	4,8
2001	91,64	4,56	5,0	87,96	4,60	5,2
2002	95,01	5,23	5,5	87,44	4,78	5,5
2003	114,91	8,17	7,1	112,21	7,42	6,6
2004	152,98	14,75	9,6	142,97	10,04	7,0
2005	208,79	19,64	9,4	176,34	15,09	8,6
2006	242,11	26,74	11,0	212,74	20,05	9,4
2007	282,85	36,29	12,8	257,07	27,81	10,8
2008	363,22	50,21	13,8	296,99	36,59	12,3
2009	255,82	38,25	15,0	265,26	34,56	13,0
2010	328,92	60,37	18,4	315,72	44,93	14,2

Fonte: UNCTAD (<<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>> Acesso em: 5 jul. 2012).

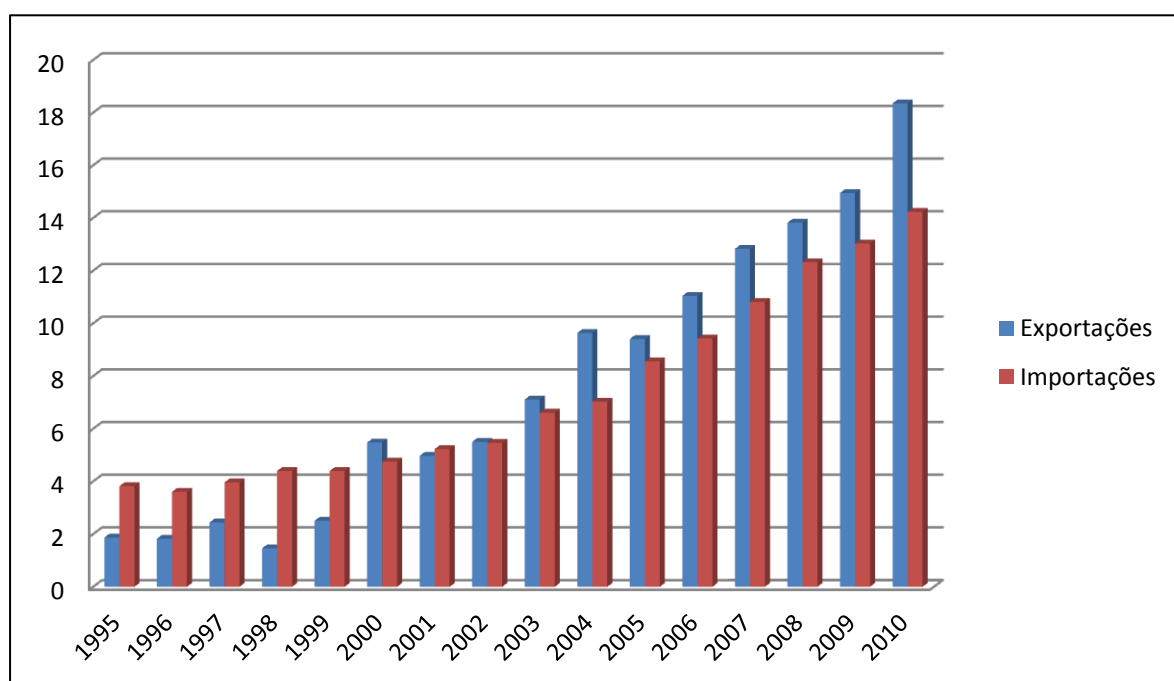


GRÁFICO 1 – Participação da China nas exportações e importações da África subsaariana – 1995-2010

Fonte: UNCTAD (<<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>> Acesso em: 5 jul. 2012).

APÊNDICE G – Relações comerciais da Namíbia com Brasil e China

TABELA 6

Comparação do comércio namibiano com Brasil e China – 2004-2010

ANO	Comércio com a China (US\$ milhões)	Aumento* (%)	Comércio com o Brasil (US\$ milhões)	Aumento* (%)
2004	90,00	- -	11,54	- -
2005	125,31	39,2	12,91	11,9
2006	222,87	147,6	12,72	10,2
2007	384,67	327,4	16,57	43,6
2008	520,37	478,2	23,07	99,9
2009	482,86	436,5	52,48	354,7
2010	529,21	488,0	19,49	68,9

Fonte: UNCTAD (<<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 29 jul. 2012).

Nota: 1. Acumulado em relação a 2004

APÊNDICE H – Evolução do perfil das exportações namibianas para a China

TABELA 7

Principais produtos de exportação namibianos para a China – 2001 e 2010

PRODUTO	2001 (milhares de US\$)	%	2010 (milhares de US\$)	%
Pescado	1.022,96	10,3	1.911,81	0,6
Cobre	4.040,20	40,5	53.338,59	17,8
Chumbo	443,04	4,4	--	--
Produtos químicos ¹	2.040,47	20,5	--	--
Óxido de urânio	--	--	108.929,10	36,4
Urânio e Tório ²	--	--	74.199,37	24,8
Minérios de Metais básicos ³	1.761,96	17,7	24.303,29	8,1
Zinco	--	--	26.838,89	9,0
Outros	663,24	6,6	10.148,45	3,3
Total	9.971,87	100	299.669,50	100

Fonte: UNCTAD (<<http://unctadstat.unctad.org/ReportFolders/reportFolders.aspx>>. Acesso em: 29 jul. 2012).

Notas: 1. Inclui óxido de urânio, mas os dados apresentados à época não especificam as porcentagens de cada produto.

2. Minérios e concentrados.

3. Minérios e escória de ferro, níquel, chumbo e zinco.

APÊNDICE I – Influência da presença chinesa no ambiente de segurança da África subsaariana

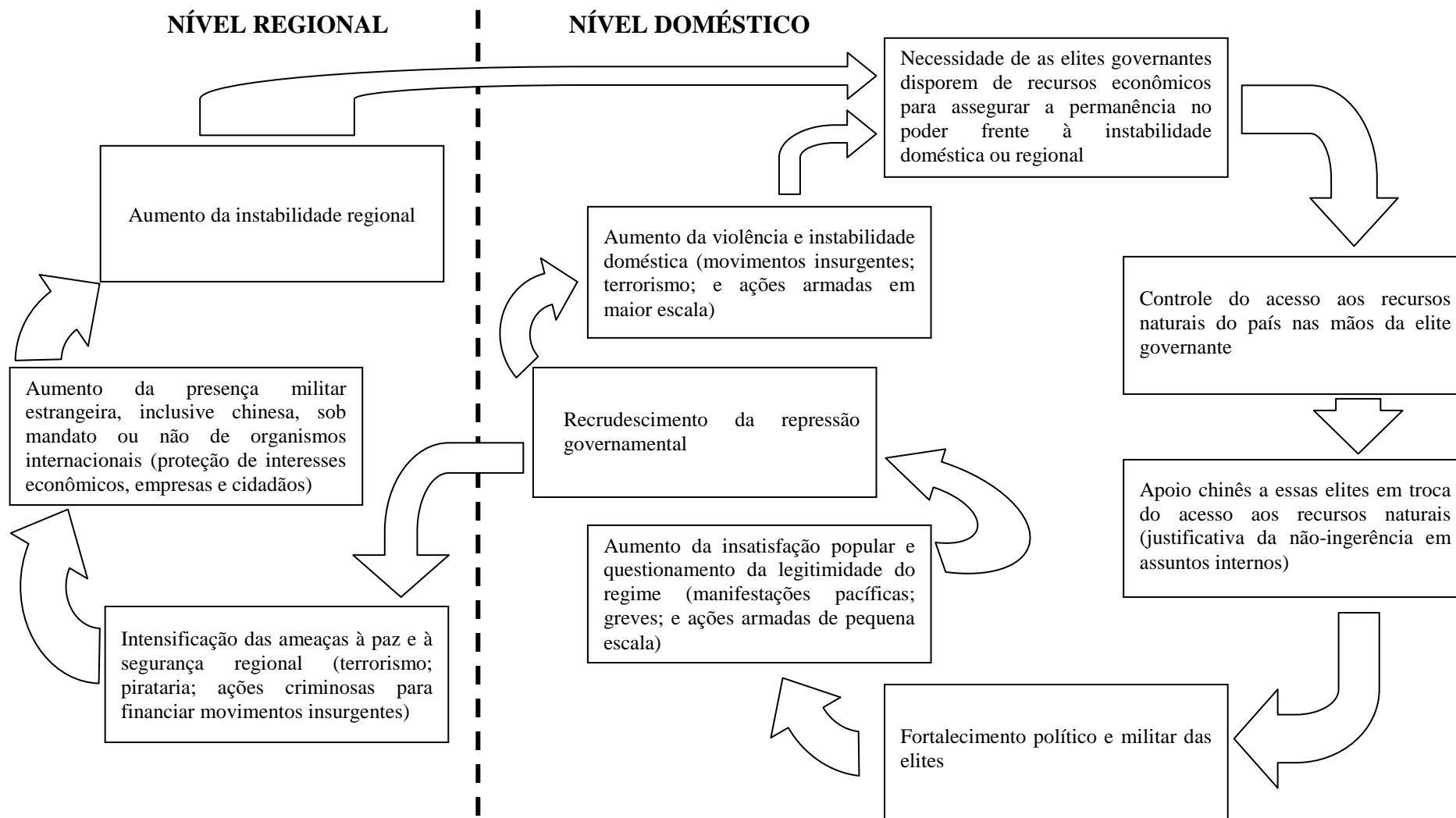


FIGURA 11 – Processo cíclico do relacionamento chinês com as elites governantes na África subsaariana e sua influência na segurança regional

ANEXO A – Presença militar estrangeira na África

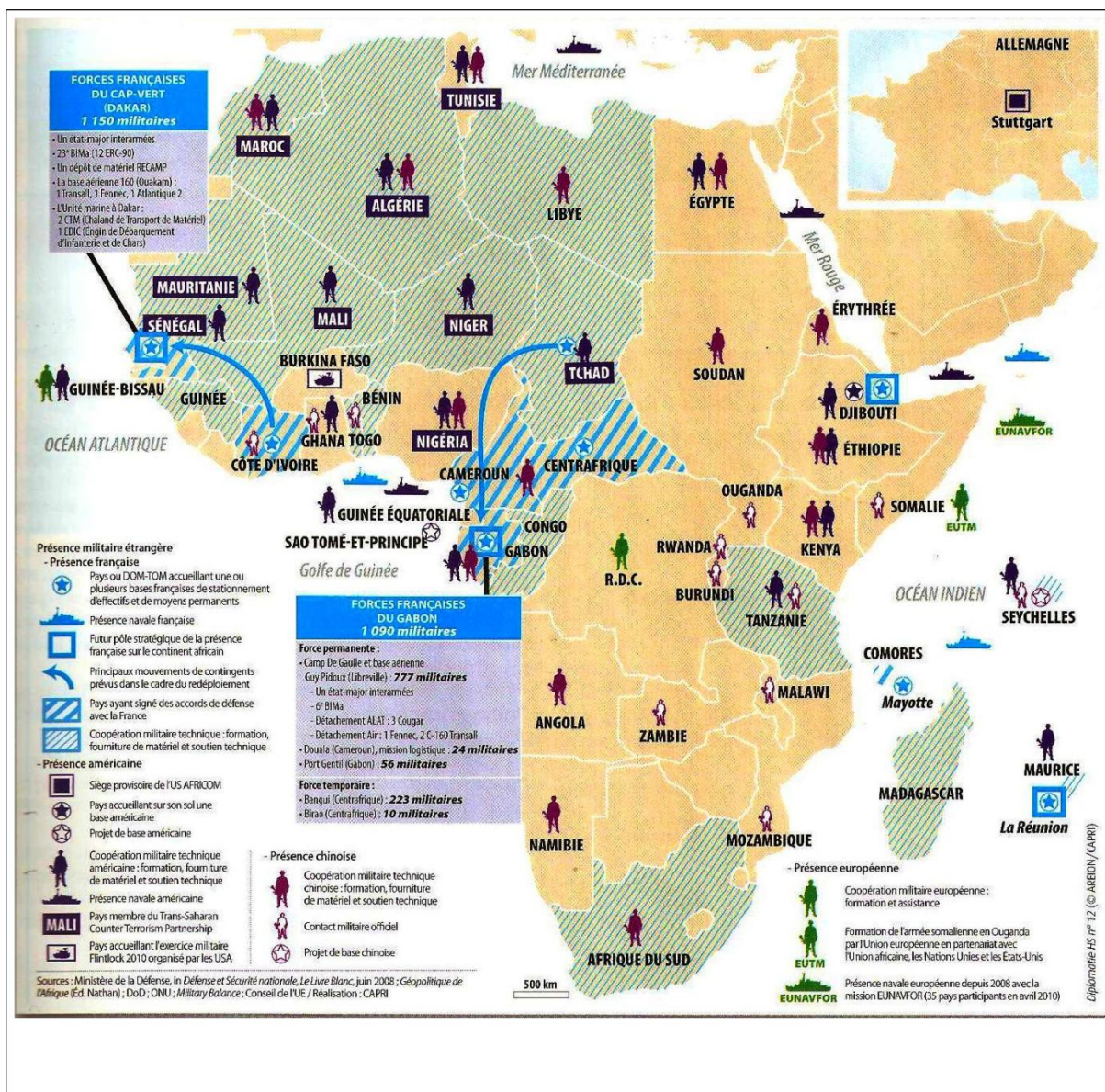


FIGURA 1 – Forças militares estrangeiras presentes na África – 2010

Fonte: Magazine Diplomatie – Géopolitique de L'Afrique de L'Ouest, Paris: Areion Group, hors-série n. 12, juin/juillet 2010.

ANEXO B – Atual política externa brasileira para a África

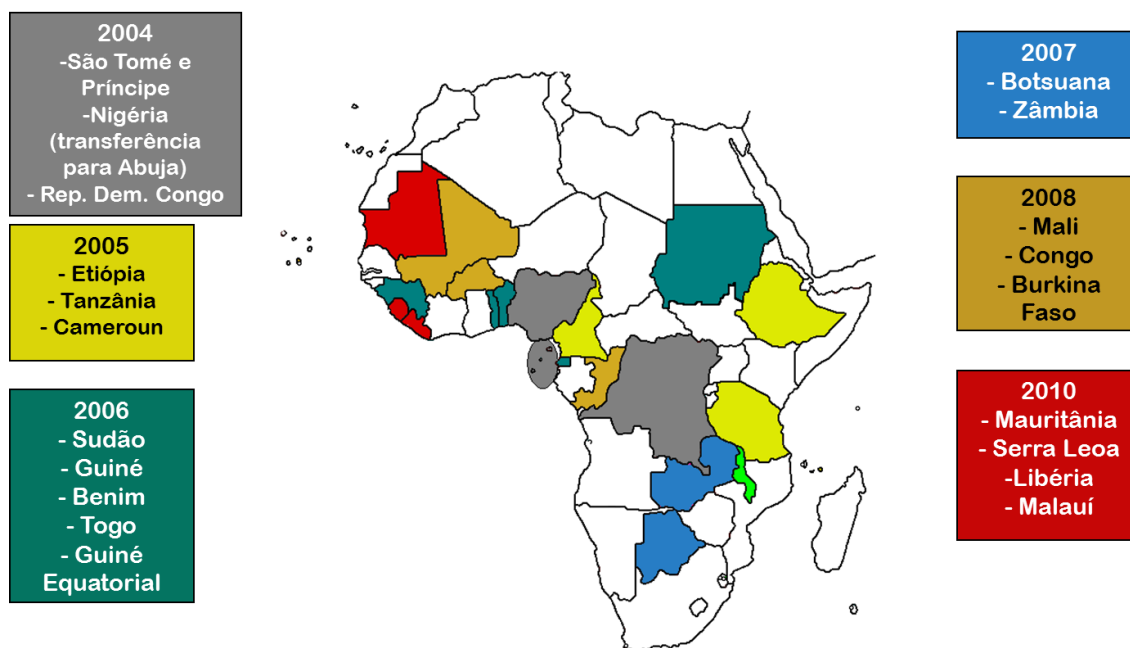


FIGURA 2 – Embaixadas brasileiras oficialmente abertas ou reativadas na África – 2003-2010

Fonte: JORGE, N., 2012.

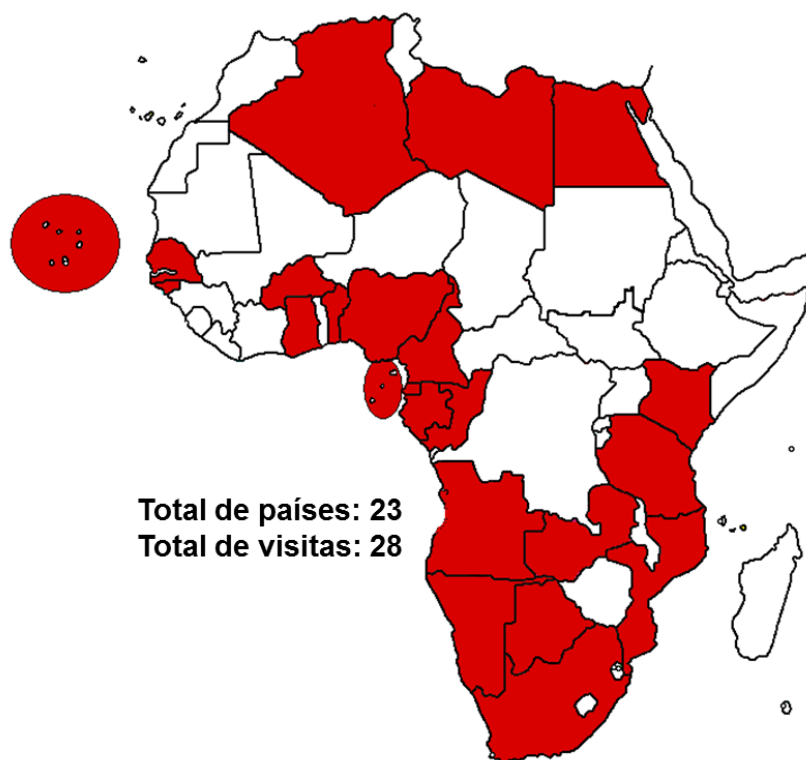


FIGURA 3 – Visitas do Presidente Lula da Silva a países africanos – 2002-2010

Fonte: JORGE, N., 2012.



FIGURA 4 – Visitas da Presidente Dilma Rousseff a países africanos – 2011-2012

Fonte: JORGE, N., 2012.

ANEXO C – Recebimento do Navio de Apoio Logístico “Elephant” pela Marinha da Namíbia



FIGURA 5 – O NApLog “Elephant” atracado no estaleiro, em Wuhan

Fonte: China Defense Mashup (disponível em <http://www.china-defense-mashup.com/the-namibian-navy-comes-to-china-to-get-its-s-11-corvette.html?afg38_page_id=2>. Acesso em 8 jul. 2012).



FIGURA 6 – Chegada do Grupo de Recebimento

Fonte: China Defense Blogspot (disponível em <<http://china-defense.blogspot.com.br/2012/06/photos-of-day-hang-over-of-elephant-to.html>>. Acesso em 8 jul. 2012).



FIGURA 7 – Grupo de Recebimento observa, do cais, o navio

Fonte: China Defense Blogspot (disponível em <<http://china-defense.blogspot.com.br/2012/06/photos-of-day-hang-over-of-elephant-to.html>>. Acesso em 8 jul. 2012)



FIGURA 8 – Grupo de Recebimento visita o Navio, acompanhado de pessoal do estaleiro

Fonte: China Defense Blogspot (disponível em <<http://china-defense.blogspot.com.br/2012/06/photos-of-day-hang-over-of-elephant-to.html>>. Acesso em 8 jul. 2012)



FIGURA 9 – Motores de Combustão Principais (MCP) Caterpillar, modelo C280-16

Fonte: China Defense Blogspot (disponível em <<http://china-defense.blogspot.com.br/2012/06/photos-of-day-hang-over-of-elephant-to.html>>. Acesso em 8 jul. 2012)



FIGURA 10 – Convés de voo

Fonte: China Defense Blogspot (disponível em <<http://china-defense.blogspot.com.br/2012/06/photos-of-day-hang-over-of-elephant-to.html>>. Acesso em 8 jul. 2012)